

BRUNO SANCHES MARIANTE DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO: nomeações de
ruas em Londrina – PR (1981 -2008)**

ASSIS

2013

BRUNO SANCHES MARIANTE DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO URBANO: nomeações de ruas em Londrina – PR
(1981 -2008)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras de Assis – UNESP –
Universidade Estadual Paulista para a
obtenção do título de Mestre em História
(Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof^a Dr^a Zélia Lopes da Silva

ASSIS

2013

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586r Silva, Bruno Sanches Mariante da.

Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981–2008) / Bruno Sanches Mariante da Silva. – Assis, 2013.
187 f. : il.

Orientador: Zélia Lopes da Silva.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Inclui bibliografia.

Este trabalho é dedicado às múltiplas mulheres que andam pelo mundo ou que habitam em uma única mulher. Dedico, especialmente, às mulheres da minha vida: minha avó, Jane; minha mãe, Jane Filha, e minha irmã, Clarice; mulheres que, ao longo dos anos, têm sido importantes referências das diferentes formas de ser mulher e de viver o feminino.

Agradecimentos

Mesmo sendo o trabalho monográfico bastante solitário, contei com a graça de boas companhias e preciosos auxílios que contribuíram por todo esse caminho, tornando-o mais fácil e mais agradável de ser percorrido. Assim, é fundamental que eu agradeça a algumas pessoas:

Quero e devo agradecer à minha mãe pelo suporte, estrutura e pelo amor que acalma e incentiva. Ao meu pai e à minha irmã, que mesmo não tão cotidianos, souberam me fazer sentir seu amor e apoio incontestes.

À minha orientadora, Profa. Dra. Zélia Lopes da Silva, pela orientação certa que engrandeceu o trabalho e que continua a me ajudar a ser um historiador melhor.

Às professoras doutoras Karina Anhezini e Sonia Adum, que aceitaram integrar a banca examinadora de qualificação, por suas sugestões, críticas e novos olhares para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores que amplamente contribuíram para a minha formação até este ponto de minha carreira acadêmica. Ao professor doutor Rogério Ivano, que por anos me orientou, inclusive me incentivando ao mestrado e contribuindo para o projeto inicial desta dissertação. Às professoras doutoras Ana Cleide Chiarotti Cesário e Ana Maria Chiarotti de Almeida, constantes incentivadoras do meu trabalho, sem as quais não teria me tornado o pesquisador que sou hoje.

Meu profundo agradecimento à Daniela Reis de Moraes que, enquanto amiga, está sempre presente quando de minhas angústias e alegrias, sejam acadêmicas ou não; e, enquanto historiadora, é parceira incontestada da longa e frutífera caminhada que nos aguarda. Quero agradecer, igualmente, à Talita Sauer, com quem compartilhei a aventura de ser mestrando e sem a qual o pedregoso caminho seria mais difícil. O meu mais profundo agradecimento.

Aos queridos amigos Muriel Amaral, João Paulo Costa, Patrícia Pereira, Marcos Oliveira, Ester Falaschi, Patrícia Diamante e José Miguel Arias Neto, pela companhia e amizade, sempre acalentadoras.

À Fernanda Cita Giorna, assim como a todos os *co-workers* da Wizard Aeroporto, meu muito obrigado pelo carinho, pela atenção e pela solidariedade quando era difícil conciliar mestrado e trabalho.

Ao Arquivo da Câmara Municipal de Londrina, na pessoa de Viviane Tsusaki, pela atenção e prestimosa ajuda na obtenção das fontes necessárias para esta pesquisa.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

SILVA, B. S.M. **Representações de gênero no espaço urbano:** nomeações de ruas em Londrina – PR (1981 -2008). 2013. 187f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

RESUMO

Tomando em análise os logradouros que foram batizados com nomes de mulheres, almeja-se perceber o destaque obtido pelas mulheres no espaço público londrinense. Com isso, quer-se analisar quem são essas mulheres homenageadas e quais os papéis sociais imaginados para elas. Sobretudo, pretende-se saber quais as representações de gênero que foram criadas e explicitadas no espaço urbano dessa jovem cidade do setentrião paranaense, que conta com mais de 4 mil logradouros públicos. Para cada logradouro é escolhido um nome e assim são rendidas homenagens à natureza, aos países, estados e cidades. Mas há aquelas ruas, praças e avenidas, dotadas de nomes que evocam personagens da história local, nacional ou mundial, homenageando suas vidas e obras. No presente trabalho, partimos do pressuposto que, ao se nomear ruas e praças de uma cidade, está se dotando de significação aquele elemento urbano, ao passo que se celebra, concomitantemente, o acontecimento ou personagem ali representado.

Palavras Chaves: Gênero, espaço urbano, Londrina, representações.

SILVA, B.S.M. **Representations of gender in urban space:** nominations of streets in Londrina – PR (1981 -2008). 2013. 187pages. Dissertation (Master's degree in History). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

ABSTRACT

Taking in analysis the thoroughfares that were named using women names, therefore, this dissertation aims to realize the real space obtained by women in public space in Londrina. This way we intend to understand who these honored women are, and what are the social roles previously thought for them and, above all, which gender representations that have been created and explicit in the urban space of this young city in the North of Parana State which counts more than 4,000 public places. For each street a name is chosen and then homages are rendered to nature, countries, states and cities. But there are some streets, squares and avenues that are endowed with names that evoke historical characters from local, national or global history, honoring their lives and works. We assume that naming streets and squares of a city is providing symbolic meaning to the urban element chosen, while we celebrate, concomitantly, that event or character represented there.

Keywords: Gender, urban space, Londrina, representations.

Era um grande nome - ora que dúvida! Uma verdadeira glória. Um dia adoeceu, morreu, virou rua... E continuaram a pisar em cima dele.

Mário Quintana

Lista de tabelas

Tabela 1 - Logradouros com nomes de mulheres entre 1950 e 1969	64
Tabela 2 – Logradouros batizados com nomes de santidades (1950 – 2008)	68
Tabela 3- Logradouros batizados com nomes de santidades na década de 1960.....	69
Tabela 4 - População londrinense em 1940, por faixas etárias.	75
Tabela 5 - Logradouros com nomes de mulheres sem títulos em Londrina 1950 a 2008	86
Tabela 6 – Logradouros com nomes de mulheres precedidos de títulos em Londrina de 1950 a 2008	86
Tabela 7 - Leis movidas a partir de solicitação popular.	98
Tabela 8 – Nacionalidades presentes em Londrina em 1938	102
Tabela 9 – Mulheres imigrantes homenageadas (1981 – 2008).	104
Tabela 10 - Referências à maternidade nas biografias das mulheres homenageadas.	115

Lista de figuras

Figura 1- Detalhe de mapa de Londrina de 1941.....	61
Figura 2: Londrina em 1949 em sua primeira aerofotogrametria..	82
Figura 3: Foto aérea do centro de Londrina - Década de 1990.....	82
Figura 4: Reprodução digitalizada de biografia.....	133
Figura 5: Reprodução digitalizada de biografia.....	134
Figura 6: Reprodução digitalizada de biografias.	135
Figura 7: Mastro de abertura do Memorial do Pioneiro com Concha Acústica ao fundo.....	148
Figura 8: Mastros que compõem o Memorial na Travessa Maestro Egídio Camargo do Amaral.....	148
Figura 9: Mastros do Memorial vistos da Avenida Senador Souza Naves.....	148
Figura 10: Monumento de Abertura do Memorial, a partir da Avenida Senador Souza Naves.	148
Figura 11: Obra “Pioneiros” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).....	161
Figura 12: Obra “Londrina Antiga: Paisagem Urbana 1” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro)	161
Figura 13: Obra “Londrina ao Sol - 1935 - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro)”	162
Figura 14: Obra “Menina Pioneira - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro)”	163
Figura 15: Obra “Londrina Antiga: Paisagem Urbana 3” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). ...	164
Figura 16: Obra sem de identificação - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).	164
Figura 17: Obra “Catita” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).	165
Figura 18: Obra “Mulher Pioneira” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).....	166
Figura 19: Obra “Série Pioneiros” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).....	167
Figura 20: Obra “Pioneiros de Londrina” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).....	167
Figura 21: Obra “Homem Pioneiro” - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).....	168

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Total de logradouros e número de logradouros com nomes de mulheres (1950 - 2008) ..	47
Gráfico 2 - Mudanças na nomeação de logradouros em Londrina (1950 – 2008).....	58
Gráfico 3 - Eixos temáticos das personalidades homenageadas na década de 1950.....	63
Gráfico 4 - Mulheres e seus títulos (1953 - 2008)	66
Gráfico 5: Número de avenidas e praças com nomes de mulheres (1951 – 2008).	88
Gráfico 6 – Mulheres do lar ou cujas profissões não foram informadas.	122
Gráfico 7 - Alfabetização no Brasil (1872 - 2009).....	124
Gráfico 8 – Tipologia das atuações das mulheres expressas em seus textos biográficos entre 1981 e 2008.....	126
Gráfico 9: Categorias de referências feitas à outras pessoas nas biografias das homenageadas.	132

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1: História e historiografia das mulheres: Londrina.....	22
1. Eles não vieram sozinhos: as mulheres na frente de expansão.....	23
2. As mulheres na historiografia sobre Londrina.	30
Capítulo 2: Nomeações de ruas em Londrina.....	46
1. Nomeações de logradouros: conceitos e práticas.	47
2. Toponímia Londrinense.....	57
3. As pessoas chegam às ruas em Londrina (1981 – 2008).	71
Capítulo 3: Representações do feminino nas biografias das mulheres homenageadas.....	89
1. História e biografia: algumas questões.	91
2. Perfis das mulheres biografadas	100
2.1. As imigrantes.....	101
2.2. “As agruras de um tempo difícil”	108
2.3. Espelho de Maria: religiosidade feminina.....	111
2.4. “Vocação natural”: maternidade	114
2.5. “Uma vida compartilhada”: casamento e identidade feminina.....	118
2.6. Trabalho e Ocupação das mulheres	122
2.7. As relações pessoais como validação da homenagem.....	131
3. A sutileza da discriminação	133
Capítulo 4: As mulheres pioneiras no Memorial do(a) Pioneiro(a): conceitos e inscrições no espaço urbano.....	139
1. Pioneiros (as) e pioneirismos	140
2. O memorial.....	149
3. As mulheres pioneiras no Memorial do (a) Pioneiro (a).....	154
3.1. Imagens de mulheres	158
4. Totem ou semióforo? : a imaginária urbana prenhe de sentidos.....	170
Considerações Finais	173
Referências Bibliográficas.....	178

Introdução

O olhar percorre as ruas como se fossem
páginas escritas: a cidade diz tudo o que
você deve pensar, faz você repetir o discurso, e,
enquanto você acredita estar visitando Tamara,
não faz nada além de registrar os nomes com os quais
ela define a si própria e todas as suas partes.
Ítalo Calvino

Ruas, mais do que caminhos ladeados por casas, comércios e árvores, mais do que simples vias públicas, podem ser espaços de sociabilidade e de uso da memória. Por vezes, lembramo-nos das brincadeiras de rua na infância, na companhia dos amigos, primos e irmãos, assim como das festas de rua, das feiras e dos vizinhos. Antropólogos – como José Guilherme Magnani –, percebendo o potencial de sociabilidade e vivência das ruas, atribuem a elas a capacidade de promover a diversidade e o encontro entre desconhecidos, assim como o reconhecimento dos semelhantes. A rua é vista, assim, como espaço oposto ao lar, ao doméstico.

Todos esses elementos tornam as ruas permeadas de significados simbólicos. Portanto, pelas leituras possíveis da *alma encantadora das ruas*, podemos também acessar as memórias das famílias que nelas habitam, as memórias das transformações urbanas pelas quais a cidade passou e, assim, produzir a própria História – com h maiúsculo –, uma leitura crítica por meio dos nomes que carregam. Como Calvino nos disse: repetimos o discurso proposto pela urbe ao registrarmos os nomes gravados nas ruas.

Em nossa pesquisa, procuramos analisar os logradouros não como espaços de sociabilidade, mas como elementos profundamente ligados às memórias. Nosso intento, em verdade, não diz respeito apenas à espacialidade das ruas, e, sim, à sua nomenclatura. Logo, trata-se de uma investigação ligada à toponímia¹ urbana.

O ato de nomear ruas e praças, que pode ser entendido pela população em geral como ato precisamente prático e técnico, cuja responsabilidade fica a cargo da Câmara Municipal ou do Poder Executivo, é sempre carregado de elementos simbólicos e de disputas por poder. A função primária da nomeação de logradouros públicos está ligada à tomada plena de direitos do cidadão e da cidadã, pois é necessário que a população / as pessoas diferenciem um lugar do outro, de forma a não se confundirem espacialmente,

¹ A palavra Toponímia pode ser tomada como ramo da linguística que estuda os nomes dos acidentes geográficos ou o conjunto referencial de nomes de lugares batizados de uma dada região.

garantindo assim um endereço para suas casas, formalmente reconhecido pelo poder público. É prática humana das mais antigas, tendo em vista que a humanidade sempre procurou marcar os lugares por onde circulou, ora atribuindo-lhes nomes, ora por meio de construções que as diferenciasssem. Mas é ato menos ingênuo do que parece ser, porque carrega o poder simbólico da disputa pela memória e a luta contra o esquecimento.

Os nomes que são atribuídos aos logradouros obedecem a alguns preceitos gerais como características dos lugares (Rua das Flores, Rua da Ladeira, Rua Direita, etc.), ou em função de alguns equipamentos presentes nesses logradouros (Rua da Cadeia, Rua da Igreja, etc.) ou mesmo para homenagear personagens de destaque na sociedade, seja em nível local, regional, nacional e até internacional (Rua Prefeito Hugo Cabral, Rua Governador Parigot de Souza, Praça Princesa Isabel, Rua Martin Luther King Jr.). Os nomes revelam muito sobre os locais e as pessoas e existe até mesmo uma ramificação da Linguística – ciência que estuda a linguagem e seus vários aspectos – que se ocupa unicamente do estudo dos nomes. Trata-se da toponímia – a palavra é derivada dos termos gregos *tópos* (lugar) e *ónoma* (nome), desse modo, literalmente, o nome de um lugar –, cuja primordial concentração é a análise dos nomes próprios de lugares. Nosso olhar, no presente trabalho, difere do olhar da linguística e, desse modo, operamos uma análise histórica preocupada em perceber as representações elaboradas acerca das mulheres e de seus papéis sociais.

No entanto, há outros fatores que devemos considerar na nomeação de ruas, pois, ao batizarmos os logradouros de uma cidade, estamos dotando de significação aquele elemento urbano, ao passo que celebramos, concomitantemente, aquele acontecimento ou personagem ali representado. Seguramente, celebra-se a vida e a obra de Martin Luther King Jr. ao batizar uma rua ou praça com seu nome. Assim como se celebram as vidas de pessoas que compõem o quadro de personagens locais e que as municipalidades podem homenagear ao colocar seus nomes em praças e vias públicas. Dessa maneira, de acordo com o historiador Reginaldo B. Dias, “analisar a organização dos nomes de rua de uma cidade é aferir dimensões significativas de sua relação com a história”², e é, sem dúvida, estar em contato com os discursos propalados pelos poderes locais nas diferentes esferas. Jacques Le Goff lembra-nos que tudo o que permanece e sobrevive é fruto de escolhas, o passado

²DIAS, R. B. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. IN: História e Ensino – Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL. Londrina, V.6, p.103-120, out.2000. p.105

não nos chega inteiro. E essas escolhas são significativas na perspectiva de que entendemos quais imagens de si as sociedades desejam deixar como legado.

Em seus escritos, Michael Pollak, um sociólogo austríaco, investigou as memórias, suas transmutações políticas para o *status* de memória oficial, e as relações com as identidades sociais. Um ponto que o autor defende é que a memória é seletiva, não só em face de seus aspectos biológicos, mas por se tratar de um fenômeno construído, e explica: “quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes ou inconscientes”³, ou seja, os atos de lembrar e esquecer – conscientes ou não – constroem nossas memórias individuais. E, nesse sentido, para o autor, a memória é elemento constituinte da identidade, porque ela dota de coerência e unidade a identidade. Ainda se ocupando dessa temática, Pollak afirma que memória e identidade são perfeitamente negociáveis, além de serem constantemente disputadas em conflitos sociais⁴. Mas também são bastante celebradas por intermédio dos mais variados suportes para a memória e a identidade.

As biografias, assim como os monumentos, participam do processo de oficialização de memória, dão reconhecimento e, por vezes, legitimidade aos personagens representados. Tais personagens podem ocupar lugares sociais específicos nas sociedades. É como observamos em Londrina, cidade do Norte do Paraná sobre qual centramos nosso olhar.

Cidade jovem do setentrião paranaense, conta com pouco mais de setenta anos e cerca de 500 mil habitantes. Há na cidade um forte discurso com relação ao pioneirismo, com grande valorização dos pioneiros, ou seja, daqueles que chegaram primeiro e participaram do processo de construção da cidade. Sobretudo, o discurso é vinculado à memória da empresa responsável pela colonização da cidade e da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa companhia era formada por capital inglês, tendo, por isso, transferido para o Norte do Paraná alguns de seus funcionários ingleses. Assim, a memória desses ingleses desbravadores é recorrentemente reavivada em Londrina⁵. Mas é

³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10. 1992, p. 4-5

⁴ Idem, ibidem.

⁵ A prefeitura de Londrina decidiu instalar pela cidade diversas cabines telefônicas vermelhas, que imitam aquelas utilizadas na Inglaterra. Há, também, projeto para instalação de torres em uma entrada da cidade que imita a do Big Ben, em Londres.

importante que se destaque que não só eles contribuíram para o desenvolvimento da cidade, mas essa memória – oficializada – é fortemente transmitida.

A ressignificação da ideia de pioneiro e de pioneirismo se deu em Londrina, remodelando os meios de homenagens, e essa perspectiva do pioneirismo é estendida àqueles e àquelas que chegaram primeiro na região. Com isso, ao serem alçados ao posto de heróis ou modelos locais, esses pioneiros, homens e mulheres homenageados, têm suas vidas contadas publicamente, mesmo que de forma parcial e selecionada. O ato de ter seu nome fixado em uma placa, batizando uma rua ou praça, é a validação da sua biografia e da sua conduta.

À nossa pesquisa interessa, portanto, discutir a presença das mulheres nas ruas e logradouros públicos de Londrina. Para isso, consideramos as discussões historiográficas a respeito das mulheres, tendo em vista que foram longamente obscurecidas por uma história oficial escrita por homens e para homens, na qual, sobretudo, narraram-se feitos de homens que lutaram em suas guerras, que descobriram novos mundos, que criaram novas leis ou abriram cidades em densas matas. As mulheres foram muito pouco ou quase nunca referidas nesses acontecimentos, ocupando um espaço em que a presença e o olhar masculino não as alcançava: o lar. Na oposição público/privado, o espaço das mulheres, de acordo com o pensamento normativo, sempre foi o privado, o lar. A historiadora Michelle Perrot comenta sobre essas relações:

Em linhas gerais, as “esferas” são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa.⁶

Desse modo, tentamos empreender uma reflexão acerca das representações construídas de mulheres e das concepções de gêneros produzidas no passar das décadas. Esperamos alcançar tal objetivo por meio da análise da nomenclatura atribuída aos diversos logradouros londrinenses. A cidade de Londrina conta com mais de 4.690 logradouros públicos nomeados desde a década de 1950 até o ano de 2008. Nesse conjunto, aproximadamente 780 logradouros são batizados com nomes de mulheres. As perguntas que fazemos ao depararmos com essas representações de concepção do feminino,

⁶PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p.459.

incrustadas no espaço urbano, são: que mulheres são essas representadas nas ruas londrinenses? Mães, esposas, freiras, lavadeiras, professoras, políticas? A que esfera do mundo pertencem essas mulheres e de que forma suas histórias/memórias se relacionam com a história oficial, impregnada pela supervalorização do homem e da bravura de seus atos? De que maneira encontramos rechaçadas ou reforçadas as representações acerca da mulher e as concepções do feminino em tais personagens urbanos? A busca por possíveis respostas a essas – e a outras perguntas não previstas – foi o que nos guiou neste trabalho.

A primeira legislação londrinense criada, que abarcou a nomeação de ruas na cidade, é a lei nº 133, de 1951⁷. Essa lei consistia em um plano urbanístico para Londrina e foi desenvolvida, a partir de diretrizes modernistas, sob o comando do engenheiro e ex-prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia, tendo sido revogada em 1998, com a criação da lei nº 7.631. No entanto, as prerrogativas para a nomeação de logradouros permaneceram as mesmas. Desde 1981, quando foi criado um adendo – por meio da lei 3.399 – à lei orgânica do município, é obrigatório que todo projeto de nomeação de rua seja acompanhado por um *curriculum vitae* do(a) homenageado(a), nos termos da lei. No entanto, muitas vezes foram apresentadas pequenas biografias, como pudemos averiguar na consulta aos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores. Dessa forma, foi possível constituir nosso recorte temporal e selecionar nossas fontes, ou seja, optamos por trabalhar com as leis posteriores a 14 de dezembro de 1981, data da lei 3.399/81 até o ano de 2008, por trazerem justamente textos biográficos dos homenageados e das homenageadas. Não estendemos até 2009 a análise, pois a Secretaria Municipal do Planejamento ainda não possuía tais dados sistematizados. Desse modo, estamos lidando com 699 leis, com biografias de mulheres, nesses 27 anos em estudo.

Numericamente, podemos dizer que os homens prevalecem no espaço urbano londrinense, pois, contando a partir de 1950, em um universo de 4.692 logradouros, apenas 781 foram batizados com nomes de mulheres ao longo dessas seis décadas, o que representa 16,6% do total. Nesse percentual, as mulheres locais são a grande maioria, com aproximadamente 485 personagens. Contudo, uma questão metodológica precisa ser explicitada, pois, ao longo da pesquisa, encontramos diversos logradouros batizados com

⁷ A nomeação de ruas anterior se deu por decisão da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa proprietária das terras. Após 1934, tal função ficou a cargo do Poder Municipal. A lei de 1951 regulamentou as nomeações e oficializou os nomes anteriormente já atribuídos.

nomes, cujo gênero não foi possível identificar, por se tratar de nomes estrangeiros e por não contarem com biografia nos respectivos projetos de lei. Desse modo, esses logradouros são contados no total, mas não na divisão entre homens e mulheres.

Nossas fontes constituem-se, assim, das leis de nomeação das ruas e das biografias a elas anexadas. Esse material encontra-se no arquivo da Câmara Municipal de Londrina e está à disposição para consulta pública. Por meio dos textos biográficos, podemos perceber os discursos acerca dos papéis sociais das mulheres e das concepções do feminino. As biografias ou currículos são anexados ao projeto de nomeação de rua como uma espécie de justificativa para a escolha do nome. Desse modo, é bastante comum que os textos sejam ricos em adjetivos elogiosos, destacando as ações valorosas dos homenageados e das homenageadas com a honra de um nome de rua. A narrativa biográfica, como dissemos, é como um monumento, uma imagem que se lega ao futuro. Concomitantemente, nesses casos, ela funciona como um epitáfio, tendo em vista que aqueles que terão seus nomes utilizados para o batismo de logradouros não podem estar vivos, sendo, portanto, um texto construído por familiares e/ou amigos.

Desse modo, é preciso que deixemos clara a categoria conceitual de que estamos nos valendo ao longo de todo o trabalho, ou seja, esclarecer que entendemos representações como um conjunto de práticas discursivas, construidoras –e construídas– de determinado universo simbólico, compartilhado pelos sujeitos de um grupo ou de uma coletividade. É sempre necessário questionar a quem servem as representações criadas, pois elas são, ao mesmo tempo, instrumentos de controle social. Assim, para o historiador francês Roger Chartier, as representações:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza⁸.

As homenagens foram rendidas às mulheres em Londrina desde 1953. Nesse período, diversas representações de mulheres foram impressas no espaço urbano por meio

⁸ CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002. P.17.

dessas nomeações, pois o imaginário social acerca dos papéis sociais femininos também foi sendo transformado.

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam (...)⁹

Uma perspectiva que nos acompanha ao longo do trabalho é a de que a dominação masculina faz-se presente nas diversas instâncias, além do ambiente doméstico, como procurou demonstrar Pierre Bourdieu¹⁰. Segundo o sociólogo francês, além da unidade doméstica, a dominação masculina pode ser detectada em “(...) instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro do mesmo universo mais privado (...)”¹¹. Assim, algumas representações, como práticas discursivas, estão impregnadas dessa concepção de supremacia masculina.

Alguns autores procuram mostrar que o machismo na América Latina, especialmente no Brasil, é mais do que um comportamento apenas dos homens em relação a si próprios e às mulheres. Seria uma ideologia que promulga que é bom e natural que eles controlem o mercado, o governo e a atividade pública, e que as mulheres sejam a eles subordinadas. Esse pensamento não acompanha apenas o entendimento de mundo dos homens, mas também foi assimilado e incorporado pelo pensamento das mulheres, nas diferentes esferas sociais¹².

Considerando que a cidade é um artefato, produto imaginado e construído pelo ser humano, procuramos sempre trazer próximo a nós a perspectiva de que o espaço urbano pode ser instrumento para consolidação e enquadramento de memórias ligadas a poucos grupos e suas representações. Isso acontece, exatamente, devido ao fato de a memória ser construída, e de que o espaço urbano está repleto de elementos que funcionam como suportes para as memórias, sendo as nomeações de ruas um deles, assim como os monumentos. As memórias estão gravadas nesses elementos, lembrando que o que sobrevive de nossas sociedades, ao teste do tempo, é sempre fruto de escolhas. Diversos

⁹ PERROT, 2005. p.11.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹¹ Idem, ibidem. P.11.

¹² Neuhouser, K. apud SOUZA. E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. IN: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13(3), pp.485-496.

aparelhos urbanos são construídos para legar alguma imagem da sociedade para as gerações futuras, são imbuídos da missão de transmitir um discurso, ao passo que rendem homenagens.

Na tentativa de compreender essas relações de gênero e suas decorrentes representações, esse trabalho está dividido em quatro capítulos. Primeiramente, nos concentramos em refletir sobre as implicações da História, enquanto ciência da ação humana no tempo; em seguida, com as mulheres, de que maneira essa ciência procurou analisar a ação desses agentes históricos, mesmo que tardiamente. Mais especificamente, quisemos entender como a historiografia sobre Londrina investigou – ou não – as ações dessas mulheres na cidade. Desse modo, analisamos os trabalhos de historiadores e historiadoras que foram voltados – mesmo que parcialmente – a compreender as vivências, as imagens e os anseios das mulheres em Londrina ao longo dos anos.

No segundo capítulo, propusemo-nos a averiguar a organização da nomenclatura urbana na cidade de Londrina como um conjunto, procurando, desse modo, apresentar um quadro mais geral sobre a toponímia londrinense e, assim, perceber tendências e rupturas com o passar do tempo, assim como as mudanças sociais ocorridas na cidade. Evidentemente, em meio a esse conjunto de nomeações, procuramos compreender as relações de gênero e as representações das mulheres, como o destaque que elas receberam, ou não, do mesmo modo que quisemos saber quais mulheres estavam sendo representadas e em quais locais da cidade.

Em sequência, no capítulo três, ocupamo-nos com a análise dos elementos extraídos da pesquisa documental, junto ao Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina. Nessa pesquisa, foi possível elencar os nomes de mulheres homenageadas e nos aproximar de suas biografias. Procuramos analisar as biografias das mulheres a quem se pretendia homenagear com um nome de logradouro público. Como já dito, esses textos biográficos encontram-se anexados ao projeto de lei que visa criar o logradouro e que deve ser apreciado pelo plenário da Câmara Municipal de Londrina. Nessa parte do trabalho, intentamos perceber as representações elaboradas e/ou reproduzidas acerca dos papéis sociais das mulheres. Ao lermos as biografias, deparamos com concepções claras que expressam, sobretudo, o papel da mulher subordinada e submissa, das quais pudemos elencar alguns eixos temáticos. Desse modo, para conduzir nossa análise, ela está

apresentada seguindo tais eixos temáticos, por nós elaborados, a partir da leitura dos textos biográficos.

Tendo em vista o grande número de personalidades locais homenageadas e a frequente referência, nos textos biográficos, ao pioneirismo como elemento justificador e promotor da validação das nomeações de ruas, o quarto capítulo objetiva analisar as representações de mulheres no bojo das homenagens ao pioneirismo em Londrina. Isso se dá, sobretudo, por meio do Memorial do Pioneiro, conjunto monumental que apresenta 3.800 nomes de pessoas consideradas pioneiras e 15 imagens artísticas da formação da cidade, dispostos em 17 mastros em uma rua do centro da cidade. Nessa parte do texto, analisamos as concepções de pioneirismo, suas transformações e suas relações com a memória, procurando examinar as relações de gênero ali presentes e investigando acerca da participação feminina nesse conjunto, tanto na listagem de nomes quanto nas imagens nos mastros que compõem o Memorial do Pioneiro. Que mulheres são essas, pensadas e referenciadas por imagens no espaço urbano? É nosso objetivo tentar responder a essa e a outras indagações.

A cidade nos permite ler discursos por meio de suas formas, mas também pelos nomes com os quais ela se chama. Nos nomes estão impregnadas as representações e imagens elaboradas pelos grupos sociais, em relação a si mesmos e aos outros. Nosso trabalho é no sentido de uma análise possível de algumas das imagens presentes nesses discursos urbanos.

Capítulo 1:

História e historiografia das mulheres: Londrina

*É preciso, todavia, não esquecer
as mulheres, entre todos estes homens
que só, vociferavam, clamavam o que
havam feito ou que sonhavam fazer.
Fala-se muito deles.
O que se sabe sobre elas?
Georges Duby*

A revisão e a análise historiográfica são ferramentas para o historiador, dotando-o de uma percepção sobre o caminho percorrido por seus pares a respeito de dados assuntos. Desse modo, orientamo-nos pelo que já foi feito e pelo que ainda pode ser feito. Mas é possível também “(...) demonstrar, pela observação dos historiadores passados, que todo historiador sofre pressões ideológicas, políticas e institucionais, comete erros e tem preconceitos”¹³, seja no passado ou no próprio presente.

Temos como objetivo, nesse capítulo, empreender breve análise do que já foi produzido por historiadores acerca das mulheres, suas contribuições, papéis e representação em Londrina. Desse modo, com as pesquisas históricas, esperamos poder melhor compreender historicamente a atuação dessas personagens e também a reflexão já realizada sobre elas ao longo do tempo.

1. Eles não vieram sozinhos: as mulheres na frente de expansão

A palavra *londrina* é um substantivo feminino. Se consultarmos o dicionário da língua portuguesa¹⁴, veremos que tal vocábulo refere-se às mulheres nascidas em Londres, capital da Inglaterra, podendo ser um adjetivo, quando usado para qualificar algo que venha de Londres ou lá seja produzido. O nome da cidade, considerada “capital do Norte do Paraná”¹⁵, deve-se, sobretudo, à influência da outra capital, a inglesa, na formação dos empreendimentos da região. Assim, é como se fossem cidades londrinas, feitas em Londres e/ou por Londres.

A porção setentrional do Estado do Paraná foi alvo de uma ação capitalista racional, com o objetivo de lotear e vender os 515 mil alqueires que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) – subsidiária brasileira da empresa inglesa Paraná Plantations – adquiriu do governo do Estado em 1925. Essa ação fez parte de um conjunto de medidas empreendido

¹³BOURDÉ e MARTIN apud: SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p.189.

¹⁴ Consultamos a versão *on-line* do Dicionário Houaiss, disponível em <http://houaiss.uol.com.br/>

¹⁵ A historiografia já procurou demonstrar as práticas discursivas no que tange à construção do sentido de *região* no norte do Paraná. “O termo *região* vem do latim: *regio*, que por sua vez deriva do verbo *regere*, o quer dizer governar, reinar. Pretende-se aqui demonstrar que parcela do território que ficou conhecido como Norte do Paraná, durante a década de 1930, foi o reino da CTNP e a cidade de Londrina, sua capital. Faz parte de nosso objetivo demonstrar que, se por um lado, esse reino tem uma delimitação territorial preciso, por outro, possui dimensão sociopolítica e ideológica muito mais ampla”. ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: Representações da política em Londrina: 1930 – 1975**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 20-21.

por um grupo de financistas britânicos, que ficou conhecido como Missão Montagu. Desse modo, em 1929, uma primeira caravana com funcionários da CTNP desembarcou na região, então conhecida como “Sertão do Guayrá”, a fim de demarcar as terras adquiridas e começar o planejamento dos lotes. Os primeiros clientes vieram em 1930 e não pararam mais de chegar. Note-se que os planos de urbanização e formação dos núcleos urbanos foram realizados em Londres e muitas decisões de lá partiram. Como exemplo a deliberação dos acionistas da CTNP – vinda de Londres – de diminuir a largura das ruas em Londrina, pois, no entendimento deles, elas eram amplas demais – 12 metros – para uma cidade que não passaria de 20 mil habitantes.

Uma fronteira em movimento, marcha para o oeste, aventura bandeirante, desbravamento, descobrimento: essas são imagens recorrentes acerca da história da formação dos núcleos urbanos no Norte do Paraná, em especial de Londrina. São representações comumente associadas à força e ao poder masculino. Esse lugar inóspito e perigoso não concordaria – segundo o pensamento normativo – com os gestos meigos e frágeis das mulheres. Mesmo que, pela necessidade da ocasião, elas tenham se despedido do “véu de imaculada proteção” para viverem o dia a dia na “Terra da Promissão” e, assim, construïrem seus sonhos e dias futuros, foram em geral alijadas da memória hegemônica, marcadamente masculina.

Nesta sociedade construída por homens – “pioneiros” – a aventura, a coragem, o espírito bandeirante, identificados aos “gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, e de plantar extensas lavouras”, nortearão a produção da memória e foram imprescindíveis para a construção dos discursos sobre o “progresso”¹⁶.

Narrativas sobre bravura e empreendedorismo estão muitopresentes nas memórias sobre Londrina e Norte do Paraná, nas quais os pioneiros enaltecem sua participação no processo de construção da cidade em meio à mata voraz. Sobre o pioneirismo no Norte do Paraná, contudo, há grande debate na sociedade e na academia. Esses personagens são tidos como exemplos de bravura e empreendedorismo, pois são aqueles que chegaram primeiro e desbravaram as terras virgens, forjando uma cidade-clareira. Durante muito tempo, alguns personagens e famílias “pioneiras” foram cultuados com monumentos,

¹⁶CASTRO, Rosimeire Ap. A. **O cotidiano e a cidade**: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960) Dissertação, Curitiba: UFPR, 1994. p.17-18.

nomes de ruas e espaços museológicos. A eles também foi dado grande destaque em publicações e ações públicas. No entanto, hoje a historiografia relativiza esse conceito, dizendo que pioneiros não são só aqueles que chegaram e “deram certo”, mas também aqueles que vieram para trabalhar no campo, colher o café. Muitos, inclusive, não conseguiram enriquecer com essa atividade¹⁷. A categoria “pioneira” sempre foi muito vaga e pouco referenciada, pois a figura feminina, no pensamento normativo, não se associa à imagem de bravura que a empreitada pioneira demandaria, sendo as mulheres, portanto, em grande parte, preteridas pela memória oficial tradicional, ou então associadas a outras representações, provocando um distanciamento entre as categorias de “pioneiro” e “pioneira”.

Vejamos um raro depoimento de um “pioneiro” sobre a participação das mulheres, em especial de sua esposa, na ocupação do Norte do Paraná:

(...) Não hesitei um só instante em deixar tudo – a cidade, os amigos, o conforto – para me embrenhar no mato e construir o trecho ferroviário Ourinhos-Cambará. Eu era recém-casado e por isso deve ser creditada à minha esposa, à minha querida Isa, que felizmente me acompanha até hoje, a parcela mais significativa do que consegui realizar. Na pessoa dela eu faço questão de prestar uma homenagem a todas as mulheres que ajudaram a colonizar o Norte do Paraná, heroínas anônimas, nem sempre lembradas nas crônicas e nos compêndios de história, mas cuja dedicação ao marido, cuja resignação diante das dificuldades, cuja coragem em enfrentar o desconhecido, merecem tanta admiração quanto os gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, de plantar extensas lavouras¹⁸.

Nessa singela homenagem à sua esposa e, conseqüentemente, às demais mulheres na mesma posição, Gastão de Mesquita Filho, engenheiro da Cia. Ferroviária São Paulo – Paraná, responsável, em 1924, pelo auxílio no Norte do Paraná a Lord Lovat – agrônomo e diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicaty e responsável por conferir a viabilidade dos investimentos britânicos no Brasil, especificamente no Paraná – explicita os papéis sociais convencionados e relativos aos gêneros em uma autêntica fronteira em movimento. Às mulheres cabia o papel de acompanhar, suportar e se dedicar aos maridos, filhos e casa. Pelo discurso normativo, portanto, elas não colonizam, mas ajudam os colonizadores. Aos

¹⁷Para o poder público, pioneiros são aqueles que chegaram entre 1929 e 1939. Para tais personagens há um memorial com seus nomes em 17 mastros de uma praça pública da cidade (capítulo 4).

¹⁸ Depoimento de Gastão Mesquita Filho IN:COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ apud CASTRO, 1994, p.17, grifo nosso.

homens, de perfil aventureiro e semeadores por natureza, cabiam os gestos audaciosos, o espírito de aventura e as grandes empresas. Mas o engenheiro reconhece a importância delas na fronteira e o destemor pelo qual elas deveriam ser lembradas e homenageadas.

É claro que, com isso, não estamos afirmando que as mulheres não possuíam poder de qualquer espécie. De fato, elas não possuíam poder político, poder em sua forma pública, o que não significa estritamente que eram alijadas de todas as formas de poder. Nesse sentido, a historiadora das mulheres, Michelle Perrot, esclarece:

“Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela¹⁹.

A psicóloga Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em obra basilar sobre o papel das mulheres nas relações familiares no Brasil, nos diz que as mulheres, como um grupo historicamente de baixo poder – o público –, desenvolveram certas estratégias de controle para que não se tornassem de todo dependentes. Os homens, por outro lado, pertencentes à esfera pública e possuidores de maior poder, protegem e ajudam as mulheres, já que estas, num nível aparente, são mais dependentes²⁰.

Contudo, Rocha-Coutinho mostra que as mulheres desenvolveram formas de pressão psicológica, a fim de influenciar o comportamento dos parceiros e dos filhos. Isso se dá baseado no modelo de que a mulher é menos competitiva e agressiva e mais emocional e carinhosa. Desse modo, toda ação mais radical e agressiva destoaria do padrão estabelecido e seria mal compreendida. Todavia, as mulheres muniram-se de estratégias de controle que lhes permitiam agir por “detrás dos panos”, influenciando e manipulando os companheiros e filhos, segundo Rocha-Coutinho. Para a psicóloga, é possível identificar cinco diferentes tipos de estratégias adotadas pelas mulheres: 1) formas diretas, como ordens, ameaças e reprimendas; 2) jeitinho, forma indireta de manipulação e controle; 3) vigilância, mormente sobre os filhos; 4) cobrança e chantagem emocional; 5) fragilização do marido e filhos.

¹⁹ PERROT, Michele. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.167.

²⁰ ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

A autora explica que, por estratégias de controle, entende “(...) as formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de modo que nem sempre partiria espontaneamente dela”²¹. Rocha-Coutinho pondera que a utilização da palavra *estratégia* não deve nos levar a pensar que o uso dessas estratégias de controle seja sempre consciente.

As regras sociais indicam que os maridos devem dominar as esposas e filhos. Uma esposa abertamente competente e autoritária significa que o marido aparece como fraco; ambos aparecem como desviantes. Se uma esposa, na verdade, é quem exerce mais o controle, ela também usa táticas que assegurem que o marido tenha a ilusão de que é ele quem detém o poder, pelo menos nas aparições em público.²²

A mulher confinada ao privado fez-se indispensável, uma vez que é a única que conhece e domina os segredos do lar. Desse modo, fragiliza os homens e os filhos e, assim, os domina. O uso de forças estratégicas nem sempre é consciente, mas constantemente eficaz, e remonta a tempos anteriores. Contudo, a mulher teria sido sempre “(...) capaz de intervir, também, na vida pública ou administrativa do país, em especial para proteger filhos, genros e/ou afilhados”²³.

Ao lermos a seguinte passagem do livro de Maria Lúcia Rocha-Coutinho, pensamos não só na amada Isa de Gastão Mesquita Filho, acima mencionada, mas também em todas as mulheres que acompanharam seus maridos nas mais diversas batalhas. Em sua análise, Rocha-Coutinho vale-se de diversos depoimentos de mulheres de duas gerações, sendo um deles bastante elucidativo sobre o papel da mulher incentivadora do marido.

*A mulher ajuda muito na profissão do marido, só ajuda. Triste e desgraçada da mulher que não incentiva o seu marido a progredir. Eu tenho absoluta certeza que se o meu marido hoje está no posto que está, agradeça a mim, sem vaidade nenhuma, pelo incentivo que eu dei a ele o tempo todo e, inclusive, às vezes, até dizendo que ele era mais inteligente do que ele aparentava ser, exatamente pra dizer que ele tinha bastante capacidade para exercer a função que ele exerce.... A mulher, ah, a mulher empurra o marido, a mulher é o braço forte, a mulher, a fortaleza mesmo está na mulher, não resta dúvida*²⁴.

²¹ ROCHA-COUTINHO, 1994, p.127

²² KRAMARAE apud ROCHA-COUTINHO, op.cit, p.140.

²³ ROCHA COUTINHO, op.cit., p.69.

²⁴ Depoimento Sujeito VIII M apud ROCHA-COUTINHO, op.cit.,p.216.

As mulheres historicamente afastadas do espaço e do poder público encontraram, frente aos estereótipos e padrões estabelecidos, formas estratégicas de poder e manipulação, no sentido de terem seus interesses e objetivos alcançados. Com isso, fizeram-se sempre necessárias e conseguiram obter o que mais desejavam, seja dos filhos e filhas, seja do companheiro. Desse modo, destacamos que as mulheres se fizeram necessárias na frente de expansão, na fronteira em movimento, ou seja, na formação da cidade de Londrina e de outras na região norte do Paraná.

Em geral, as mulheres chegaram à Londrina depois de seus maridos, pois há uma tendência presente em diversas zonas de colonização de os homens migrarem, primeiramente sós, dando início aos trabalhos de desmatamento e construção das habitações, para, logo em seguida, buscarem as mães, filhas, irmãs e esposas que haviam deixado nas terras de origem. E é por tal razão que a prostituição se desenvolveu tão depressa. Segundo Leme, “a data não é precisa, presume-se que as primeiras prostitutas aqui chegaram nos anos iniciais, após a fundação da cidade, entre 1929 e 1932”²⁵.

Percebe-se tal movimento ao analisarmos os dados sobre a população londrinense, residente na zona urbana em 1937. Naquele momento, 60% dos habitantes acima dos 15 anos eram do sexo masculino. Pensando nessa tendência de os homens se movimentarem sós primeiramente, imagina-se que a porcentagem tenha sido ainda maior em anos anteriores²⁶.

Nas décadas seguintes, a disposição flui no sentido de que os percentuais se aproximem. Na década de 1940, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940, Londrina contava com 75.296 habitantes, sendo 39.745 homens e 35.551 mulheres, 52,78% e 47,21%, respectivamente²⁷. Dez anos depois, a população de Londrina sofre uma queda numérica, passando à soma de 71.412, mesmo em face do grande crescimento da cidade. Esse fato é explicado pelo desmembramento de alguns distritos, como Nova Dantzig (hoje, Cambé), Colônia Roland (hoje, Rolândia), São Sebastião (hoje, Faxinal) e Marilândia (hoje, Marilândia do Sul). Desse total, 54.587 moravam no território

²⁵ LEME, Edson H. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. 2ª edição. Londrina: Eduel, 2009.

²⁶ CASTRO cita dados de José Maria Tavares. *Ethos do pioneiro*. Semina: revista cultural científica da Universidade Estadual de Londrina. Londrina v.1, n.1, p.34, abr./jun. 1975.

²⁷ BONI, P.C. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40 **IN**: BONI, P.C. (org.) **Certidões de Nascimento da História** : o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.

específico de Londrina, sendo 28.195 homens (51.6%) e 26.392 (48.6%)²⁸ mulheres. Interessante observar que, na década de 1960, acompanhando o ritmo de crescimento da economia cafeeira dos “anos dourados”, a população de Londrina dobra para 133.739 pessoas²⁹.

O fato é que os “pioneiros”, deslocando-se de forma antecipada ou simultaneamente, não vieram sozinhos, trouxeram suas esposas, que enfrentaram as agruras da construção da cidade, pois Londrina até o início da década de 1940 ainda era um sonho a se realizar. Havia pouca estrutura para abrigar e agradar as famílias vindas de outras regiões do país e do mundo. Esses dados devem ser destacados para que possamos compreender que mulheres e homens constituíram a população londrinense de forma igualitária.

No entanto, a presença masculina sempre foi tão forte e marcante que encobriu a participação feminina, suas contribuições e seus papéis, em ambas as esferas – pública e privada. Tanto é que a história das mulheres encontra-se fragmentada, dispersa, sempre indiciária. “As mulheres anônimas, quase sem história, parecem pertencer a uma categoria indistinta, destinadas ao silêncio, coadjuvantes e sombras tênues das ações masculinas, portanto relegadas ao esquecimento”³⁰. As mulheres foram obscurecidas por uma história oficial escrita por homens, na qual se narraram feitos de homens que lutaram em guerras, que descobriram novos mundos, inventaram leis, “(...) as mulheres, muito pouco ou quase nunca referidas nesses acontecimentos, preencheram um espaço em que a presença e o olhar masculino não as alcançaram”³¹. Esse espaço é o lar, eivado da ‘insignificância’ – frente aos grandes atos masculinos – do cotidiano doméstico feminino.

A história, segundo Joana Maria Pedro, foi a ciência que mais tardiamente incorporou a categoria *gênero* em seu arcabouço analítico, pois estava acostumada a narrar os fatos, sempre exaltando os grandes homens. “A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ CASTRO, *idem*.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ BRISOLARA, Maria Cristina F. **A representação da mulher na cidade do Rio Grande em dois marcos temporais: um olhar semiótico sobre um jeito de fazer história**. TESE (Doutorado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p.20

fazem história”³². A incorporação de novas perspectivas ou “o desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino”³³ na História. No entanto, quando as mulheres são contempladas, isso ocorre, em geral, por terem acompanhado seus homens – pais, maridos, filhos –, por tê-los apoiado em suas missões e aventuras. E é, justamente, dessa relação masculino/feminino que nascerá a orientação teórico-metodológica que guiará grande parte dos trabalhos: o conceito de gênero.

O conceito de gênero ainda é, para a grande maioria dos pesquisadores, um conceito em construção, mas, com a finalidade de um breve entendimento sobre tais elucubrações, propomos uma definição sintética. Entendemos *gênero* como estudo das relações entre masculino e feminino, não necessariamente de forma restrita à dialética entre homens e mulheres e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, culturas e tempos históricos. Neste trabalho, nos deteremos no entendimento de papéis sociais e representações de homens e mulheres, bem como de suas consequentes associações aos modelos de masculino e feminino.

2. As mulheres na historiografia sobre Londrina

Muito pouco se fala sobre as mulheres no processo de desenvolvimento e formação da cidade de Londrina, pois, como já comentado, a aventura pioneira é tida como uma experiência masculina. Há aquelas obras que, pelas inúmeras leituras (e releituras) e citações, já são bastante conhecidas do público acadêmico, como é o caso de “Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930/1960”, dissertação de Sonia Maria Sperandio Lopes Adum, e “O Eldorado: Representações da política em Londrina: 1930 – 1975”, obra de José Miguel Arias Neto.

Adum volta-se mais para a análise das representações sociais e das interfaces e antíteses com a vivência local, deixando isso claro ao dizer que pretende “resgatar as duas cidades que conviviam em constantes conflitos”, e revelando seu interesse em mostrar as relações entre os discursos, ditos civilizatórios, e a barbárie paradoxal a eles inerente. Já

³² PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. IN: FERREIRA, A. C., BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, T. R. (orgs.) **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008, p.181.

³³ PERROT, 1992, p.276.

Arias Neto empreende grande e meritório esforço analítico acerca do processo de formação e manutenção das representações da ocupação na região norte do Paraná, sob a atuação da CTNP. A vasta análise das imagens da “Terra da Promissão” e do “Eldorado Cafeeiro”, assim como seu colapso e insustentabilidade, são marcos do trabalho.

São obras notórias em contribuição historiográfica – como veremos ao longo deste trabalho – e também frequentemente referenciadas. Contudo, não nos deteremos na análise de tais obras, uma vez que não contemplam as perspectivas de gênero e história das mulheres. Porém, é preciso que se diga que as mulheres não eram os objetos de pesquisa de ambos os autores. Tais obras tornaram-se importantes referências para aqueles que pesquisam sobre Londrina e região, dentro das diferentes áreas, pelo fato de investigarem os processos de construção e manutenção das representações sobre Londrina e o Norte do Paraná, assim como as ambiguidades e os paradoxos contidos nessas imagens elaboradas, preponderantemente pela companhia colonizadora. São trabalhos ímpares, que contribuíram para que mitos fossem revistos e paradigmas da memória coletiva fossem postos em xeque. No entanto, não contemplaram as relações de gênero e os papéis das mulheres em todo esse processo de produção do conhecimento histórico, seja das mulheres da elite, seja das camadas populares ou mesmo das marginalizadas, como as prostitutas. Lembramos Joana Maria Pedro, que nos disse que a história foi a ciência que mais tardiamente incorporou a categoria gênero em seu arcabouço analítico³⁴.

Pensando na incorporação, mesmo que tardia, das mulheres no âmbito da historiografia sobre o Norte do Paraná e o desenvolvimento de Londrina, destacamos que um número exíguo de trabalhos considerou as mulheres como parte de seu escopo analítico, ou suas diversidades e complexidades, como as aristocratas filantropas, ou as parteiras rurais e as prostitutas da maior zona do meretrício do estado. Apesar disso, algumas dessas pesquisas empreenderam uma abordagem parcial sobre a temática da presença e possível importância feminina para a história local, tendo em vista que se dedicaram, mormente, ao lazer e à prostituição na cidade.

O primeiro trabalho historiográfico, na esteira da história das mulheres em Londrina, é a dissertação de mestrado de Rosimeire Aparecida Angelini Castro, defendida em 1994 na Universidade Federal do Paraná e intitulada “O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e

³⁴PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. IN: FERREIRA, A. C., BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, T. R. (orgs.) **O historiador e seu tempo: encontros com a história**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

representações femininas em Londrina (1930 -1960)”. Em seu trabalho, Rosimeire Castro discutiu as diferentes representações das mulheres em Londrina, incluindo a prostituição, o que nos dá uma ampla gama de análise. Para que tal objetivo ganhasse concretude, Castro recorreu a periódicos e autos criminais, principalmente. Realizou, eficazmente, uma revisão historiográfica sobre as representações femininas e concluiu que “(...) a produção historiográfica – relatos, crônicas, índices, álbuns – e trabalhos científicos silenciaram, fragmentaram, estereotiparam ou excluíram as mulheres, suas experiências concretas, seus discursos, assim como seus diversos papéis sociais”³⁵, que também tentamos apontar. Desse modo, baseada nas contribuições do historiador italiano Carlo Ginzburg³⁶, Castro vai pelos indícios, pelos sinais, sempre perscrutando o universo e o cotidiano feminino em Londrina, percebendo a assimetria das relações de gênero e permanências de algumas imagens e representações sobre as mulheres, pois, afinal, são elas o foco da pesquisa.

Mulheres pobres, donas de casa, esposas, filhas, trabalhadoras, mães, moças solteiras, mulheres da elite, damas de caridade a praticar a filantropia, amantes, prostitutas e meretrizes; “moças de família” e “moças mal faladas”, compuseram este multifacetado universo da pesquisa³⁷.

É preciso que se diga que foi Rosimeire Castro quem trouxe o foco da historiografia para a análise das mulheres e seus papéis e representações em Londrina. A autora narra a história da cidade pensando os lugares e as convenções – criadas já no norte do Paraná ou reproduzidas de grandes centros – para as mulheres. Nesse ponto, é importante uma interrupção, pois Castro já não aborda “as mulheres” como um grupo homogêneo, e sim procura a diversidade nesse conjunto, sobretudo em relação aos grupos sociais. Vamos tentar acompanhar brevemente seu pensamento.

De modo sintético, pode-se dizer que, para as mulheres das camadas remediadas e abastadas, era esperado que ficassem em casa, cuidassem do marido e dos filhos e que, sem dúvida, fossem boas cristãs. Para a formação dessa mulher cristã, segundo Castro, colaborou largamente a fundação, em 1938, do Colégio Mãe de Deus, a primeira escola religiosa de Londrina, coordenada pelas irmãs do Instituto Secular das Irmãs de Maria Schöenstatt, com

³⁵ CASTRO, 1994, pg. 09.

³⁶ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

³⁷ Idem, p.109.

sede na Alemanha. Essa instituição de ensino destinava-se, exclusivamente, à educação de meninas das classes mais favorecidas. Rosimeire Castro, sobre o colégio, argumentou que sua construção está diretamente ligada à imagem de introdução de ares mais civilizados na pequena cidade em formação, tendo em vista se tratar de uma instituição de ensino fundada por religiosas europeias. Assim, estaria diretamente associada às elites e ao poder local, uma vez que se tratava de um terreno doado pela CTNP. Por estar também associado à Igreja Católica, Castro diz que o Colégio Mãe de Deus sempre se orientou por “(...) uma doutrina cristã e uma pedagogia rígida de proibição, punição e reforço da moralidade”³⁸.

O fato da rigorosa separação dos sexos, neste colégio de reconhecido prestígio e da rigidez de formação, exclusivamente para moças, visou manter e preservar os papéis e valores tradicionais femininos, num exercício de coordenar e adestrar seus corpos e sua moralidade.³⁹

No colégio, as moças eram proibidas de usar maquiagem e roupas curtas, pois estavam sendo preparadas para serem boas esposas, além de futuras mães de família. Ao se lançar à análise de alguns autos processuais do Fórum da Comarca de Londrina, Castro percebeu que o Colégio era tomado como sinônimo de moralidade e civilidade, já que, em certos casos de contendas entre cidadãos, que chegaram às instâncias da Justiça, o Mãe de Deus era comumente referenciado para atestar a moralidade e a vivência, de acordo com os bons costumes, de acusadas ou vítimas, tendo em vista se tratar de instituição educacional religiosa de normas rígidas. Desse modo, muitas jovens se defendiam dizendo que lá haviam estudado e que, portanto, eram boas moças. Assim, o colégio funcionava como aval de boa moral.

Já para as mulheres das camadas populares – Castro esclarece que essa categoria não é econômica e socialmente homogênea – era esperado que, além das lides domésticas, cuidados com a família e manutenção da fé, elas trabalhassem a fim de contribuir significativamente para o bem-estar da família ou até mesmo para sustentá-la. Por vezes, algumas dessas “mulheres comuns” eram associadas às chamadas mulheres públicas, já que rompiam alguns padrões esperados na conduta das boas moças. E é preciso destacar que muitas mulheres “comuns”, por não terem condições de sobrevivência na cidade, iam parar na zona do meretrício. A zona sempre foi bastante forte no imaginário da cidade. Castro

³⁸ CASTRO, 1994, p.74.

³⁹ Idem, ibidem.

também se concentrou na compreensão do que se esperava daquelas mulheres e de como as julgavam.

Julgar tem papel importante na obra de Castro, pois a autora se ocupou da análise de autos criminais. Tais documentos, quando investidos de arguta análise, são fontes ricas para descortinar costumes e práticas sociais, muitas vezes veladas em outras fontes. Assim, os autos criminais do Fórum de Londrina foram os instrumentos utilizados por Rosimeire Castro no intento de dar voz a essas mulheres silenciadas nas publicações, comemorações e demais fontes oficiais e memorialistas, bastante comuns na cidade.

As práticas efetivas cotidianas e seus significados simbólicos, a experiência social das mulheres comuns, suas alternativas de sonhos, só puderam ser reconstituídas a partir das diferentes versões de um mesmo acontecimento, da diversidade e dinâmica do meio social que afloram dos processos criminais, desenhando um mosaico colorido do universo feminino. A leitura dessas fontes revelou o eterno conflito de gêneros, os projetos disciplinadores e os espaços de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa⁴⁰.

Desse modo, a autora conseguiu se aproximar de alguns anseios e significados da vivência cotidiana para as mulheres em Londrina. Sua obra, uma análise ampla e rica das relações de gênero e do entendimento acerca dos diferentes papéis sociais das mulheres, foi inspiradora e referência para outros tantos trabalhos, como os analisados a seguir.

Um deles é a pesquisa de mestrado de Antonio Paulo Benatti, “O centro e as margens: boemia e prostituição na ‘capital mundial do café’ (Londrina: 1930 – 1970)” que foi defendida em 1996 na Universidade Federal do Paraná. Nesse trabalho, somos levados a entender que as mulheres estão no centro da temática, tendo em vista a abordagem da prostituição. No entanto, não é esse o objetivo do autor. Benatti é bastante focado na dicotomia centro e margens, principalmente no que tange às fronteiras simbólicas que são elaboradas a fim de condicionar a vida social dos cidadãos londrinenses. Personagens como a prostituta, o boêmio, o marginal e o coronel constituem o foco da atenção e da análise de Benatti, pois são os elementos que perpassam e/ou dialogam tanto com o centro quanto com as margens.

⁴⁰ CASTRO, 1994, p.202

Benatti vale-se de um arcabouço de fontes bastante rico, como crônicas e contos literários, depoimentos orais, leis municipais e diversos periódicos. As memórias de antigos boêmios são apresentadas e nos contam sobre as aventuras das zonas do meretrício de Londrina. A primeira delas situava-se na Rua Rio Grande do Sul e a segunda, na nacionalmente famosa Vila Matos, já fruto do período áureo da cafeicultura paranaense. As relações de poder e pertencimento são exploradas por Benatti, mormente os discursos da “zona” enquanto um mal necessário à sociedade, sobretudo para a conservação do aspecto sagrado do casamento e da esposa, mantendo-as a salvo dos rompantes da natureza masculina. A tolerância que a sociedade londrinense dispunha para as zonas vinha acompanhada de contundente vigilância e controle, inclusive sobre o corpo das mulheres que lá trabalhavam. Um destaque da obra precisa ser feito, trata-se da percepção da existência de redes de sociabilidade e solidariedade formadas nas zonas do meretrício e a importância que adquiriram, de acordo com a análise de Benatti.

Alguns personagens receberam maior atenção, como o boêmio, que era o *bon vivant* das camadas médias e superiores e apreciava a vida noturna. Esse personagem é construído pela sociedade em oposição ao marginal ou malandro, que, sem trabalho ou ocupação reconhecidos, vive de jogos ou golpes, mesmo que o “boêmio” tivesse práticas semelhantes e similares às do “desocupado”. O “coronel” também recebe larga atenção, com a descrição de gostos, manias e da “configuração” desse personagem icônico da noite londrinense. Era ele quem “patrocinava” as casas, quem fazia tudo aquilo possível ao despender largas somas de dinheiro com bebidas e mulheres. Até os cantores de renome nacional e internacional, assim como os estilos musicais e de dança, receberam a atenção do autor. Mas esses personagens demonstram, claramente, a transposição das fronteiras simbólicas e os diálogos que são travados entre o centro e as margens.

Fazemos, então, a seguinte pergunta: quem eram essas prostitutas? Benatti nos diz que, basicamente, havia dois tipos: a “de luxo” e a “marafona”, “distribuídas” separadamente no espaço. Pouco nos conta de suas sociabilidades próprias, de suas histórias, sonhos e trajetórias. Sabia-se da necessidade da existência delas na sociedade londrinense como um mal necessário – para proteger a santidade do lar dos arroubos da paixão masculina – e que muitas eram “importadas” dos grandes centros brasileiros e sul-americanos. Há também aquelas que começaram como prostitutas, talvez nos casebres de palmito da época inicial da cidade, e depois se transformaram em importantes cafetinas,

donas de grandes boates, que recebiam as mais diversas autoridades políticas e policiais. Sobre tais personagens inominadas da cena noturna, Benatti, valendo-se do conceito tradicional de que pioneiro é aquele que obteve sucesso, nos diz que “(...) não se pode negar o *feeling* empresarial dessas pioneiras que também venceram na vida”⁴¹. Ora, desse modo Benatti expande o conceito de pioneiro, agregando também as prostitutas e cafetinas pioneiras, mas mantém a condição de obtenção do sucesso para que o indivíduo (homem ou mulher) seja considerado pioneiro.

Outra importante constatação do autor é que todos aqueles que vivenciavam o prazer erótico e lúdico da noite da rubra Londrina eram boêmios de alguma maneira. Todos, não todas. A prostituta não era boêmia, ela estava lá a trabalho, mesmo quando se divertia nas requintadas e hedonistas noites da zona do meretrício. Benatti dispara: “(...) a boemia era uma vocação eminentemente masculina”⁴², e complementa:

Não é por acaso que a memória da boemia revela-se extremamente falocêntrica. Nela o eros feminino não aparece: a mulher aparece como objeto do desejo, não como sujeito dele. Se mesmo a prostituta não aparece como boêmia, muito menos a “mulher honesta”⁴³.

É, portanto, dessa maneira que a mulher aparece na obra de Benatti, enquanto reflexo do desejo ou objeto de controle. Pouco ou nada se sabe sobre quem são essas mulheres que se tornaram prostitutas. Não obstante, é significativa a contribuição historiográfica da obra de Benatti, pois, pela primeira vez, ocupou-se da história marginal da cidade, das zonas do meretrício e, sobretudo, da relação dialética com o centro, com a dita “sociedade moral”. A dominação masculina, inclusive sobre a diversão e a boemia, é importante contribuição para a compreensão das relações de gênero na Londrina áurea da década de 1950.

Outra obra que segue o caminho inicialmente trilhado por Benatti é a dissertação de Edson José Holtz Leme, intitulada “Faces ilícitas de uma cidade: representações da prostituição em Londrina - 1940-1966”, defendida na UNESP – Campus de Assis, que teve sua primeira edição em livro em 2005⁴⁴. Enquanto Benatti investigou a relação

⁴¹ BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: Boêmia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina: 1930-1970) Dissertação (História). Curitiba, 1996, p.145.

⁴² idem, p. 214.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ LEME, Edson H. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. 2ª edição. Londrina: Eduel, 2009.

centro/margens, Leme procurou indagar sobre as relações de poder, em suas diferentes instâncias, no que concerne à prostituição em Londrina.

Tendo em vista o silêncio das tradicionais fontes sobre a prostituição e as prostitutas, Edson Leme também se valeu de grande e diversificado arsenal de fontes, utilizando tanto periódicos quanto processos criminais do Fórum da Comarca de Londrina e depoimentos orais com aqueles que viveram a noite de Londrina. Portanto, no escrutínio de suas fontes, Leme encontra grande destaque dado a duas representações das mulheres: a mulher casta e guardiã do lar, e a mulher pública, fonte de prazer sexual e liberação dos instintos masculinos. E é na presença de ambas que a sociedade encontra o equilíbrio necessário para a manutenção da ordem social.

Enquanto os homens se divertiam com as chamadas mulheres públicas, suas mulheres e filhas eram aconselhadas, em nome da honra e moral cristãs, a permanecerem castas junto ao sagrado espaço do lar. Para muitos, a existência da prostituição justificava-se como sendo providencial para garantir a descarga dos instintos ‘naturais’ masculinos, salvaguardando, dessa forma, a integridade moral das mulheres honestas da cidade. As representações que homens e mulheres do período tinham sobre a questão da sexualidade, especialmente dos papéis a eles reservados, corroborava para que essa transgressão masculina, mesmo considerada ilícita, fosse tolerada pela moralidade vigente. (...) As mulheres honestas eram assim preservadas para assumirem seus futuros papéis de esposas e mães⁴⁵.

Essa passagem do texto de Leme é bastante elucidativa sobre o conjunto de sua obra. Há, sem dúvida, ao longo do trabalho do historiador o embate entre essas duas figuras femininas. No entanto, mais do que mostrá-las apenas, Edson Leme procurou desvendar os processos de construção de ambas e, sobretudo, como a sociedade londrinense se apropriou delas. Nesse sentido, o historiador apresenta as falas do poder instituído (Prefeitura, Justiça, Câmara e Igreja), com o propósito de mostrar o processo de “formatação” da boa moça casadoira e as medidas repreensivas em relação a qualquer desvio do caminho que levava a mulher à castidade, representado pelo papel de mãe e esposa.

A análise baseada nos autos criminais é o que diferencia de forma ampla o trabalho historiográfico de Leme. Por meio deles, o autor procura mostrar como o estigma da zona do meretrício e da prostituição está arraigado na “sociedade moral” londrinense, ressaltando as

⁴⁵LEME, Edson H. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. 2ª edição. Londrina: Eduel, 2009, p.79.

fronteiras simbólicas apresentadas por Benatti. Como, por exemplo, em dois casos nos quais o historiador mostra jovens que foram aos tribunais enquanto vítimas de crimes de sedução, mas que, por conviverem com prostitutas nos bares da cidade, são transformadas, em função do discurso moralista, em provocadoras dos casos e, portanto, em rés.

A última parte do trabalho de Leme é dedicada às “memórias de uma protagonista”, como o autor a chama. Nessa parte, as memórias de Palmira, uma prostituta de ‘idade avançada’, têm destaque. A entrevistada conta um pouco de sua vida, de como entrou para o ramo da prostituição e relembra os tempos áureos da zona do meretrício em Londrina, mas também as mazelas e os perigos da profissão, assim como apresenta detalhes do controle realizado sobre as prostitutas e da tolerância da polícia com a fiscalização das boates. Palmira revela que algumas dessas prostitutas da Vila Matos se casaram com clientes e vieram a se tornar insuspeitas donas de casa. Mas também conta que grande parte delas se mudou quando o “ouro” acabou na década de 1970 e as zonas não tinham mais o prestígio e o agito de outrora. Os relatos orais são fontes poderosas para o historiador, pois, por meio deles, novas vozes entram em cena, contemplando facetas da história que os documentos escritos não revelam.

As relações de gênero e as representações, no plural, sobre as mulheres têm papel central na obra de Edson Holtz Leme. O confronto maior está entre a mulher, consonante aos modelos e princípios tratados como femininos e socialmente aceitos, e aquelas mulheres ditas de “vida fácil”, aquelas que, por força do destino ou por livre escolha, vivem do prazer sexual alheio. O autor explora, mormente, os processos de validação e manutenção de ambas as representações da mulher. O colapso desse embate vem com a falência da zona do meretrício já nos anos 1970 e o consequente abandono da cidade por grande parte das prostitutas, que seguem para outras localidades à procura de novas paragens e clientela. Acompanha esse fenômeno a chamada “revolução sexual”, em voga desde os anos de 1960, propagando maior liberdade sexual e revendo papéis masculinos e femininos. Os discursos reguladores do papel feminino já haviam mudado, deixando de moldar o cotidiano, a sexualidade e as sociabilidades femininas.

Rosimeire Castro voltou a se dedicar à história das mulheres em sua tese de doutorado⁴⁶, na qual procurou investigar profundamente a vida cotidiana de mulheres

⁴⁶ CASTRO, Rosimeire. **Ecos da Memória**: Uma contribuição à história da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975). Tese de Doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003.

londrinenses. Nesse trabalho, frente ao silêncio de muitas fontes escritas, pois, como nos diz Perrot, “a dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados”⁴⁷, Castro optou pela história oral e entrevistou 14 mulheres que chegaram à Londrina entre 1930 e 1953. Ela justificou o recurso da história oral da seguinte maneira:

As experiências femininas, inscritas no passado e rememoradas no presente, indicam um lugar social onde as mulheres se percebem e problematizam o mundo. Como “guardiãs da memória”, as mulheres têm uma enorme capacidade de tecer relações e redes. Disto decorre o seu relevante papel no registro, conservação e transmissão das histórias vividas individuais e coletivas do grupo, da família, da região⁴⁸.

São relatos de mulheres que deixaram outras partes do país para migrar até uma região ainda inóspita. Desse modo, a narrativa construída por Rosimeire Castro concentra-se largamente, numa primeira parte, na cultura material, pois os depoimentos estão repletos de cuidados com o lar, com os filhos, com a manutenção da casa e da vida, agora nessa nova cidade. Estão presentes as constatações de quão dura era a vida, a presença constante da terra vermelha e da lama e do pó que eram dela decorrentes.

“Lá numa tarde lamacenta, nós chegamos na Maria Fumaça. Barro que tinha, Rosi! Nossa Senhora! Tinha chovido! Nossa mãe! Você imagina que ele [marido] tinha um pé de bode e não pode ir de pé de bode da estação me esperar. Nós viemos de como é que chama de aquele puxado por cavalo? De charrete (...) Ele veio um mês antes.”⁴⁹

O cuidado com redobrado com a saúde e a atenção contra os animais faziam parte do cotidiano das famílias naquela Londrina que se iniciava:

“Meu marido dizia ‘a Nair virou uma onça (...) Eu ficava em volta do meu filho assim, parecia uma onça mesmo! Sabe? Então, e, e como a gente morava em, já casa de madeira, mas sempre tinha bichinho, porque era uma terra, era sertão minha filha! Então a, tinha aquelas latinhas de manteiga Viação. Tem até hoje! (...) Então a gente pegava latinhas e, e limpava bem, punha água e punha quatro latinhas, cada pé do berço da criança dentro da latinha com água e com um pinguinho de creolina assim

⁴⁷ PERROT, 2005, p.29.

⁴⁸ CASTRO, 2003, P. 39

⁴⁹ Depoimento de Evangelina Bonifácio e Silva. IN: CASTRO, 2003, p.57.

que era para, se os bichinhos fossem ali, eles caíam na água e morriam, você vê como é que era a defesa, né?”⁵⁰

Esses depoimentos, repletos de memórias sobre as dificuldades da Londrina inicial, são acompanhados de relatos de assistência mútua, solidariedade e intensa sociabilidade entre as mulheres.

Dos movimentos pelas ruas e quintais teceram-se os laços de convívio e solidariedade entre vizinhança e o grupo que, improvisados e modificados continuamente, foram fundamentais para sobrevivência das famílias na fronteira. A compreensão e a reconstituição destas mediações femininas, na vida cotidiana, permitem integrar as mulheres no processo de ocupação das fronteiras, bem como interpretar o processo incipiente de povoamento e urbanização das frentes pioneiras, a organização das famílias e, por fim, a constituição dos grupos e sua inserção na sociedade⁵¹.

Segundo Rosimeire Castro, foi essa relação de solidariedade que integrou as mulheres e possibilitou que passassem por momentos importantes e difíceis da vida – sobretudo no “sertão” – com menos sofrimento e mais amparo. Dois desses momentos de necessidade são, sem dúvida, a gravidez e o parto.

A vizinhança e o compadrio integraram as mulheres a uma rede de solidariedade que as amparava, sobretudo, em alguns ciclos vitais femininos, por exemplo, no parto. Neste grande rito da existência – o nascimento –, o médico e os familiares ausentes eram substituídos pelas vizinhas e comadres, que se agregavam para garantir à parturiente os primeiros cuidados com o bebê, a dieta alimentar e a substituição nos afazeres domésticos durante a quarentena. Estes gestos revelavam a preocupação das mulheres com a saúde da parturiente e da criança.⁵²

Essas redes de sociabilidade e solidariedade também se constituíam para além da vizinhança, tomando em análise os bailes, as procissões, as reuniões de igreja, entre outros. Rosimeire Castro procurou mostrar que houve um desenvolvimento de outras práticas sociais, conforme a ascensão social dessas famílias e/ou que essas práticas já se davam entre as camadas sociais privilegiadas da incipiente elite londrinense. Dentre as mulheres, a filantropia mostrou-se como grande ferramenta de inserção social e rompimento com o

⁵⁰ Depoimento de Nair Págia Piantini. IN: CASTRO, 2003, p.84.

⁵¹ CASTRO, 2003, p.153.

⁵² Idem, p.154.

espaço privado do lar, além de estreitar os laços de amizade e sociabilidade. A filantropia trouxe também o acesso às “funções masculinas” como o controle de dinheiro, o contato com mídia, fornecedores, etc. Algumas dessas mulheres aproveitaram a exposição propiciada pelas campanhas filantrópicas para delas fazer uso político, rompendo definitivamente com o espaço privado e com os supostos padrões para o comportamento feminino. Essas campanhas também supriam, é claro, as necessidades básicas de uma população carente, que começava a se avolumar com o passar dos anos, com o crescimento severo da cidade e a constatação de que o progresso na “terra da promessa” não era para todos.

As habilidades adquiridas pelas mulheres na árdua luta pela sobrevivência na fronteira foram determinadas nas ações dessas filantropas. Através da atuação em sociedades filantrópicas as mulheres redefiniram suas identidades e redescobriram-se como resultado de uma vivência coletiva comum, que as levou à construção de um nós, com relações fundadas na confiança e na solidariedade num espaço de consenso e não de contestação.⁵³

Portanto, entendemos que Castro empreendeu uma significativa contribuição historiográfica para a compreensão da vida cotidiana de mulheres em Londrina ao longo do processo de ocupação e construção da cidade. Tal percurso mostrou-se exitoso, pois a historiadora recorreu à história oral e, em decorrência, à análise da cultura material, a fim de superar os silêncios existentes sobre a vida cotidiana das mulheres – tomada como insignificante, muitas vezes – nos documentos escritos, mormente os de caráter oficial, voltados às ações masculinas.

A solidariedade, sobretudo entre mulheres no momento do parto, já mencionada por Rosimeire Castro, é um dos elementos centrais da pesquisa de Lúcia Glicério Mendonça em sua dissertação de mestrado, defendida em 2004 na Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ –, sob o título de “As parteiras de Londrina (1929 – 1978)”. Como fonte, a autora utilizou – além de certa documentação escrita – os depoimentos de quatro ex-parteiras de Londrina e região. Em verdade, seu objeto maior foi o impacto dos cursos de treinamento para parteiras leigas, promovidos pela 17ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, sediada na cidade de Londrina,

⁵³ CASTRO, 2003, p.241.

no final da década de 1970. Mendonça procura investigar como se davam as relações entre as parteiras e destas com os profissionais da saúde, representantes da saúde pública.

Na busca de seus objetivos, Lúcia Mendonça apresenta outras contribuições para a percepção histórica do período e do tema, como, por exemplo, a questão sobre quem eram essas mulheres que passavam as suas vidas a trazer crianças ao mundo. Como já destacado, a solidariedade é bastante comum em regiões de fronteiras, desprovidas de necessária infraestrutura. O momento de dar à luz uma criança é uma das situações em que mais se pode contar com a colaboração solidária, pois é entendido como extremamente importante, requerendo, assim, muita atenção.

Aproximando-se do objetivo de investigar quem são essas parteiras, por meio das entrevistas, Lúcia Mendonça conseguiu elaborar aquilo que seria por ela entendido como o “espírito de parteira”, trata-se de:

[...] a coragem, a fé, o amor ao próximo, a solidariedade, o cuidar do próximo e a curiosidade – vontade de saber, o conhecimento atingido através da experiência, assim elas se autodefinem. Explícita ou implicitamente em suas falas, surgem os atributos que constituem o “espírito de parteira”. E todas elas demonstram comungar neste espírito⁵⁴.

Nesse sentido, as parteiras não eram apenas aquelas que viam⁵⁵ os partos, mas eram pessoas próximas da comunidade, sobretudo aquelas da zona rural ou de pequenos municípios, como algumas depoentes. Assim, “a parteira não era apenas um recurso. Nesses casos, ela era a vizinha, a parenta. Ela era a comadre, a pessoa de confiança e íntima do grupo familiar”⁵⁶. Muitas dessas mulheres, imbuídas do espírito de parteira, transformaram-se em parteiras pela necessidade do ambiente em que viviam. Não havendo médicos, ou condições de acesso aos médicos existentes, o recurso era a parenta corajosa, como destacam as depoentes.

Cabe uma análise de que o progresso da cidade “*que mais cresce no Brasil*” não atingia a todos, as benesses do progresso e da modernização aconteciam sem modificar a lógica da exclusão social, segundo a autora, que cita Adum. Lúcia Mendonça historiciza a saúde em Londrina e seu acesso, concluindo que a população não contribuinte com a

⁵⁴ MENDONÇA, Lúcia G. **As parteiras de Londrina** (1929 – 1978). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. P. 116.

⁵⁵ Ver o parto, segundo a autora, é assistir ao parto, auxiliar a mãe e trazer a criança ao mundo.

⁵⁶ MENDONÇA, 2004, p.93.

previdência social viu-se sem auxílio para o parto e atendimento médico em geral⁵⁷. Em paralelo, a autora procurou mostrar que a realização do parto em casa era também uma opção. Algumas mulheres preferiam ter seus filhos em casa, com a proximidade e o acolhimento que a parteira podia proporcionar. Mas que tipo de família recorria a essas parteiras, onde e com que público atuavam essas mulheres?

*Tudo! Cidade, sítio, fazenda. Até na zona do meretrício a gente ia. ..Todo o tipo de família, com dinheiro, sem dinheiro.” ...“Não importava, tivesse dinheiro, não tivesse. Galinha, um frango” ...Tinha toda gente que eu atendia os filhos aqui, que era fazendeiro. Eles matava os boi no Mato Grosso. Chegava em casa, o pernil ainda tava quente. Porque eu atendia os filhos dele. Fazendeiro! Com dinheiro!*⁵⁸

Essa grande atuação e a circulação das parteiras levaram, segundo Lúcia Mendonça, ao interesse da Secretaria Estadual de Saúde em elaborar os cursos de capacitação das parteiras, pois, assim, elas serviriam como disseminadoras do conhecimento e das práticas de higiene. A essa associação Mendonça chamou de “elo” e asseverou que “esta elaboração teórica consiste na percepção por parte dos funcionários do Estado do potencial de iniciativa, aconselhamento e liderança que as parteiras tinham dentro de suas comunidades”⁵⁹. É claro que essas mulheres, majoritariamente com pouco estudo formal ou analfabetas, aproveitaram esses cursos para melhorar seus atendimentos e se diferenciar umas das outras para a clientela⁶⁰. E, no sentido de Ginzburg de circularidade cultural, essas mulheres mesclavam sua prática às orientações adquiridas nos treinamentos. Assim, “[...] os conhecimentos e técnicas contidas nas orientações dos treinamentos eram apropriados e, em alguns casos, reelaborados à luz da experiência de cada uma”⁶¹.

As motivações políticas também estão presentes na realização e participação nos treinamentos dessas parteiras, pois, além de utilizá-las enquanto disseminadoras de conhecimentos e práticas higienistas, muitos políticos, envolvidos nos treinamentos, valiam-se das cerimônias de entrega dos certificados de qualificação para motivos eleitorais. Uma

⁵⁷ MENDONÇA, 2004, passim pp.68-84.

⁵⁸ Depoimento de Adelaide a MENDONÇA, 2004, p.126.

⁵⁹ MENDONÇA, 2004, p.10.

⁶⁰ A autora destaca que havia concorrência entre as parteiras urbanas, que procuravam se diferenciar umas das outras.

⁶¹ Idem, p. 138.

das depoentes destacou que os encontros com o secretário estadual de saúde eram sempre filmados e fotografados abundantemente.⁶²

O trabalho de Lúcia Glicério Mendonça é uma rica contribuição ao entendimento do cotidiano das mulheres em Londrina, ao longo de cinco décadas, principalmente por ser concernente a um aspecto bastante ressaltado enquanto elemento formador do ser mulher, ou seja, há, no trabalho, um balanço sobre a maternidade e o ato do parto. Mais do que isso, é valiosa a análise da importância que as parteiras adquiriram em uma cidade carente de estrutura médica. Essas mulheres, com pouca educação formal, ganharam status de líderes comunitárias ao serem recrutadas pela secretaria estadual de saúde. Será que tal proeminência se reverterá em nomes de ruas na cidade de Londrina?

Enfim, esse breve balanço da historiografia produzida sobre as mulheres em Londrina nos leva a pensar o espaço público também como um espaço para se refletir sobre a presença ou a ausência das representações sobre as mulheres. É importante salientar que as mulheres, cujas vidas deveriam estar sempre circunscritas ao lar, são difíceis de localizar e analisar ao utilizar fontes “públicas”, ou seja, fontes históricas que privilegiem os espaços públicos e não o privado. Os arquivos privados, na opinião de Perrot, são um grande domínio para o historiador que se dedique à história das mulheres. Mas mesmo lá o silêncio reina, mormente em face das destruições por parte das famílias ou das próprias mulheres por vergonha, pudores e medo⁶³.

Com todas as reformulações do trabalho historiográfico e, cada vez mais, a ampliação do conceito de fontes históricas, os historiadores e as historiadoras devem também estar atentos a outras possibilidades para o desempenho de sua pesquisa. É claro que não é um desprezo das fontes “públicas” ou que enfatizem a esfera pública da vida, ao contrário, essas fontes devem, sim, ser exploradas – como o foram pelos historiadores analisados –, pensando em todo o potencial que se pode delas obter, pensando o não dito como um recurso de análise. As fontes orais, utilizadas em alguns dos trabalhos analisados, são sempre válidas para a história das mulheres. Em meio a tantos discursos e tantas representações, o que não se disse sobre as mulheres – em toda sua heterogeneidade?

A historiografia londrinense já fez significativos avanços na perspectiva de melhor compreender as relações de gênero na história e memória da cidade. É por tal razão que

⁶² MENDONÇA, 2004. P.150.

⁶³ PERROT, 2005, passim..

empreendemos esse trajeto, pensando que há uma fase de reflexão mais ampla sobre as representações acerca da cidade e sua construção, passando para um momento no qual novas fontes e temas são abordados, ampliando os objetos da historiografia, e englobando, finalmente, as mulheres e as relações de gênero. Essa percepção nos levará a questionar qual a razão de as mulheres serem menos representadas no espaço urbano, tendo em vista que são também pioneiras e construíram a cidade.

Para que possamos tentar responder tais questões é preciso primeiramente pensar como a toponímia – o conjunto de logradouros e seus nomes – tem sido organizada em Londrina ao longo de seus 80 anos, procurando encontrar as temáticas mais frequentes em cada período. Assim, é possível que localizemos, nesses conjuntos de logradouros, aqueles que homenageiam as mulheres, e que também percebamos quão diversas elas são. Essas ruas, praças e avenidas são instrumentos de inserção das mulheres no espaço urbano.

Capítulo 2:

Nomeações de ruas em Londrina

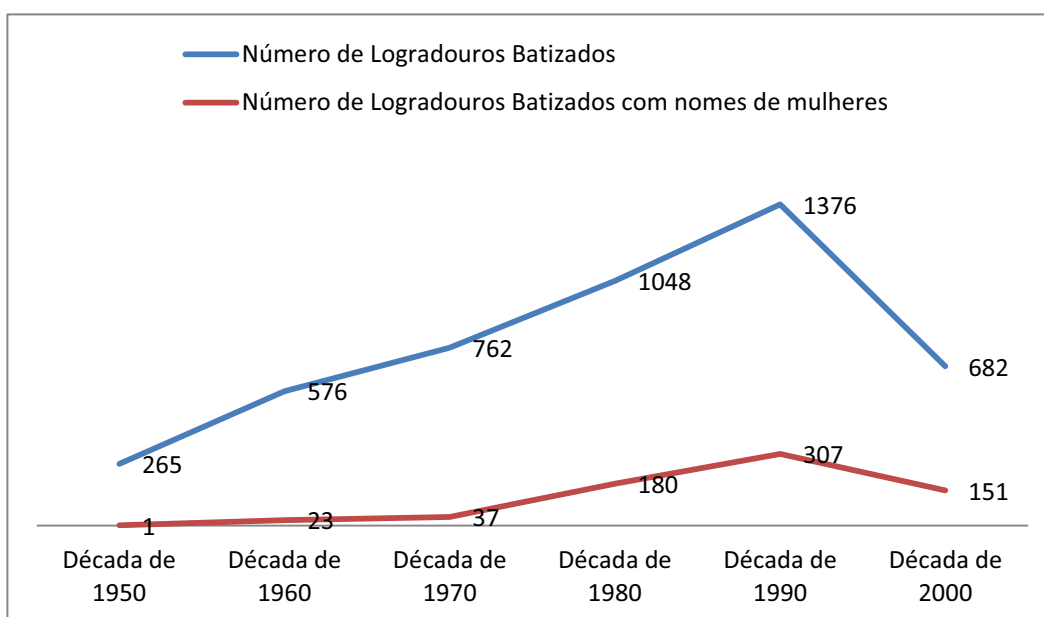
*Quando nasce o costume de dar às ruas
nomes que não tem relação com elas,
mas lembram homens célebres, etc?*

Walter Benjamin

1. Nomeações de logradouros: conceitos e práticas

Analisar as nomeações de ruas de uma cidade é compreender as profícuas relações que a História pode traçar com a urbe, perceber os heróis que são homenageados no espaço urbano, e aqueles que são silenciados; é também perceber a dinâmica do urbano por meio das trocas de nomes das ruas, em face das mais diversas razões. Desse modo, tendo em vista nosso objetivo de investigar as nomeações de ruas de Londrina, a fim de perceber as representações das mulheres, nos propomos, a partir de agora, a pensar a toponímia – conjunto de logradouros – londrinense de forma geral, analisando os panoramas estabelecidos ao longo do tempo e os discursos que foram produzidos e reproduzidos por meio do espaço urbano. Assim, almejamos nos aproximar da historicidade dos discursos da memória e de como as nomeações de ruas seguem eixos norteadores diferenciados em épocas diversas da história das cidades.

Gráfico 1 - Total de logradouros e número de logradouros com nomes de mulheres em Londrina (1950 - 2008)



*O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

O gráfico 1 possui os dados numéricos gerais da nomeação de logradouros em Londrina desde a década de 1950 – quando se fez a regulamentação legal do batismo de ruas – até o ano de 2008. Contém, em comparação, os dados acerca dos logradouros com nomes de mulheres. É importante esclarecer que, no período de 1981 a 2008 – nosso

recorte temporal para o presente trabalho –, estão concentradas 65,95% das nomeações de ruas de Londrina. Se somadas as três décadas anteriores (1950, 1960 e 1970), totalizarão 1.603 logradouros, o que corresponde a 34,05% do total de ruas da cidade. É também nesse período, pelo qual optamos enquanto recorte temporal para este estudo, que se dará uma maior utilização dos nomes de mulheres no batismo de ruas na cidade de Londrina.

Averiguar as nomeações de ruas de uma cidade é procurar compreender os processos de formação e reformatação das memórias e suas representações. Podemos considerar os diversos elementos urbanos (prédios, praças, bairros, ruas, monumentos, etc.) como documentos para que histórias possam ser narradas, tendo em vista que são a expressão de momentos passados, artefatos e imagens da cidade, tornando-se, assim, representações da memória.

A inserção mais profícua da memória no espaço urbano se dá por meio dos monumentos, essas ruínas do passado ou construções investidas da intencionalidade de legar a memória às gerações futuras. Françoise Choay procurou sistematizar e apresentar os conceitos de monumento e monumento histórico⁶⁴. A diferenciação está basicamente no momento em que esses artefatos da cultura material são investidos de aura simbólica e de representatividades. Monumento, para Françoise Choay, é a construção executada para ser monumental, ou seja, o investimento simbólico se dá *a priori*, é feito para lembrar e celebrar uma memória viva, como o Arco do Triunfo de Paris, os obeliscos de Washington e Buenos Aires, o Memorial do Pioneiro de Londrina, entre outros. Assim, “(...) tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, chamar-se-á monumento”⁶⁵

Já o monumento histórico seria uma invenção ocidental, pois é a herança de tempos anteriores e foi construído como uma edificação comum para uso específico e, *a posteriori*, investido de uma aura espetacular, como um monumento histórico, devido à relevância arquitetônica e/ou histórica a ele atrelada. São exemplos disso os diversos castelos medievais da Europa, o Coliseu, a Torre Eiffel, os fortes e fortalezas da costa brasileira, entre tantos outros espalhados pelo globo. O que nos importa destacar é que as cidades são eivadas de significados, sejam elaborados *a posteriori* ou anteriormente à construção.

⁶⁴ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

⁶⁵ CHOAY, 2001, p.18.

Nesse sentido é que Calvino nos diz que “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente”⁶⁶, repete-se para divulgar mensagens e ideias, para fixá-las. Mas a cidade não é sujeito das ações, ela é, sim, uma projeção dos imaginários, que, por sua vez, se encontram materializados nos elementos urbanos. No entanto, toda imagem fixada na cidade é uma imagem parcial, uma variante dos fatos, elaborada por um autor ou por um grupo de autores. Assim, ao depararmos com esses diversos *documentos urbanos*, devemos nos questionar acerca de com qual versão estamos nos contatando, qual grupo social a propôs no cenário urbano, assim como nos orienta Ulpiano Bezerra de Meneses:

Qual cidade? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões?), dos donos do poder, de ontem e de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, planejadores e tecnocratas? Dos habitantes? Quais? Do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói, simples instrumento?⁶⁷

Contudo, devemos analisar essas fontes urbanas como as fontes escritas, ou seja, pensando-as como versões do fato ou do momento e atrelados à percepção de seus autores. Examinamos, desse modo, os documentos como frutos intencionais de uma sociedade em legar uma imagem de si para as próximas gerações⁶⁸. Nesse sentido, entendemos os monumentos, assim como os demais elementos e imagens urbanas, atrelados a essa função de perenização de representações, operando analogamente aos documentos escritos. É nesse sentido que Rachel Rolnik comenta que a arquitetura pode operar como documento, mantendo em seus materiais, formas e desenhos os vestígios de outra existência.

A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além de continentes de experiências humanas, a cidade também é um registro, uma escrita, materialização de sua própria história⁶⁹.

⁶⁶ CALVINO, 2006, p.23.

⁶⁷ MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História. São Paulo, V5 No. 8/9. PP.197-205. set. 1984/abr.1985., p.199

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. IN: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional – casa da moeda, 1984.

⁶⁹ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988. Série Primeiros Passos, p.9

No entanto, não apenas a arquitetura de uma cidade materializa suas histórias, mas também o traçado urbano, suas árvores, suas ruas, suas praças, montes, lagos e mares. As ruas e avenidas podem ser consideradas referências em uma cidade. Afinal, é preciso que as residências, os comércios, os prédios públicos estejam sempre em alguma via. A rua pode ser também o espaço de lazer e sociabilidade, das brincadeiras, das festas e feiras, etc. Para inclusão total de um cidadão e de uma cidadã é preciso que eles tenham um endereço, com uma rua identificada, uma casa numerada. A rua também proporciona as mais diversas sociabilidades, convivências, trocas, conversas, olhares. É na rua, e também com a rua, que autores *flâneurs* como Charles Baudelaire, Walter Benjamin e João do Rio se comunicam. É justamente na multidão da rua moderna que esses personagens flanam, embevecidos da beleza, da emoção e da podridão da multidão e da urbe.

As ruas que seguem nesta análise não são as ruas de Baudelaire, vislumbrando as musas da multidão – *Il n'est pas donné à chacun de prendre un bain de multitude: jouir de la foule est un art*⁷⁰ – nas ruas da literatura. Nossa preocupação será encontrar as ruas oficiais, aquelas que, por meio da intervenção do poder político institucionalizado, oficializaram-se ao serem batizadas com certos nomes. Rua, genericamente, designa a oposição ao lar, ao privado, podendo ser, propriamente, ruas ou avenidas, bulevares, vielas, praças, etc.

É preciso que se diga que a História tem voltado pouco seu olhar para propostas com abordagens como a nossa. Considerando que a cidade é um artefato, as ruas são impregnadas de sentidos da cultura da sociedade produtora da urbe, mas também de seus conflitos e múltiplas facetas. A História vem analisar essa impregnação de sentido que se atribui às ruas quando estas são batizadas com dados nomes, sobretudo quando ligados a personagens de relevante significância para a historiografia. No entanto, é necessário destacar, e alguns autores procuram demonstrar tal fato, que esses valores não são imutáveis, pois, por pertencerem à cultura e à memória, são passíveis de negociações e mutações com o passar do tempo. A autora Célia Souza aponta que, “(...) com o decorrer do tempo, os nomes das ruas e praças vão se alterando, acompanhando a dinâmica urbana, no sentido de acompanhar uma nova época, um novo tempo, um novo fato ou **um novo mito**.

⁷⁰“Não é dado a todo mundo tomar banho de multidão: gozar da presença das massas populares é uma arte” (Tradução livre). BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Tradução de Gilson Maurity. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2006.

Essas mudanças nem sempre são simples ou aceitas tão facilmente” ⁷¹. Essa dinâmica de reatizações é um campo cheio de oportunidades de análise para o historiador, pois se coaduna à perspectiva das mentalidades e às diversas lutas – internas ou não – de um grupo social para se afirmar na coletividade.

Gabriel Ramon J., em estudo sobre as ruas de Lima, Peru, esclarece que “o tratamento dado pela cidade oficial à nomenclatura diz muito sobre as características do projeto urbano que esta tramava” ⁷². O caso de Lima é interessante, pois, segundo o autor, no início do século XVIII, com a autorização do poder público, a população já havia batizado todos os lugares da cidade. Significativo também, além de profundamente simbólico, é o ato do general San Martín, ao ocupar a capital, Lima, na primeira metade do século XIX, e tomar para si o comando do país, de mudar os nomes dos baluartes da muralha e de algumas ruas, conferindo, inclusive, a uma delas o nome de “Rua do Inca”. Segundo Ramon J., a ideia era “apagar” o período do vice-reinado, período colonial de dominação espanhola. Para se romper com o passado colonial, segundo o autor, foi necessário buscar no passado ancestral figuras idealizadas, como o Inca, reforçando a busca por outros mitos. Assim, percebemos como a nomenclatura urbana é significativa na formação e manutenção de imaginários e da memória coletiva. Nesse sentido, o historiador nos diz que:

Agora, os nomes das ruas não tinham a função de meros referenciais de orientação espacial ou administrativa, como haviam pretendido as autoridades borbônicas, mas que criavam (e serviam de) referenciais históricos, adquirindo **utilidade cívica**. Ao caminhar por ruas que tiveram nomes de “grandes batalhas” (escassas, com certeza), os membros da sociedade civil, e especificamente seu componente majoritário (o povo), deviam afirmar seu vínculo de admiração com o Estado. O patriotismo podia ser um elemento-chave para obter a licitação. ⁷³

Gabriel Ramón J. mostra que a interferência do Estado se dá muitas vezes no sentido de estabelecer uma tábula rasa de elementos considerados – naquele momento e por certo grupo – nocivos à construção da identidade oficial, seja nacional ou local. Nesse sentido, Ramón J. destaca a importância da memória na construção das identidades e enfatiza uma

⁷¹ SOUZA, C F. O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público) IN: BRESCIANI, Maria S. (org.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. P.138, grifo nosso.

⁷² RAMON J., Gabriel. Com a pátria nas paredes. A regularização da nomenclatura urbana de Lima (1861). IN: BRESCIANI, Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2001.

⁷³ Idem, p. 130, grifo nosso.

utilidade cívica das nomeações de ruas, pois estas reforçariam os laços de pertencimento àquela comunidade. Desse modo, coaduna-se com o pensamento de Daniel Milo, ao afirmar que “notre ‘conjoncture urbaine’ coïnciderait donc avec une ‘conjoncture des mentalités’, l’une consolidant sans aucun doute le travail en profondeur de l’autre”⁷⁴.

Milo, inserido na grande pesquisa de Pierre Nora sobre os lugares de memória da França, procurou mostrar como a nomenclatura urbana naquele país foi sendo transformada a cada mudança de regime político. Sobre a França, na década de 1980, o autor destaca que havia os heróis incontestáveis (Vercingétorix, Joana D’Arc, Pasteur, etc.), os pouco contestáveis (De Gaulle, Carlos Magno, Marie Curie, etc.), os muito contestáveis (Luís XIV, Napoleão I, etc.) e os de péssima reputação (Danton, Marat, Napoleão III, Catarina de Médici entre outros, esse é o grupo mais numeroso). Por ocasião da Revolução Francesa, Milo, analisando a história francesa, nos diz que foram escritas as páginas mais espetaculares da história dos nomes de rua na França, pois “pour les révolutionnaires, les noms de rues servent de moyens de propagande, d’instruments de vengeance, d’armes de punition”⁷⁵, ou seja, aplicaram a lógica da renomeação de logradouros para atingir seus diferentes objetivos e inimigos. Nesse período na França, em Paris com mais intensidade, surgiram ruas engrandecendo os heróis da revolução, seus ideólogos, e, rapidamente, as três palavras de seu lema – Liberté, Egalité e Fraternité – tornaram-se os nomes mais usados para ruas em toda a França nesse período⁷⁶.

A nomeação de ruas está intimamente ligada à memória coletiva, sobretudo a ideia que se pretende dela construir.

Une curiosité aussi intermittente fait bien voir que les noms de rues sont eux-mêmes d’un intérêt limité. Leur étude n’a de sens qu’à condition de s’interroger, au-delà, sur les sociétés qui les ont produits, utilisés – et ignore. Pour qui s’intéresse à la constitution des lieux de mémoire, les noms de rues pourraient peut-être servir d’indices, et ce à un double titre: comme manifestations de la mémoire collective d’une communauté, et

⁷⁴ “nossa conjuntura urbana coincidiria com uma conjuntura das mentalidades, uma consolida, sem dúvida alguma, o trabalho em profundidade da outra”. MILO, Daniel. Le nom de rues. IN: NORA, Pierre (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1997, vol.2., p. 1913.

⁷⁵ “Para os revolucionários, os nomes das ruas servem como meio de propaganda, instrumento de vingança, de armas de punição” Idem, p. 1897.

⁷⁶ Idem, ibidem.

comme signes extérieures de notoriété. Cette notoriété est à son tour perpétuée par le fait que des noms de rues la cautionnent.⁷⁷

A relação dos nomes de ruas com a memória coletiva se dá no sentido de legar uma imagem de si. A nomenclatura urbana integra o conjunto de elementos que possibilitam a uma sociedade transmitir uma imagem de si, assim como os monumentos, os grandes prédios, o espaço urbano, entre outros. Da mesma forma que todos os demais elementos, as nomeações de ruas estão eivadas das relações de poder e consequentes disputas por este. Como bem disse Milo, essa análise interessa, sobretudo, à sociedade que os produziu e que os utiliza, pois faz mais sentido para ela; é com ela que estão estabelecidas as relações de representação e pertencimento que precisam ser mantidas para que, no futuro, os logradouros não sejam rebatizados.

Exploring the commemoration of specific historical “heroes” in different cities highlights the geopolitics of a particular commemorative theme. A different strategy is to consider commemorative street names as elements of a historically constructed “text of memory” that can be read and interpreted.⁷⁸

Esse conceito que Azaryahu nos traz é de vital importância para a compreensão da utilização dos nomes de ruas em uma geopolítica da memória; ele os considera como “textos de memória”, ou seja, são documentos que podem ser lidos e interpretados, tendo em vista que são construídos historicamente. Ao considerar os nomes de ruas como “textos de memória”, possibilita aos pesquisadores das diferentes áreas – Azaryahu é geógrafo – acessarem informações sobre a cultura, a memória e a história das sociedades. Alderman, que também é geógrafo, procurou entender a relação dos grupos sociais com o processo de nomeação de ruas. Para ele, “[...] the politics of remembering the past are not just shaped by

⁷⁷ Uma curiosidade tão intermitente deixa claro que os nomes de ruas em si são de um interesse limitado. O seu estudo só tem sentido na condição de interrogar, para além, sobre as sociedades que os produziram, usaram - e ignoraram. Para quem se interessa pela criação de lugares de memórias, os nomes de ruas talvez pudessem servir de indícios, e isso com duplo título: como manifestações da memória coletiva de uma comunidade, e como signos exteriores de notoriedade. Essa notoriedade é, por sua vez, perpetuada pelo fato de que os nomes a endossam. Idem, p.1889.

⁷⁸ “Explorar a comemoração de ‘heróis’ históricos específicos em diferentes cidades destaca a geopolítica de um tema comemorativo específico. Uma estratégia diferente é considerar nomes comemorativos de rua como elementos de um “texto de memória” construído historicamente e que pode ser lido e interpretado”. AZARYAHU, Maoz. The critical turn and beyond: the case of commemorative street naming. IN: ACME: An International E-journal for critical geographies, 2011, 10 (1), 28-33.

ideological struggles between social groups but also struggles within those very groups”⁷⁹. Os conflitos e disputas estão fortemente presentes nos grupos sociais, no momento das nomeações, e, tanto é assim que Alderman vai analisar como, por diversas vezes, a comunidade afro-americana entrou em contenda sobre as homenagens a Martin Luther King Jr.

Como já dito, o ato de nomear ruas liga-se inquestionavelmente ao simbólico. Com isso, há, por diversas vezes, o debate acerca do local mais apropriado na cidade para se batizar com o nome a ser homenageado. Alderman relata que em diversas cidades, sobretudo no estado natal de Dr. King, a Geórgia, nos Estados Unidos, aconteceram acirrados debates acerca do local a ser batizado com o nome de Martin Luther King Jr. Muitas vezes, o debate se dava em razão da importância e da significância do local a ser batizado. Um grupo acreditava que a via escolhida era muito simples ou afastada demais para receber tal honraria. Outros setores da comunidade não concordavam em nomear uma rua proximamente ligada à comunidade afro-americana, pois acreditavam que a memória do líder do movimento dos direitos civis serviria para unir brancos e negros, como o homenageado tinha feito em vida. Por isso, tal escolha não deveria ser associada apenas à comunidade afro-americana. Em Eatonton, também na Geórgia, o debate se estabeleceu mais acirradamente, pois para uma líder local a via escolhida era demais simplória para a memória de King. Alderman comenta que “a prominent, frequently travelled street would represent a larger and more significant scale of memorialization than a small side road because of differences in the amount of public exposure and visibility that each road brings to a memorial cause”⁸⁰, ou seja, a proeminência e significância da via escolhida reflete ou valoriza a importância do nome escolhido para aquele logradouro. Desse modo, a expressividade da via e dos aparelhos urbanos nela contidos são significativos para a compreensão dos *jogos da memória*.

O estudo do historiador e geógrafo Derek Alderman fornece valiosas contribuições para o entendimento da ação da nomeação de ruas no imaginário de uma comunidade, por

⁷⁹ “[...] as políticas de se lembrar do passado não são formadas apenas por lutas ideológicas entre diferentes grupos sociais, mas também com os atritos dentro dos próprios grupos”. ALDERMAN, Derek. Street names and the scaling of memory: the politics of commemorating Martin Luther King, Jr. within the African American Community. IN: *Area*, vol.35, nº2 (jun., 2003), pp. 163-173.

⁸⁰ “uma rua proeminente utilizada com grande frequência representaria um papel muito maior e mais significativo na escala da memorialização do que uma pequena rua vicinal, devido a diferenças no montante de exposição pública e a visibilidade que cada trajeto traria para a causa memorial”. Idem, p.166

meio de suas análises das nomeações de rua em homenagem ao líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1960, Martin Luther King Jr., na Geórgia. Alderman mostrou em breve artigo a função educacional e modelar que, muitas vezes, ocupou o discurso de quem se preocupou com a nomeação de ruas. Para o autor, os nomes de ruas são importantes e poderosas formas de comemoração, porque são capazes de propalar, para uma vasta gama de pessoas, certa imagem do passado ⁸¹.

Segundo Helenice Rodrigues da Silva ⁸², o ato de comemorar faz buscar no passado fatores de caráter coletivo, que configuram a memória a partir de acontecimento de importância fundadora, aquela que terá a incumbência de sacralizar origens. Eternizar é uma ação que se preocupa com a efemeridade dos atos; exaltar o passado, organizar dados e feitos são determinantes para registrar notoriedades da sociedade. A autora parte do pressuposto de a memória coletiva ser entendida como uma memória oficializada, que impõe elementos do passado, pensando na legitimidade do futuro. Com isso, conduz o passado criando uma história institucionalizada e determinando aspectos identitários, apropriados posteriormente por outros grupos. As comemorações são bastiões dessa memória que insiste em escorrer pelos vãos do tempo.

Essa transmissão de imagens do passado, como já mencionada por Milo, possui duplo aspecto. É intentada na condição de se tornar modelar, para que as gerações futuras possam, à medida que a percebam, nela se espelharem; e também para que as gerações futuras e as demais sociedades tenham uma imagem formada e representativa da sociedade e do momento histórico que as produziram. Nesse sentido, Alderman questiona o fato de alguns líderes desses movimentos pró-nomeação advogarem que as ruas nomeadas com King uniriam brancos e negros.

African Americans also participate in an interior or internal mode of commemoration in which King's image is used to inspire fellow blacks and give them a sense of racial pride and identity. From this perspective, remembering the civil rights leader is more about constructing a role model for the African American community rather than presenting a multicultural lesson for non-blacks ⁸³.

⁸¹ "Street naming is a potentially powerful form of commemoration because of its capacity to make certain visions of the past accessible to a wide range of social groups". Idem, p. 165.

⁸² SILVA, Helenice Rodrigues. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, n.44, 2002, pp. 425 – 438.

⁸³ "Os afro-americanos também participam em um interior ou interno modo de comemoração, no qual a imagem de King é usada para inspirar os colegas negros e incutir neles um senso de identidade e orgulho

A perspectiva de tornar o ato de nomeação de ruas um ato educativo, no sentido cívico e moral, fica mais evidente na fala do conselheiro municipal⁸⁴, Ulysses Rice, que defendia a renomeação de uma rua em um bairro ligado à comunidade negra. Em seu discurso no plenário, argumentou:

Helping to keep King alive in Eatonton was a way of showing a person the great opportunities that await black people. Black kids would have an opportunity to drive down the street [King Drive] and remember the things that black people can achieve. Even little children, who could care less. Everyday they ride down that street, it gets drilled in them. When programs are held at the school, if they don't know anything else about Dr. King, they know his name is on a street nearby.⁸⁵

Vemos mais um exemplo de utilização da nomenclatura urbana para a propalação de ideais e propósitos ideológicos. Do mesmo modo que os revolucionários na França do século XVIII e San Martín, no Peru do século XIX, preocuparam-se em estabelecer uma tábula rasa e espalhar os seus ideários, a comunidade afro-americana, na Geórgia do século XX, partilhou o mesmo anseio, com a ideia de usar Martin Luther King Jr. como modelo a ser seguido por seus membros.

Outros fatores também podem emergir da análise da nomenclatura urbana, além das questões políticas da memória e das identidades, em geral, podendo ocasionar a renomeação de dadas ruas. Reginaldo Dias mostrou que em Maringá, Paraná, como em tantas outras cidades do Brasil e do mundo, a morte de celebridades pode provocar a mudança de nome das ruas. No caso da “cidade canção” no Norte do Paraná, as mortes do Papa João XXIII e do presidente estadunidense John Kennedy provocaram transformações na nomenclatura maringaense. Também por ocasião da morte do cantor Raul Seixas, fãs foram pedir que ele ganhasse uma rua na cidade, tendo o seu pedido atendido pelos

racial. Dessa perspectiva, lembrar o líder dos direitos civis serve mais como a construção de um modelo para a comunidade afro-americana do que dar uma aula multicultural para pessoas que não são negras”. Idem, *ibidem*, p. 167.

⁸⁴ Councilman – posição próxima a de um vereador no Brasil.

⁸⁵ Ajudar a manter o King vivo em Eatonton foi uma maneira de mostrar a qualquer pessoa as grandes oportunidades que aguardam as pessoas negras. Crianças negras teriam a oportunidade de passar pela rua [King Drive] e se lembrar das coisas que as pessoas negras podem obter. Até as pequenas crianças, que não ligam muito para isso. Todos os dias elas passam por essa rua e o conceito fica intrínseco a elas. Quando existem trabalhos na escola, se elas não souberem mais nada sobre o Dr. King, elas sabem que o nome dele está em uma rua ali perto. RICE apud ALDERMAN, *idem*, p. 169.

edismaringaenses. Mas a política, mais especificamente a geopolítica, também influenciou certas escolhas em Maringá. Em 1970, batizou-se uma rua em homenagem à cidade mexicana de Guadalajara. O detalhe interessante é que a rua anteriormente se chamava Havana. Na análise de Dias não convinha, naquele momento de Guerra Fria, uma rua com o nome da capital cubana. Optou-se, então, pela emblemática cidade de Guadalajara, cidade-sede do Brasil na campanha pelo tricampeonato mundial de futebol. A utilização do futebol com fins políticos não é exclusividade de Maringá, pois é sabido que o Governo Militar procurou valer-se largamente da preparação para a Copa do Mundo e sua subsequente conquista para aproximar-se do povo brasileiro. Talita Terciotti procurou mostrar que o governo explorou também outra mensagem, a de que não haveria triunfo sem a dedicação harmoniosa e ordenada dos brasileiros⁸⁶. Para essa autora, “a associação entre política, futebol e nacionalismo já haviam sido feitas no Brasil e no mundo, mas, ao menos referente à nossa história, nunca com tanto êxito quanto na conquista do tricampeonato”⁸⁷, incentivando a ideia de passividade e ordem.

Desse modo, entendemos que mais do que organizar a cidade e dotar seus cidadãos de um endereço oficialmente reconhecido, a nomeação de ruas tem como função perenizar as representações das sociedades, perpetuando a memória de dadas pessoas e seus grupos, opiniões e sociabilidades, assim como (re)organizar ideologicamente o espaço urbano. Analisaremos em seguida a toponímia⁸⁸ londrinense, percebendo mudanças e permanência no espaço urbano.

2. Toponímia londrinense

Nas cidades coloniais brasileiras mais antigas, onde as primeiras ruas eram batizadas pela própria população e eram levadas em consideração as características topográficas das ruas ou dos acidentes geográficos a serem nominados, é comum ter-se uma rua denominada Rua Direita ou uma da Ladeira, do Ouvidor, uma Praça da Matriz, entre outras. Em

⁸⁶ TERCOTI, Talita V. Futebol e nacionalismo na revista VEJA (1969-1970). III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, 2011.

⁸⁷ Idem, p. 2744. Ver mais em: SALVADOR, Marco Antonio Santoro; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves Soares. **A memória da Copa de 70: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

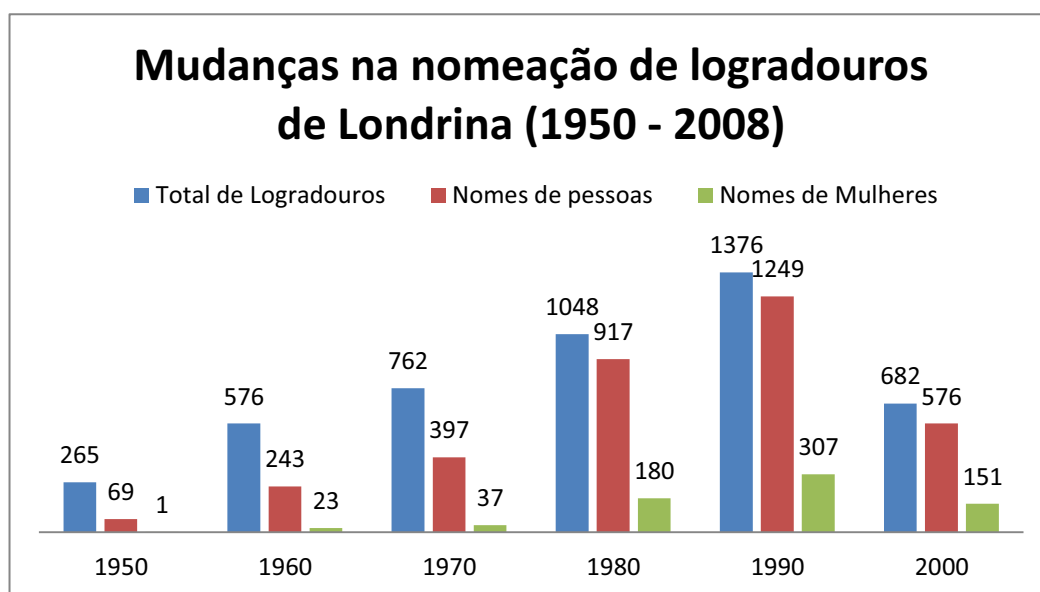
⁸⁸ Toponímia é um ramo da Linguística que se dedica ao estudo dos nomes de lugares, mas também pode dar o nome ao conjunto de nomes dos lugares.

Londrina, ao contrário, as ruas surgiram e foram batizadas na régua e no esquadro dos topógrafos sob a autoridade da Companhia de Terras Norte do Paraná, antes mesmo que a cidade ganhasse forma.

Como já dito anteriormente, a cidade de Londrina foi fundada em 1929 por funcionários da CTNP e elevada à condição de município em 1934. As ruas, no entanto, foram planejadas e nomeadas em 1932, por ocasião da elaboração da primeira planta da cidade, a chamada planta azul. No que tange às nomeações de logradouros públicos, contamos com os dados somente a partir da década de 1950, pois foi no ano de 1951 que se sistematizou a primeira legislação de planejamento da urbe e, por conseguinte, que se decidiu sobre a nomeação de ruas.

Queremos, portanto, perceber se, no período de 1950 a 2008, ocorreram mudanças no discurso das nomeações de logradouros londrinenses. Se tais mudanças ocorreram, de que forma se deram, obedecendo a quais lógicas norteadoras? Vejamos, primeiramente, um quadro numérico geral (gráfico 2), incluindo a perspectiva de analisarmos as nomeações de ruas que carregam nomes de mulheres. Para tal, colocamos em comparativo os números referentes ao total de logradouros do período e os números dos logradouros que foram batizados com nomes de pessoas e não com nomes de fauna, flora, países, entre outras possibilidades comuns para a toponímia.

Gráfico 2 - Mudanças na nomeação de logradouros em Londrina (1950 – 2008)



*O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

Alguns elementos são importantes de serem destacados nesse quadro de mudanças na toponímia londrinense ao longo de seis décadas. Percebemos que a década de 1980 marca mudanças significativas, pois é nesse momento que há um grande aumento da utilização de nomes de pessoas nas ruas, trazendo, como consequência, o aumento do número de mulheres homenageadas. Mas tentemos entender o cenário completo.

O batismo de logradouros públicos em Londrina foi regulamentando após 19 anos de as primeiras ruas receberem denominações. Trata-se da lei nº 133/51, que, segundo Fausto Lima⁸⁹, constituiu-se no estatuto do modernismo em Londrina. Para a criação dessa legislação de planejamento, a prefeitura, por meio do prefeito Hugo Cabral, contratou o engenheiro e ex-prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia, que transportou para a cidade alguns dos conceitos modernistas já aplicados na pauliceia. A ideia era que Londrina continuasse crescendo, porém ordenadamente. Com a criação da lei, a prefeitura interveio na organização social do espaço urbano, pois é por meio da atuação do poder municipal que as condições para expansão da cidade seriam estabelecidas. Essa lei esteve em vigor, regulamentando o espaço urbano londrinense, por 47 anos, tendo sido revogada em 30 de dezembro de 1998 pela lei nº 7.631. Nesse período, aproximadamente quatro mil logradouros foram nomeados de acordo com tais normas.

A lei nº133, além de todas as inovações, novas perspectivas, assim como contendas que trazia, foi também a primeira lei que regulamentou a nomeação de ruas em Londrina. As ruas já existentes, por ocasião da criação da lei nº133, já haviam sido batizadas pela Companhia de Terras ou pelo poder municipal. É preciso lembrar que, por ocasião da implantação do planejamento urbano da cidade em 1932, pelo topógrafo russo Alexandre Razgulaeff, foram batizadas as primeiras ruas, avenidas e praças.

A regulamentação da nomeação urbana está presente nos últimos cinco artigos da lei nº 133/51. O artigo 146º, parágrafo primeiro, é aquele que açambarca as prerrogativas para a nomenclatura urbana:

Art.146º - Cabe aos poderes municipais conferir às ruas e logradouros os nomes definitivos.

§ 1º - A nomenclatura oficial obedecerá às seguintes normas:

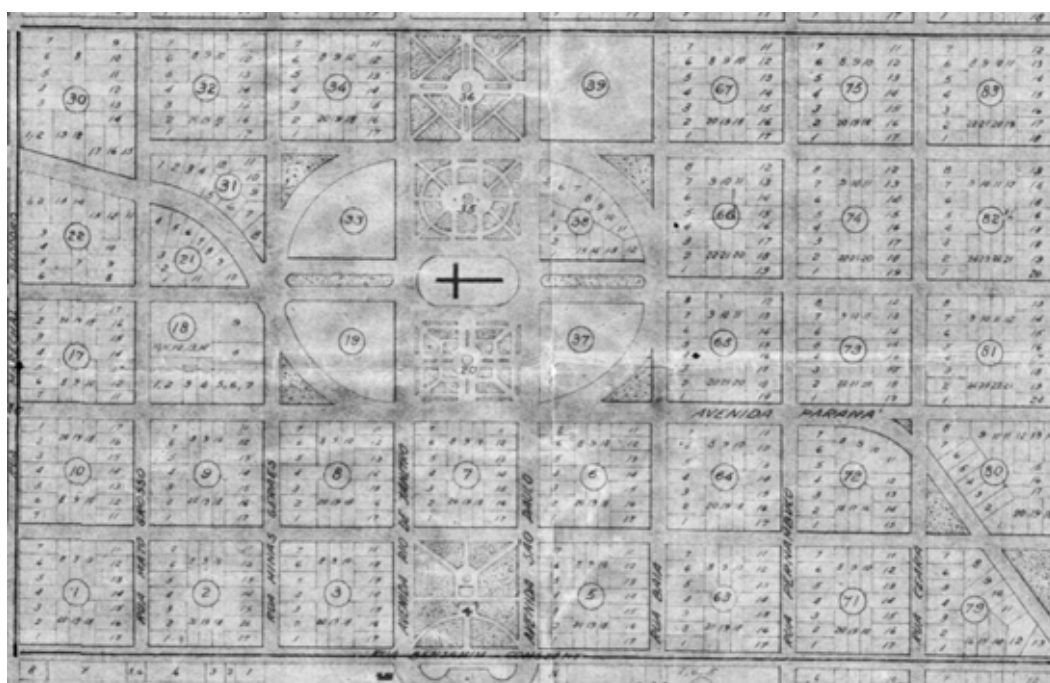
⁸⁹LIMA, F. C. de. **Prestes Maia em Londrina**: moderno em que sentido? Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2000, p.134.

- a) – não haverá na cidade nomes em duplicata;
- b) – terão preferências nomes de significação cívica cultural, e os evocativos locais;
- c) – são vedados nomes de personalidades vivas e o de falecidas há pelo menos de 5 (cinco) anos da data proposta;
- d) – são vedadas as designações de pura lembrança ou homenagem pessoal, despida de significação cívica;
- e) – os nomes da mesma zona serão de preferência correlatos ou seriados, pela significação ou pela forma. Excluindo as artérias e logradouros principais;
- f)– é vedada a mudança de nome já oficializado, salvo casos excepcionalíssimos, de inconveniência ou duplicata;
- g) – as artérias fisicamente unas e contínuas manterão o mesmo nome, salvo mudança considerável de direção, largura ou características;
- h) – as ruas conservam o nome e a numeração embora atravessem ou contornem praças;
- i)– as ruas contornantes de praças terão nome e numeração própria. Consideram-se “praças” somente os espaços interiores às ruas envolventes, pelo que não dão, em regra, lugar a numeração própria.

A propositura da lei se deu em um contexto de intenso crescimento da cidade de Londrina, que vivia o que se costumou chamar de “anos dourados”. A década de 1950 foi muito marcada pelo significativo enriquecimento da cidade em função do auge da produção cafeeira. Nesse momento, Londrina era conhecida como “capital mundial do café”. Assim, havia um grande impulso no mercado imobiliário, com a criação de novos bairros e a abertura de ruas, praças e avenidas. As primeiras vias de Londrina foram batizadas pela CTNP logo no planejamento urbano. Obviamente, tomando as diferentes proporções em conta, lembramo-nos das considerações de Sérgio Buarque de Holanda sobre o planejamento urbano na América Espanhola colonial. A ideia é que, com tal explanação, possamos elucidar a perspectiva da construção de cidades e/ou parte delas com propósitos de domínio nos planos político, econômico e das ideias, ou seja, a cidade como a materialização de ideais e objetivos. Para Sérgio Buarque de Holanda, a principal característica da colonização espanhola foi justamente o que faltou à colonização portuguesa: “uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico, e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos

de povoação **estáveis e bem ordenados**.”⁹⁰. Segundo o autor, as ruas espanholas na América não se deixavam levar pela sinuosidade dos terrenos, a estes fora imposta a linha reta autoritária, demarcando e delimitando os espaços nas *ciudades* do novo mundo. Para Holanda, o conceito espanhol era propriamente o de ordenar e dominar o mundo conquistado, e o traço retilíneo expressa essa intenção: de um objetivo a cumprir, a alcançar. Nem o traço que delineia as vias públicas, nem os nomes com os quais são batizadas, revelam-se ingênuos.

Figura 1- Detalhe de mapa de Londrina de 1941. Acervo: CDPH/UUEL



Desse modo, entendemos que, ao batizar os primeiros logradouros da cidade, existia uma estratégia da Companhia de Terras em congregar seus clientes, pois todo o traçado inicial – hoje chamado de Quadrilátero Central – foi batizado com nome dos estados brasileiros: Pernambuco, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso etc., como é possível perceber na figura 1. São 21 ruas criadas pela CTNP, sendo a avenida, de maior destaque e importância, a Paraná.

Estratagem criada, em nossa compreensão, para envolver os povos de diferentes regiões do Brasil que se encontravam em Londrina ou que ainda iriam

⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa 70 anos, organização Ricardo B. de Araújo e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.98, grifo nosso.

migrar. Compreendemos que, na tentativa de fazê-los se sentir pertencentes a esse novo espaço urbano, as ruas da cidade foram batizadas com os nomes das unidades federativas do Brasil. Desse modo, haveria um pouco de Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, etc., no espaço urbano de Londrina. Há outro fator que deve ser levado em consideração, trata-se de um fator político. O Brasil, na década de 1930, estava mergulhado em um governo de caráter nacionalista, com medidas como a chamada “Lei dos dois terços”, que limitava a presença imigrante na indústria e no comércio a um terço dos funcionários, obrigando que dois terços das vagas nessas áreas fossem destinados a trabalhadores brasileiros. Ou seja, com isso queremos dizer que os agentes da CTNP não teriam como, caso desejassem, homenagear seus heróis, os heróis ingleses ou britânicos, pois não seria bem visto pelo governo nacional. Desse modo, a opção pelos estados brasileiros foi boa solução, um estratagema de fomentação da identidade nacional.

No entanto, é preciso observar que, após a elevação a município e perda de controle por parte da CTNP, com a sua nacionalização em 1942, essa política foi mantida pelo poder político municipal, pois encontramos, em uma lei de 1953, ruas ao longo da cidade, já bastante expandida, que foram batizadas seguindo a mesma lógica, só que desta vez foram utilizados os nomes das capitais das unidades federativas da nação: Rua São Luiz, Rua Fortaleza, Rua Teresina, Rua Natal, entre outros.

Dentro dessa categoria de logradouros, merece destaque a Lei Municipal nº 371, de 25 de junho de 1957, que dá o nome de Brasília à via de um loteamento moderno: Jardim Shangri-lá⁹¹. A nova capital federal, marco da arquitetura contemporânea de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, somente seria inaugurada quase três anos mais tarde pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesse caso, trata-se de uma homenagem ao futuro e ao original em uma cidade que se propunha a ser moderna. Na análise da toponímia local, nesse período, percebemos que há um grande destaque para aqueles logradouros batizados com nomes de países, estados, cidade ou continentes. Eles somam 93 logradouros, o que representa 35 % do total.

⁹¹ O Jardim Shangri-lá foi o primeiro loteamento realizado de acordo com as normas estabelecidas na Lei 133, baseada no projeto de Prestes Maia. Desse modo, fez-se uma intensa campanha publicitária sobre o empreendimento, que era divulgado como o “aristocrático bairro residencial da cidade de Londrina”. Era propagado também o uso de todos os recursos da técnica urbanística para propiciar o máximo conforto aos moradores. Ver mais: LAMOUNIER, Alex A. **Atmosfera de ruas**: identificação de componentes e qualidades em Londrina – PR. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Geografia), Londrina: Universidade: UEL, 2006

Como percebemos, no gráfico 2 (página 58), havia uma baixa nomeação de ruas com nomes de pessoas nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Havia ainda uma grande atribuição de nomes de flores, minerais, países, estados, cidades, etc. Quando houve nomeação de ruas em homenagem a pessoas, percebemos, na análise desses logradouros, que a grande maioria das personagens representadas no espaço urbano é de destaque nacional ou internacional, e, de acordo com a análise que empreendemos das nomeações de ruas⁹², verifica-se que aquelas personagens ligadas ao local e à história local não foram referenciadas nesse período. A temática dos personagens da história nacional brasileira pode ser dividida em três grupos bastante ligados à política: personalidades do descobrimento do Brasil, bandeirantes e personalidades republicanas.

Gráfico 3 - Eixos temáticos das personalidades homenageadas na década de 1950



Temos, como exemplo, a homenagem a vários bandeirantes paulistas como Raposo Tavares, Jorge Velho, Paes Leme; observam-se também personagens ligados à história política do Brasil republicano, como Quintino Bocaiúva, Rio Branco e Rui Barbosa, entre outros. Há uma pequena parte da cidade que ficou caracterizada por homenagear as personagens envolvidas no descobrimento da América e do Brasil. Nela, encontram-se os navegadores Álvares Cabral, Américo Vespúcio, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Martin Afonso; e os monarcas portugueses Dom Henrique e Dom Fernando. Entendemos que há uma grande valorização da história e da cultura brasileira na toponímia

⁹²Nossas fontes, para análise dos logradouros públicos de Londrina, foram obtidas com a Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

londrinense, sobretudo na década de 1950, pois, além dessas personalidades ligadas à história nacional, nomes ligados à fauna e à flora do Brasil foram utilizados para batizar logradouros. Também podemos pensar que a referência aos bandeirantes paulistas é uma clara menção aos “novos bandeirantes” que migravam para o Norte do Paraná, enfrentando a floresta e construindo cidades.

No que diz respeito às mulheres, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, não há muita diferença em relação às personalidades locais. Contudo, há uma discriminação de gênero, pois, em 1950, foram criados 69 logradouros com nomes de pessoas e apenas uma praça com nome de mulher; em 1960, foram 243 espaços nomeados em referência a pessoas, apenas 23 mulheres, e, em 1970, foram 397 e 37 mulheres. Houve certo crescimento, no entanto, mas, nessas três décadas, as mulheres não atingiram 10% do total de ruas criadas com nomes de pessoas. Além do mais, destacam-se as mulheres de renome nacional e/ou internacional, mostrando que as mulheres homenageadas estavam desconectadas com a história local. Vejamos, por exemplo, os logradouros batizados entre 1950 e 1969, nos quais se utilizam nomes de mulheres:

Tabela 1 - Logradouros com nomes de mulheres entre 1950 e 1969

TIPO DE LOGRADOURO	NOME
PRAÇA	PRINCESA IZABEL
AVENIDA	ANÁLIA FRANCO
PRAÇA	PAULA SOARES
RUA	ANA NERI
RUA	ANITA GARIBALDI
RUA	DOLORES MARIA BRUNO
RUA	ANA STUART
RUA	ANITA DE SOUZA
RUA	ANNIE BESSANT
RUA	CARMELA DUTRA
RUA	CATARINA DE BÓRA
RUA	CLARA BARTON
RUA	CONCEIÇÃO ARENAL
RUA	ELIZABETH KENNY
RUA	FABÍOLA
RUA	GABRIELA MISTRAL
RUA	HELEN KELLER
RUA	HENRIQUETA TUBMAN
RUA	JOANA D'ARC
RUA	MARIA QUITÉRIA
RUA	ROSA SEQUEIRA

* Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

As mulheres londrinenses, ou que em Londrina haviam construído sua vida, não eram representadas no espaço urbano. É preciso destacar também que há uma sub-representação do gênero feminino, pois vemos que, em 19 anos da história de Londrina, apenas 21 mulheres foram homenageadas em logradouros públicos. É a permanência da mentalidade definindo que o espaço destinado às mulheres é o privado, o espaço do lar, contraposto ao espaço público, o da rua, ou, como nos lembra Michelle Perrot, a esfera pública em oposição à esfera privada.

Em linhas gerais, as “esferas” são pensadas como equivalentes dos sexos e jamais a divisão sexual dos papéis, das tarefas e dos espaços foi levada tão longe. Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa.⁹³

Desse modo, percebemos que, em face da separação das esferas do público e do privado, existe uma consequente correspondência com a divisão sexual dos papéis sociais. No entanto, faz-se necessário que, no contexto dos estudos de gêneros, rompamos com o conceito generalizante de “mulher”. É procurar a “diferença na diferença”, como acentuou Joan Scott, ao refletir sobre a pluralidade do conceito de mulheres.

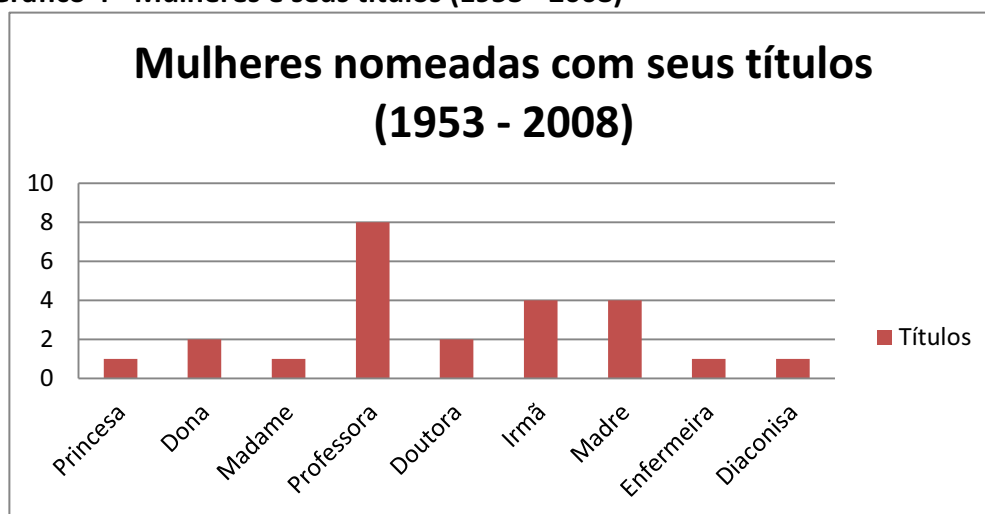
Antes de adentrarmos na análise pormenorizada das mulheres homenageadas, vejamos um quadro bastante elucidativo sobre os conceitos de mulher, assim como os papéis sociais pensados para elas. Em meio às 781 mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense, por meio de nomeações de logradouros públicos, encontramos 24 que são dotadas de algum título que precede seu nome nas placas urbanas. Essas mulheres representam pouco mais de 10% do total de logradouros criados e que utilizam os títulos na nomeação, consequentemente os homens ocupam quase 90% do montante de 222 logradouros. Para os homens, encontramos títulos como Governador, Marechal, Prefeito, Professor, Doutor, Maestro, entre outros.

Chama a atenção, na análise dos títulos das mulheres, o grande destaque dado às professoras. É preciso lembrar que esses logradouros foram batizados com os títulos, o que significa pensarmos que existem outras professoras, doutoras, enfermeiras, etc., nomeadas

⁹³ PERROT, Michele. Op.cit., p.459.

no espaço urbano londrinense, mas sem que o título tenha sido grafado nas placas. Refletindo brevemente sobre as relações de gênero implícitas na carreira do magistério, percebemos que a profissão de professora – sexo feminino – foi transformada ao longo dos tempos, pois na Inglaterra vitoriana a professora, “(...) por ser livre, solteira e desempenhar um trabalho assalariado, era percebida como constante ameaça aos valores e à estrutura familiar da época”⁹⁴.

Gráfico 4 - Mulheres e seus títulos (1953 - 2008)



* Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

Essa imagem construída sobre a professora, enquanto ameaça, havia sido transportada para o Brasil, como mostra a historiadora Heloisa Villela, sendo necessário que houvesse sempre um homem responsável para cada professora solteira, em geral, o pai. Haverá uma mudança nessas representações apenas no século XX. Segundo Villela, “os discursos sobre a professora foram aos poucos desconstruindo a visão negativa da mulher sedutora e pecadora, substituindo-a pela da mulher angelical, divinamente talhada para ser mãe de sua prole natural ou substituir o papel da mãe de seus alunos”⁹⁵. De acordo com a autora, essa desconstrução se deu a partir do momento em que houve maior atribuição de valor à educação e ampliação da rede escolar, sendo destinado às mulheres o papel de regeneradoras morais da sociedade. Pois assim:

⁹⁴ VILLELA, Heloisa de O. S. Normalistas históricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. Dimensões: Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, nº 22, 2009. p-p: 67-81. p.79.

⁹⁵ Idem, p.70

O argumento parecia perfeito: a docência não subvertia a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem vocação⁹⁶.

Vocacionadas ou não, o que se nota é que um grande número de mulheres optou pelo magistério como profissão e assim conseguiu ascender socialmente e atingir certa independência financeira, porque “(...) para muitas jovens o trabalho remunerado se colocava como uma exigência para sua própria sobrevivência, e o magistério, como se sabe, apresentava-se como um trabalho [agora] digno e adequado⁹⁷”.

Outro aspecto que se pode depreender, na análise de tais dados, é que a religiosidade também é elemento constituinte do entendimento de mulher, pois se somarmos as três diferentes categorias que se relacionam com a religião, veremos que perfazem um total superior ao de professoras. Mais da metade das mulheres homenageadas no espaço urbano, portando seus títulos, está situada nessas duas categorias entre títulos como Professora, Madre, Irmã e Diaconisa.

No pensamento tradicional ou normativo, a boa mulher, além de mãe e esposa, deve sem dúvida ser religiosa e transmitir essa religiosidade aos filhos. A mulher que se dedica à religiosidade sempre foi bem vista na sociedade. Sem contar que as religiosas são espelhos de Maria, mãe de Jesus. Tomar o exemplo de Maria, rainha dos céus para os católicos, é formar o que alguns estudiosos chamam de *marianismo*, ou seja, as mulheres são admiradas, pois, apesar da natureza devassa e pecaminosa das filhas de Eva, mantém-se em vida casta e devotada à família, ao lar, e sempre guiadas pela fé cristã. Era o que se esperava das mulheres, de acordo com o pensamento tradicional, pelo menos até meados da década de 1960.

É justamente no começo do século XX que, de acordo com Maria José Rosado Nunes⁹⁸, houve uma mudança significativa no entendimento do papel das religiosas na sociedade brasileira. As religiosas – presentes desde o século XVI nestas terras – passaram

⁹⁶ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010. p. 450.

⁹⁷ Idem, p.465

⁹⁸ NUNES, Maria José. R. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 9ª edição, São Paulo: Contexto, 2010.

por transformações expressivas, entre a colônia e a proibição de conventos ou a elitização dos mesmos no século XVII. Em seguida, houve o momento de liberdade maior, com o rompimento das clausuras em alguns conventos, até o século XX, quando as religiosas passariam a desempenhar um papel muito importante, sobretudo na educação. A partir do século XIX, há o surgimento de um grande número de escolas católicas, majoritariamente dirigidas por religiosas⁹⁹, como foi o caso do Colégio Mãe de Deus, em Londrina.

Certo tipo de nomeação, bastante comum em diversas cidades, chamou nossa atenção, são aqueles logradouros batizados em homenagem aos santos e santas de devoção católica. Desse modo, no espaço urbano de Londrina, são santidades de devoção popular, homenageadas desde 1950. Os santos são aquelas pessoas que, em vida, devotaram-se à fé e, por vezes, operaram milagres ou foram martirizados em razão da mesma. Em relação à doutrina cristã, os santos foram frequentemente utilizados como instrumentos pedagógicos da moral e dos dogmas cristãos, e serviram como exemplos e modelos a serem seguidos.

Tabela 2 – Logradouros batizados com nomes de santidades (1950 – 2008)

Logradouros com nomes de santidades			
Década	Total	Homens	Mulheres
1950	8	6	2
1960	22	3	19
1970	14	4	10
1980	17	11	6
1990	1	1	0
2000	4	2	2
Total	66	27	39

* Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

Podemos perceber uma relação de gênero imposta na utilização dessas santidades como topônimos, uma vez que, dos 66 logradouros batizados, 39 o foram com os nomes de santas. Acreditamos na propagação de concepções de feminino, sobretudo do conceito de marianismo, ou seja, da mulher devota e casta. É importante destacar que a década em que mais se batizou logradouros com nomes de santidades foi a de 1960, o mesmo período que apresentou índices baixos da participação feminina entre os topônimos. Desse modo, o

⁹⁹Idem.

número expressivo de santas homenageadas é bastante sintomático das mentalidades e/ou de objetivos a serem alcançados.

Tabela 3- Logradouros batizados com nomes de santidades na década de 1960

Nossa Senhora Aparecida	Santo Estevam São Francisco de Assis São Jerônimo
Nossa Senhora das Graças	
Santa Ana	
Santa Apolônia	
Santa Bárbara	
Santa Cecília	
Santa Clara	
Santa Efigênia	
Santa Eliza	
Nossa Senhora de Fátima	
Nossa Senhora de Lourdes	
Santa Luzia	
Santa Madalena	
Santa Margarida	
Santa Marta	
Santa Rita	
Nossa Senhora do Rocio	
Santa Rosa	
Santa Sofia	

* Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

É importante destacar ainda que a década de 1960 foi um período bastante agitado para o catolicismo brasileiro. A Igreja Católica do Brasil lutava em duas frentes: uma, que visava conter o avanço do comunismo no Brasil; e outra, que tinha como inimigo o crescimento das igrejas pentecostais. O pentecostalismo, presente no Brasil desde o início do século XX, toma, a partir da década de 1960, um grande impulso e passa cada vez mais aganhar novos adeptos¹⁰⁰. O que, paradoxalmente, também provocará um movimento

¹⁰⁰ Ver mais em OLIVA, Alfredo. S.; BENATTE, Antonio Paulo (Org.) . Cem anos de Pentecostes: Capítulos de história do pentecostalismo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Fonte, 2010

discordante dentro da Igreja Católica – a chamada Teologia da Libertação –, pregando uma maior aproximação dos mais necessitados, tanto em práticas quanto em ideologia¹⁰¹.

A luta da Igreja Católica brasileira contra o ateísmo comunista ganha corpo e voz nas manifestações denominadas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Duas grandes marchas aconteceram em resposta às propostas reformistas do então Presidente da República, João Goulart. No Rio de Janeiro, deu-se em frente à Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, para uma multidão de cerca de 200 mil pessoas. Já em São Paulo, aconteceu em 19 de março, com um público estimado em 500 mil pessoas que se deslocaram da Praça da República à Praça da Sé. Esses movimentos da direita católica tiveram grande peso na opinião pública, por ocasião do Golpe Militar no dia 31 de março do mesmo ano, pois ambos alinhavam-se na opinião de que o comunismo era um mal e precisava ser extinto do Brasil, inclusive com a deposição do presidente.

Desse modo, não podemos deixar de analisar que as nomeações de ruas estão inseridas nesse contexto de necessidade da Igreja Católica de se expor e se impor ao público, em um movimento para impedir que seus dois maiores inimigos se expandissem. As nomeações de ruas são sempre manifestações das mentalidades, mas também podem ser um exercício para moldar e influenciar a transformação ou a permanência de certas mentalidades e memórias. Pensando mais especificamente as relações de gênero na década de 1960, podemos imaginar que a igreja católica teve mais uma frente pela qual lutar. Trata-se da chamada “revolução sexual” que, no conjunto de outras contestações, estava em progresso nos anos de 1960. A revolução sexual procurava assegurar a liberdade sexual, tanto para homens quanto para mulheres, mas, sobretudo, para estas, a fim de que pudessem ter poder sobre seus corpos e sua sexualidade.

Os anos 60 assistem a uma série de movimentos a nível mundial – entre eles o movimento de maio de 68 na França e o movimento dos direitos humanos nos Estados Unidos – de oposição ao poder socialmente institucionalizado: oposição ao poder dos pais sobre os filhos, das instituições educacionais e seus representantes sobre os educandos, da medicina sobre a população, do homem sobre a mulher¹⁰².

¹⁰¹ CODATO, Adriano N.; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964 **IN:** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 – 2004.

¹⁰² ROUCHA-COUTINHO, op.cit. p. 112.

Podemos analisar que a presença maior feminina entre os nomes de santos é reveladora de que as concepções de feminino do período estavam, maiormente, ligadas à “santidade” das mulheres – as mulheres eram tomadas como sinônimos de castidade e abnegação – ou a uma luta pela manutenção de tais concepções, já bastante abaladas. Pensamos, desse modo, que a nomeação de ruas também pode servir para inspirar as populações a seguir esses exemplos, sejam de heróis civis, como Martin Luther King Jr., ou de santos.

Tentamos apresentar, de forma geral, algumas características da toponímia londrinense, para analisar, um pouco mais pormenorizadamente, a forma como Londrina organizou seus logradouros e homenageou seus “heróis locais” e, principalmente, qual espaço reservou às mulheres no período de 1981 a 2008.

3. As pessoas chegam às ruas em Londrina (1981 – 2008)

A década de 1980 é marcada por mudanças significativas na toponímia londrinense, com um aumento no número de bairros, predominância de homenagens a pessoas e alteração da legislação vigente.

Ao longo dessa década, houve um aumento de 37% do número total de logradouros criados na cidade de Londrina, passando a 1.048 logradouros batizados. No entanto, o que mais impressiona é que o número de logradouros públicos nomeados, com referência a pessoas, foi maior nessa década do que nos trinta anos anteriores, atingindo a marca de 917 nomeações. É a partir desse ponto temporal que há uma maior recorrência a nomes de pessoas para emprestá-los aos logradouros, às vias e praças da cidade. Segundo especialistas, essa década representou o maior crescimento do espaço da cidade. Carlos Casaril afirma que esse foi o período de maior verticalização da cidade de Londrina, juntamente com o surgimento dos grandes conjuntos habitacionais verticais e horizontais, concentrados, sobretudo, na região norte¹⁰³.

O geógrafo destaca que é, nesse momento, que se dá uma grande expansão dos conjuntos habitacionais horizontais, reunidos, sobretudo, na porção norte do município. A constatação é reforçada pelos dados extraídos do relatório da COHAB-LD sobre os

¹⁰³ CASARIL, Carlos C. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009, p. 73.

empreendimentos por ela realizados. Nesse relatório, a década de 1980 aparece como a década na qual foi construído o maior número de conjuntos habitacionais, totalizando 39, tendo a COHAB entregado à população londrinense mais de 19 mil residências ¹⁰⁴. A maior parte dessas novas residências foi construída na região norte da cidade, que ficou conhecida, na década de 1970, como “Cinco Conjuntos”, em razão dos primeiros cinco conjuntos habitacionais lá construídos. No entanto, na década de 1980, a região já alcançaria o índice de dez conjuntos habitacionais, construídos apenas pela COHAB. O grande aumento espacial e populacional dessa região contribuiria para a conurbação dos municípios de Londrina e Cambé.

Em meados da década de 1980 a grande expansão observada na porção norte-noroeste-oeste da cidade apresentou os indícios da sua conurbação com a área urbana do município de Cambé, notadamente com a delimitação do Distrito Industrial de Londrina. Observa-se também a expansão da área urbana de Cambé em direção à londrinense, evidenciando sua condição de cidade satélite desta última ¹⁰⁵

No que diz respeito à nomeação de ruas, é, nessa década, que há um grande diferencial quanto à legislação, pois, em 1981, é criada a lei municipal nº 3.399, que torna obrigatório o acréscimo de uma biografia ou currículo, da pessoa a que se pretende homenagear, ao projeto de lei de nomeação de rua. Lembramos que é, em razão da criação dessa lei, que delimitamos nosso recorte temporal, pois pretendemos analisar mais apropriadamente as representações de gênero contidas em tais biografias ou currículos, anexados aos projetos, que deram nomes de personalidades femininas aos logradouros londrinenses.

Façamos uma análise da toponímia, ou seja, do conjunto de logradouros nomeados na década de 1980 em Londrina. Percebemos, então, que a utilização de nomes de pessoas para nomear ruas numericamente aumentou 160%, passando de 397 para 917 logradouros batizados com nomes de pessoas. É interessante notar que 87% dos logradouros criados nesse período foram nomeados utilizando nomes de pessoas. É a primeira vez, na história da toponímia londrinense, que os nomes de pessoas ocupam tamanho papel no cenário urbano.

¹⁰⁴ A Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD –, em seu site oficial, disponibiliza inventário de suas ações no município de Londrina, com detalhamento dos projetos. De tal relatório extraímos os dados citados.

¹⁰⁵ MENDONÇA apud CASARIL, 2009, p. 81.

Outra tipologia de logradouros que teve destaque na década de 1980 foi a que trata de nomes de ruas que açambarcam as atividades profissionais. Com essa temática, foram criados 31 logradouros que se concentram em dois conjuntos habitacionais separados no tempo e no espaço. O conjunto habitacional Chefe Newton Guimarães, situado na zona norte, foi entregue à população em 1980, enquanto o conjunto habitacional União da Vitória, região sul da cidade, foi entregue à população em 1989. São logradouros homenageando as diversas profissões, como Rua dos Alfaiates, dos Garçons, dos Sapateiros, dos Farmacêuticos, entre outros.

O conjunto habitacional União da Vitória tem características peculiares dentro do histórico urbano da cidade de Londrina. O bairro começou a ser ocupado em 1985 por famílias ligadas aos movimentos “sem-terra” e “sem-teto”. Como se tratava de um terreno de propriedade da COHAB, logo foi expedido um mandado de reintegração de posse à Companhia, no entanto, as famílias recusaram-se a deixar o local e, mesmo com a intervenção policial, novas ocupações aconteceram. Após doze dias de acirrada discussão, as famílias valeram-se da presença do então governador do estado, José Richa, e este intercedeu com a COHAB para que as famílias fossem assentadas naquele terreno. Em 1988, outra luta teve início. Tratava-se da necessidade imediata por melhor infraestrutura e condições de moradia. “O nome União da Vitória remete aos sentidos da luta empreendida por reconhecimento, legalização e urbanização dos primeiros habitantes”¹⁰⁶. O espírito de união permaneceu, tanto é assim que as nomeações de ruas foram feitas a partir de solicitação realizada pela Associação de Moradores do bairro.

Outros dois aspectos da toponímia, envolvendo essas ruas, chamam a atenção. O primeiro é que dentro dos 31 logradouros, batizados com menção a profissões, três (9,67%) foram colocados no feminino, são eles: Rua das Costureiras, das Enfermeiras e das Zeladoras. São três profissões tradicionalmente ligadas ao gênero feminino e que foram eternizadas no espaço público desse modo. O outro aspecto que também nos chamou a atenção é que a única avenida do conjunto habitacional Chefe Newton Guimarães foi batizada de Rainha do Lar. É interessante pensar que, em um bairro que se propôs a homenagear as mais diversas profissões, tenha sido separado um lugar de destaque na única

¹⁰⁶ BORGHI, Eduardo. B.; MACHADO, Tatiane V. Breve História do Jardim União da Vitória. IN: CESÁRIO, Ana Cleide C.; ALMEIDA, Ana Maria C. (orgs). **Diálogos com o Patrimônio e a Memória Coletiva: ações extensionistas**. Londrina: SETI, 2010.

avenida para as rainhas do lar, as donas de casa, mulheres simples que devotam a vida à família. Essa nomeação, no entanto, pode ser considerada uma *faca de dois gumes*, pois funciona como uma homenagem e um reconhecimento e também como um reforço desse papel feminino, atrelado restritivamente ao lar e ao doméstico. “Rainha do lar”, expressão comum dos anos de 1950, não designava apenas a dona de casa, mas um conceito de mulher.

Considerá-la a *rainha do lar*, [era considera-la] a principal responsável pela felicidade doméstica, significativa não somente atribuir-lhe um poder intransferível e significativo sobre a família – com toda a carga que essa tarefa, nem sempre viável, pudesse trazer – mas também reforçava o papel central da família na vida da mulher e, parece claro, sua dependência em relação aos laços conjugais.¹⁰⁷

Outro elemento chamou bastante nossa atenção no que diz respeito à década de 1980, pois, pela primeira vez, as mulheres aparecem associadas a uma diversidade maior de títulos, além do tradicional professora. São duas professoras, três mães, duas irmãs e uma doutora. No entanto, não pudemos deixar de notar que há uma grande prevalência dos assuntos religiosos, pois, das oito mulheres homenageadas, cinco são religiosas. A religiosidade tem sido marca constante quando pensamos as representações de mulheres no espaço urbano, seja por meio de santidades ou, como nesse caso, de religiosas homenageadas. Mais um reforço da necessidade, no pensamento tradicional, de a mulher ser religiosa e se manter nos preceitos religiosos, sobretudo da maternidade e da castidade.

Em um universo de 1.048 logradouros batizados no período de 1980 a 1989, 172 foram nomeados com nomes de personalidades femininas, o que representa 16,41% do total. No que diz respeito às mulheres, encontramos algumas personalidades nacionais referenciadas, como as cantoras Clara Nunes, Maysa e Eliane de Grammont – morta em 1981, aos 26 anos, pelo ex-marido; a atriz e cantora luso-brasileira Carmen Miranda e a atriz, vítima de acidente aéreo, Leila Diniz. Há também uma homenagem à secretária LydaMonteiro de Silva, vítima de atentado à bomba na sede da OAB no Rio e Janeiro, o que a tornou figura representativa dos anos de exceção da ditadura militar brasileira. É preciso destacar a importância da homenagem à Leila Diniz, pois essa atriz – que, em 1972, aos 27

¹⁰⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

anos, foi vítima de um acidente aéreo – tornou-se um marco ao romper tabus sociais, sobretudo aqueles ligados à sexualidade feminina. Essa década marca também uma mudança significativa quanto às pessoas homenageadas, pois se tínhamos até então uma clara predominância de personalidades nacionais e internacionais, nesse momento, na década de 1980, há uma preponderância de personalidades locais. Começa-se a homenagear com maior frequência pioneiros e pioneiras, ou seja, aqueles que chegaram nos primeiros tempos da formação da cidade de Londrina.

O aumento da homenagem às personalidades locais deve-se, sobretudo, a alguns fatores. O primeiro é que a lei, criada em 1951, previa que só eram passíveis de homenagem no espaço urbano aquelas pessoas falecidas há mais de cinco anos. Desse modo, devemos ponderar que a cidade de Londrina começou a se desenvolver a partir de 1929, havendo, portanto, apenas na década de 1980, possibilidade de homenagear as pessoas que contribuíram diretamente para o desenvolvimento da cidade e da região. Paulo César Boni explica que, na década de 1940, “os adultos entre 20 e 29 anos somavam 12.987 habitantes (6.851 homens e 6.136 mulheres) e representavam 17,25% da população. Outra faixa etária, entre 30 e 39 anos, somava 9.246 pessoas (5.274 homens e 3.972 mulheres) e representava 12,28%”¹⁰⁸. Conforme podemos observar na tabela 4, o grupo humano que migrou para Londrina era bastante jovem, assim como havia uma grande incidência de crianças menores de 10 anos. Isso explica o grande crescimento das homenagens aos pioneiros e pioneiras de Londrina a partir da década de 1980, quando muitos deles faleceram.

Tabela 4 - População londrinense em 1940, por faixas etárias¹⁰⁹.

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total	% do total
De 00 a 09 anos	12.802	12.497	25.299	33,60%
De 10 a 19 anos	8.642	8.723	17.365	23,06%
De 20 a 29 anos	6.851	6.136	12.987	17,25%
De 30 a 39 anos	5.274	3.972	9.246	12,28%
De 40 a 49 anos	3.313	2.288	5.601	7,44%
De 50 a 59 anos	1.729	188	2.917	3,88%
De 60 a 69 anos	782	501	1.283	1,70%
De 70 a 79 anos	257	163	420	0,56%
De 80 a 89 anos	89	75	164	0,22%
Idade ignorada	6	8	14	0,01%
Totais	39.745	35.551	75.296	100,00%

¹⁰⁸ BONI, 2009, p.54.

¹⁰⁹ IN: BONI, 2009.

Nesse mesmo sentido, a inclusão das mulheres começa a ser cada vez maior na sociedade, aumentando sua visibilidade, o que se reflete claramente em todos os aspectos, nos cargos públicos, no mundo dos negócios, na política e também na toponímia. Em pesquisa semelhante, desenvolvida sobre a discriminação de gênero contida nas nomeações de ruas em Vitória – ES, Penha Nader destaca que:

O aumento de logradouros vitorienses, cujas nomenclaturas homenageiam mulheres pode estar relacionado diretamente à visibilidade que as mulheres ganharam com o impulso ao ingresso feminino no mercado de trabalho, a partir dos anos 1970. Este impulso é fruto de uma combinação de fatores, dentre os quais se destaca o aumento da escolaridade das mulheres, o acesso aos métodos anticoncepcionais e mudanças nos valores relativos aos papéis e aos espaços destinados às mulheres, fenômenos conquistados com as lutas do movimento feminista¹¹⁰.

As reivindicações feministas por mais espaço e visibilidade vão surtindo efeito no correr do tempo. As mulheres conquistam espaço no mercado de trabalho, nos cargos políticos representativos e também são homenageadas representativamente no espaço urbano. Todavia, resta saber quais concepções de mulher e do feminino estão embutidas nessas representações.

Não há significativas rupturas quanto à temática preponderante entre 1980 e 1990, o que há, de fato, são os logradouros com nomes de pessoas serem dominantes no espaço urbano, e atingirem o maior patamar, até então, com mais de 90% das nomeações do período. No entanto, algumas peculiaridades desse período precisam ser destacadas.

A década de 1990 é marcada, sobretudo, por um deslocamento do eixo de expansão da cidade de Londrina. A cidade, agora, cresce no sentido sudoeste, tendo em vista a construção do Catuaí Shopping Center em 1990. Com isso há um direcionamento da atenção imobiliária, principalmente a que está voltada para a construção de condomínios de alto padrão.

A implantação deste shopping acabou por se tornar um fator atrativo à expansão da área urbana na porção sudoeste da cidade, implicando em forte valorização das terras no seu entorno – que foram em grande parte adquiridas por construtoras, loteadoras etc. em momento anterior ou ao

¹¹⁰ NADER, Penha M. F. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. Vitória (ES) 1970 – 2000. Dissertação (Mestrado) em História Social das Relações Políticas, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. P.76.

longo da construção do mesmo – retratando mais uma vez a especulação imobiliária. Na esteira deste processo, as áreas já construídas e ocupadas ao longo da Av. Madre Leônia Milito tiveram um processo de aumento no preço dos imóveis (...)¹¹¹

Segundo Casaril, a partir de 1995, tem início outra área de expansão denominada Gleba Palhano, também próxima ao Shopping. Em face da grande valorização da região, há uma rápida verticalização com edifícios acima de 10 pavimentos na Gleba Palhano e também a construção de condomínios horizontais mais próximos ao shopping. Esse processo de expansão e verticalização vai se consolidar apenas uma década depois, já no início do século XXI, processo este que ainda está em curso.

Mais de quatro décadas haviam se passado desde o Plano Prestes Maia – Lei nº 133/51. Era chegada a hora de Londrina repensar o planejamento e a organização da cidade, assim como a nomeação de ruas, e isso se deu em 1998. A partir de 1995, de acordo com Bortolotti¹¹², iniciou-se a elaboração de um novo plano diretor para a cidade de Londrina. Dessa vez, a missão ficou a cargo dos funcionários e diretores do recém-criado Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina – IPPUL. No entanto, o trajeto entre elaboração e aprovação junto à Câmara Municipal de Vereadores foi longo e marcado por idas, vindas e reformulações, devido ao jogo político e às instabilidades no executivo londrinense. Bortolotti destaca que o Plano Diretor, por apresentar muitas falhas, não se configurava como uma oportunidade de avanço para a cidade, mas que “a ampliação da estrutura do IPPUL e a contratação de serviços de projetos, fortaleceu o desenvolvimento de projetos viários urbanos e de engenharia de trânsito”¹¹³.

A renovação da legislação que regulamenta a nomeação de ruas foi realizada por meio da Lei Municipal nº 7.631 de 30/12/1998, que legisla também sobre o emplantamento nas ruas da cidade. No que diz respeito à nomeação de ruas, não há grandes mudanças, exceto que se retira a obrigatoriedade de transcorrer cinco anos da morte da pessoa para que ela possa ser homenageada com seu nome em um logradouro. Os principais artigos ficaram com esta redação:

¹¹¹ FRESCA, Tania Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. Geografia. Londrina, v.11, n.2, p. 251-274, jul./dez., 2002.

¹¹² BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007

¹¹³ idem. p.111.

Art. 3º A nomenclatura oficial obedecerá às seguintes normas:

- I - não haverá no Município nomes em duplicata;
- II - são vedados nomes de personalidades vivas;
- III - terão preferência nomes de significação cívica e cultural e os evocativos locais;
- IV - os nomes das vias do mesmo loteamento serão de preferência correlatos ou seriados, pela significação ou pela forma;
- V - as vias fisicamente unas e contínuas manterão o mesmo nome, inclusive em seu prolongamento, salvo mudança considerável de direção, largura ou características;
- VI - as vias conservam o nome e a numeração mesmo que atravessem ou contornem praças.

Parágrafo único. A nomeação provisória dos loteamentos e das vias que os constituem obedecerá ordem alfabética ou numérica.

Art. 4º É vedada a alteração de nome de bairros, loteamentos, vias, praças, logradouros públicos, próprios e outros bens públicos de qualquer natureza que contenham nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da Lei.¹¹⁴

Em essência, as leis são idênticas, reforçando que só se batizará os logradouros com aqueles nomes que sejam de significância cívica e moral, buscando privilegiar aqueles que possuam profícua relação com o ideário e a história local. A lei traz também a obrigatoriedade de se conservar os arquivos dos processos de nomeação das ruas, não só os projetos de lei, mas também todo o material que os acompanha. Esse arquivamento ficaria a cargo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss e da Biblioteca Pública Municipal. Todavia, é preciso observar que, para a realização dessa pesquisa, só encontramos os documentos necessários (projetos de lei e atas de votação) no Arquivo da própria Câmara Municipal de Vereadores.

Quanto à toponímia local, nesse período, percebemos que há relativa semelhança com a década anterior, havendo total supremacia numérica dos logradouros batizados com nomes de pessoas. Mas aquela mesma tipologia de ruas que nos havia chamado a atenção na década de 1980, volta a ser destaque. A categoria das profissões e locais de trabalho, que havia apresentado significativo crescimento na década de 1980, registra, nesse período, aumento de mais de 67% em relação ao anterior, atingindo o número de 52 logradouros. São logradouros que homenageiam as diversas profissões, no entanto, desta vez, as vias assim nomeadas concentram-se apenas na zona sul, mais especificamente no Jardim União da Vitória. São ruas que apresentam homenagem aos carteiros, cobradores, dentistas, jornalistas, encanadores, padres, entre outros ramos de atividades.

¹¹⁴ Lei Municipal nº 7.631 de 30/12/1998.

Com absoluto domínio da toponímia local, a categoria que abarca os nomes de pessoas apresenta uma significativa incidência de logradouros batizados com nomes de mulheres – nesta década são 302 –, o que representa pouco mais de 25% do total de topônimos batizados com nomes de pessoas no período. Dessas 302 mulheres homenageadas, destacamos que quatro são personalidades nacionais e/ou internacionais. Conta-se com a apropriação de nomes de três famosas cantoras brasileiras para as ruas da cidade, são elas: Araci de Almeida, Elis Regina e Nara Leão. De destaque internacional tem-se, em 27 de maio de 1998, a criação da Lei Municipal 7.424, que dava o nome de Lady Diana a uma rua do Residencial Abussafe, na região leste da cidade. É bastante interessante verificar a justificativa enviada aos demais membros do legislativo londrinense pelo então vereador Valdemir de Araújo Carneiro, na qual argumenta que, tendo em vista a colonização inglesa na região, Londrina não poderia deixar de homenagear a recém-falecida princesa de Gales, exemplo de bondade e militância em prol dos menos favorecidos e que foi precocemente arrancada da vida.

Tais dados mostram que, nessa década, não houve muito espaço para homenagear personalidades que não fossem locais, de acordo com a prerrogativa prevista na Lei Municipal nº 7.631, de 1998. As nomeações de ruas com nomes de personalidades nacionais ou internacionais é debate propriamente estabelecido entre os vereadores desde a década de 1980, como pudemos perceber em parecer emitido pela Comissão de Obras, Serviços Públicos e Planejamento da Câmara de Vereadores sobre o Projeto de Lei nº 41/81, que originou a Lei Municipal nº 3.287, de 1981. No referido parecer, a comissão manifesta-se favorável à aprovação do projeto que visa batizar 19 logradouros na cidade de Londrina. No entanto, tendo em vista o largo número de artistas homenageados na lei, a comissão solicita que, “se possível, ainda, a troca de nomes de artistas estrangeiros por nacionais, eis que existem muitos nomes exponenciais de nossa terra que não foram ainda homenageados, como Lupicínio Rodrigues, Almirantes e outros mais”¹¹⁵. Os nomes não foram trocados e John Lennon e Elvis Presley tornaram-se nomes de ruas em Londrina, mas é importante destacar que, já na década de 1980, começava-se a pensar em mudança no tipo de nomeação, o que reforçará grandemente a utilização de nomes de personalidades locais nas ruas da cidade.

¹¹⁵ Projeto de lei nº 41/81 que se tornou a Lei Municipal nº 3.287 de 1981.

Há também um elevado número – 42 – de logradouros batizados com nomes de pessoas, acrescidos de seus títulos. Desse total, cinco são mulheres, o que representa 11,9% do total. Essas cinco mulheres são Dra. Yolanda Gomes Skowronek, Irmã Maria Almut, Irmã Mariaregis, Madre Tereza de Calcutá, Professora Evelina S. Grandis. Há apenas uma personalidade que não é local, trata-se da missionária macedônica, naturalizada indiana, Madre Tereza de Calcutá, homenageada em Londrina, em 1998, com uma via no Conjunto Habitacional João Turquino. Mais uma vez, percebemos que não há alterações nos títulos que são empregados. Com exceção da primeira mulher homenageada, Princesa Isabel na década de 1950, todas as outras mulheres que tiveram seus nomes batizando ruas e precedidos de um título, eram professoras ou religiosas ou, mais rara e recentemente, doutoras (médicas).

Londrina inicia o século XXI com o crescimento populacional e urbano desacelerado, afinal, ela já se tornara a terceira maior cidade do sul do país com uma população superior a 500 mil habitantes. Bortolotti nos diz que as preocupações que ocupavam o poder municipal eram as questões sociais, mormente o desemprego, pois a situação do emprego formal apresentava um nível decrescente desde 1994, contribuindo assim para o empobrecimento social da cidade, “(...) com poucas perspectivas de oportunidades com iniciativas pontuais, problemas de segurança e a proliferação de favelas, violência, roubos, crimes e drogas” ¹¹⁶. É preciso ponderar que o empobrecimento social ocorreu não só em face ao grande crescimento urbano e populacional experimentado por Londrina e sua área metropolitana, mas também por sucessivos escândalos políticos que tornaram a situação na Prefeitura Municipal bastante inconstante, dificultando o gerenciamento de projetos para a cidade. Historicamente, desde o período mais pungente da economia cafeeira, Londrina é caracterizada pela concentração de renda, como Sonia Adum também procurou mostrar, ao afirmar que o progresso não era para todos em Londrina.

Dessa forma, por meio do relatório da COHAB-LD, percebemos que o número de empreendimentos habitacionais também diminuiu nesse período. Havia sido 38 em 1980, reduzidos para 18, em 1990, e limitados a 15, em 2000. Londrina desacelera, assim, seu crescimento urbano, tendo em vista o estrondoso crescimento que conhecera nas décadas anteriores.

¹¹⁶ BORTOLOTTI, 2007, p.183.

A expansão físico-territorial da cidade iniciou-se com a elaboração da planta básica que deu vida à cidade londrinense, a qual somava 4 km² chegando ao final do século XX e início do século XXI a totalizar 105,43 km², representando uma expansão de 26,35 vezes a mais. Londrina foi previamente planejada para abrigar 20.000 habitantes. Ao longo das décadas essa população tornou-se centenas [sic] de vezes maiores. E para atender a demanda populacional, o interesse da classe dominante, aos interesses políticos e econômicos a cidade cresceu muito mais que o esperado, de forma desordenada, mudando as perspectivas iniciais. Hoje é a segunda maior cidade do Estado, e uma das mais verticalizadas do Brasil. Isso promoveu uma grande expansão físico-territorial e uma espacialização diferenciada, criando localizações intra-urbanas segregacionistas¹¹⁷.

¹¹⁷ CASARIL, passim, p.88 – 91.



Figura 2: Londrina em 1949, em sua primeira aerofotogrametria. Acervo: Prefeitura Municipal de Londrina.



Figura 3: Foto aérea do centro de Londrina - Década de 1990. Acervo Prefeitura Municipal de Londrina.

Sem dúvida, entre o meio da década de 1990 até o final do período 2000 – 2008, as regiões que mais se destacaram foram a Gleba Palhano, na região sudoeste, e o conjunto de bairros popularmente denominado “cincão”, na zona norte da cidade. A Gleba, motivada pela construção e contínua expansão do complexo Shopping Catuaí, verticalizou-se rapidamente. Concomitantemente, na área circunvizinha, há o surgimento de um grande número de condomínios horizontais de alto padrão, assim como de grandes espigões

residenciais de alto luxo. De forma semelhante, a região dos Cinco Conjuntos, originalmente formada a partir de conjuntos habitacionais, desde a década de 1970, teve um crescimento vertiginoso, atingindo, no início do século XXI, relativa independência em relação ao centro da cidade. Ao redor da Avenida Saul Elkind, via de ligação entre diversos bairros da região norte, constituiu-se um subcentro, com lojas filiais do centro principal, hipermercados, agências bancárias e outros serviços:

[...] consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade¹¹⁸.

Desse modo, nos primeiros anos do século XXI, não houve grande aumento da área urbana, nem a criação de novos conglomerados urbanos. A cidade tratou de aprimorar o que já havia sido construído anos antes. Esse fato reflete-se na toponímia, na qual podemos observar uma diminuição do número de logradouros nomeados nesse período. De 2000 a 2008, foram nomeados 682 logradouros, uma redução de 50% em relação ao período de 1990 a 1999. O fato de apresentar a diferença de um ano na contagem entre ambos os períodos não implicaria nessa redução tão severa.

No entanto, a mesma tendência de maior utilização de nomes de pessoas permanece em vigor. Assim, nesse período, 84,45% dos logradouros foram batizados com nomes de pessoas. Pouco mais de 15% dos logradouros diz respeito aos logradouros com nomes que não são de pessoas.

É interessante destacar que, com o surgimento dos grandes condomínios horizontais na cidade, a toponímia desses locais tende a ser tematizada. Um grupo de ruas, concentrado em um condomínio horizontal de luxo, é composto por sete logradouros que foram batizados com os nomes de canções de Tom Jobim e/ou Vinicius de Moraes: Águas de Março, O Velho e A Flor, Tarde de Itapoã, e, claro, Garota de Ipanema, uma das mais famosas canções brasileiras composta por essa dupla de poetas do cancionário popular. Em outro condomínio, temos 16 logradouros com nomes relativos à prática de tênis, seus

¹¹⁸ VILLAÇA apud CASARIL, 2009, p. 90

campeonatos e modalidades. São ruas batizadas como *Rua do Ace*, do *Brasil Open*, do *Drop Shot*, do *Grand Slan*, do *Set Point*, entre outros nomes.

Como dito anteriormente, os nomes de pessoas dominam o cenário urbano, perfazendo a soma de 576 logradouros. Desse número, encontramos 151 logradouros batizados em homenagem às mulheres, ou seja, 26% do total do período. Assim como na década de 1990, aqui se encontram homenageadas mulheres londrinenses ou que optaram por residir e construir suas vidas em Londrina. Não há personalidades de prestígio nacional ou internacional.

Nesse período, analisando-se as mulheres que ganharam homenagens no espaço urbano, acompanhadas por títulos, percebemos ligeira diversidade, apesar da costumeira baixa incidência. No que tange às mulheres, pode-se dizer que, contando com quatro logradouros dos 20, foram homenageadas duas professoras (Professora Maria Judith Felício, Professora Nícia Silva Rubin), uma enfermeira (Enfermeira Maria Lucília Monti Magalhães) e uma diaconisa (Diaconisa Maria Madalena de Camargo). A profissão “mais feminina”, de acordo com o espaço urbano londrinense, é o magistério, lembrado em todas as décadas. Encontramos mais uma profissão ligada à saúde – inédita, no entanto – que é a enfermagem. E há também o título de Diaconisa, que é uma oficiante sem poderes de sacerdócio nas religiões cristãs. A essência permanece a mesma, magistério, religião e saúde.

No entanto, um grupo de ruas chamou a atenção, pois é formado por nove logradouros, todos em homenagem a rainhas. Mas não são rainhas da história da humanidade, mas sim conceitos genéricos de rainhas. São elas: Rainha do Amor, Rainha do Céu, Rainha da Esmeralda, Rainha da Felicidade, Rainha do Mar, Rainha do Norte, Rainha da Pérola, Rainha do Rubi e Rainha do Sul. Todas estão situadas no Conjunto Habitacional São Marcos, zona sul de Londrina. Como já dissemos, é uma homenagem genérica, mas bastante marcada, pois é visível que se trata de uma homenagem às mulheres londrinenses. No entanto, devemos chamar a atenção para duas possíveis referências religiosas, a Rainha do Céu e a Rainha do Mar, que podem ser associadas, respectivamente, com Maria, mãe de Jesus (Nossa Senhora) e Iemanjá ou Nossa Senhora dos Navegantes.

Entre 2000 e 2008, percebemos que houve semelhança na organização da toponímia, em relação à década anterior, com majoritária utilização dos nomes de pessoas e participação feminina próxima aos 20%. A diferença observada é numérica, pois a década de 1990 foi aquela na qual se teve uma maior nomeação de logradouros, atingindo o número

de 1.376, mais que o dobro do período 2000-2008, no qual foram nomeados 682 logradouros.

Contudo, foi possível observar que, ao longo de seis décadas, houve um claro aumento e diversificação das nomeações de mulheres para nomes de ruas. É significativo que, nas primeiras décadas da cidade de Londrina, como apontado, tenha ocorrido uma maior valorização de personalidades internacionais ou relacionadas à história universal da humanidade. Com o passar dos anos, além de um crescimento expressivo da participação feminina no espaço urbano, houve também uma regionalização dos topônimos, que passaram a homenagear personalidades ligadas à história local, envolvidas com a comunidade. Como já dito, a demora nessa transformação deve-se largamente à juventude da cidade e daqueles que nela decidiram morar há 80 anos. No entanto, é preciso que se diga que é medida prevista em lei que as personalidades homenageadas com nomeações de logradouros façam parte da história e memória locais, mas também é indispensável observar que, desde 1950, essa normativa esteve presente em lei, mas só foi empregada efetivamente após 1980.

É importante prestar atenção nas mudanças da nomeação de ruas com nomes de mulheres, pois passou de uma, na década de 1950, para mais de 21% do total de topônimos nos anos 2000, o que equivale a 151 logradouros, tendo em vista que, na década de 1990, o nível chegara a 307. É um significativo aumento, que pode ser acompanhado na tabela 5, a seguir. Em compensação, se formos refletir sobre as mulheres homenageadas no espaço urbano com seus títulos, deparamos com um índice que nunca atingiu 1% do total de ruas nomeadas no período. Em números absolutos, a década que mais batizou logradouros com nomes femininos foi a de 1980, com oito logradouros, o que representou 0,76% do total da década, conforme demonstrado na tabela 6.

Tabela 5 - Logradouros com nomes de mulheres sem títulos em Londrina 1950 a 2008

Década	Nomes de mulheres		
	Quantidade	Percentual em relação ao total de logradouros batizados com nomes de pessoas.	Percentual em relação ao total de logradouros batizados no período.
1950	0	0	0
1960	20	9,90%	3,47%
1970	34	10,11%	4,46%
1980	172	19,63%	16,41%
1990	302	25%	21,90%
2000*	147	26,43%	21,55%

* O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

Tabela 6—Logradouros com nomes de mulheres precedidos de títulos em Londrina de 1950 a 2008

Década	Nomes de mulheres precedidos de títulos		
	Quantidade	Percentual em relação ao total de logradouros batizados com nomes de pessoas.	Percentual em relação ao total de logradouros batizados no período.
1950	1	5,88%	0,37%
1960	3	7,31%	0,52%
1970	3	9,67%	0,39%
1980	8	19,51%	0,76%
1990	5	11,90%	0,36%
2000*	4	20%	0,58%

* O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Fonte: Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

Nessa análise, podemos perceber como as mulheres sempre estiveram alijadas da obtenção de cargos na esfera pública. Não temos em Londrina nenhuma rua com os títulos de Deputada, Governadora, Prefeita. A participação feminina nesses setores é muito recente, além do mais é preciso observar que o Paraná ainda não teve em sua história uma governadora eleita, nem Londrina, uma prefeita. Dessa forma, como já apontamos no gráfico 4¹¹⁹, os títulos que acompanham as mulheres nas nomeações de ruas são ligados à religião e ao magistério e, esporadicamente, à saúde. As questões de gênero estão aí postas, basta percebemos que há, historicamente, uma limitação na atuação profissional das mulheres, ficando sua ação restrita ao lar.

¹¹⁹ Neste capítulo, página 66.

Queremos apontar mais uma questão em relação às representações de mulheres no espaço urbano por meio das nomeações de lugares públicos, e, para tal, nos valeremos das discussões formuladas pelo geógrafo estadunidense Derek Alderman e anteriormente apresentadas. Para esse estudioso, por ocasião da escolha de um lugar a ser batizado com o nome de certa personalidade, também se leva em conta a importância e o destaque que o logradouro tem no conjunto urbano. Como citado, em Eatonton, no estado da Geórgia, Estados Unidos, houve forte embate entre os moradores e líderes comunitários sobre qual via do município deveria e mereceria receber o nome de Martin Luther King Jr, pois muitos entendiam que tal personalidade não poderia ser homenageada em um simples via, de pouco destaque.

É importante, para melhor refletirmos sobre as nomeações de ruas em Londrina que levam nomes de mulheres, observar o destaque e a importância que têm, na malha urbana, os logradouros que homenageiam essas mulheres. Destarte, procuramos investigar a recorrência da utilização de nomes de mulheres nos diferentes tipos de logradouros, lembrando que há uma hierarquização das vias públicas em Londrina, de acordo com a Lei 133/51:

Art. 38. As vias públicas classificam-se nas seguintes categorias:

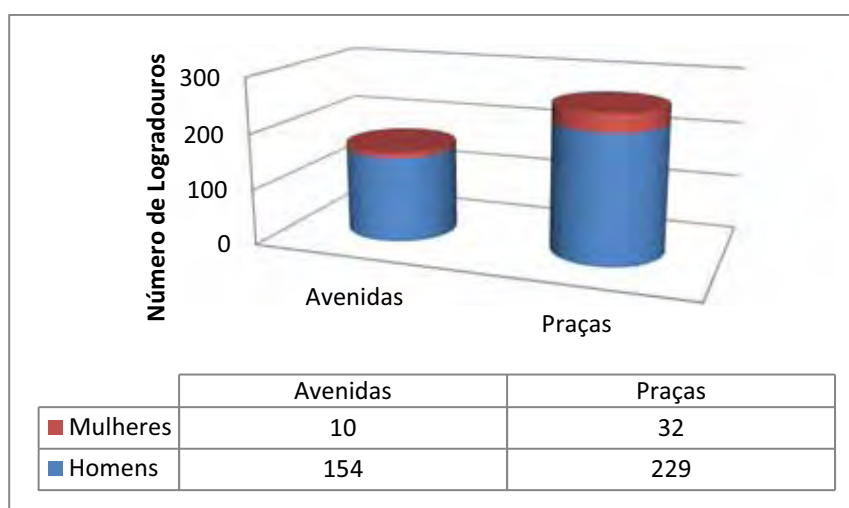
- 1ª - Estradas (só na zona rural). Largura mínima 16 metros.
- 2ª - Caminhos (só na zona rural). Largura mínima 10 metros.
- 3ª - Passagens (só para casas populares em conjuntos). Largura mínima 6 metros.
- 4ª - Vias de pedestres ou de serviço. Largura mínima 5 metros.
- 5ª - Ruas de interesse local (exclusivamente residencial). Largura de 11 a 14 metros.
- 6ª - Ruas secundárias. Largura 14 a 19 metros.
- 7ª - Ruas principais. Largura 19 a 28 metros.
- 8ª - Artérias de grande tráfego. Largura mínima 28 metros.

A mesma lei ainda regulamentou, em seu artigo 147, que “só podem denominar-se ‘Avenidas’ vias de 7ª ou 8ª categorias”. Assim, avenidas, em Londrina, são logradouros maiores, mais largos, de maior tráfego e importância. A lei não explicita um conceito claro de praça, mas estabelece, no inciso J do artigo 146, que “somente poderão ser nominadas como praças as áreas afetadas e/ou destinadas a essa finalidade”. Assim, concordamos com Fábio Robba e Silvio Macedo, quando afirmam que “praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de

veículos”¹²⁰, ou seja, são espaços destinados à fruição e lazer da população. Dessa maneira, somos levados a compreender que praças e avenidas têm relevância maior do que ruas, vielas e travessas, em uma hierarquia dos logradouros no espaço urbano.

A cidade de Londrina conta com 781 logradouros batizados com nomes de mulheres desde 1950. Desse total, 94,1% são denominados como “rua”, os outros 5,9 % dividem-se entre algumas praças, avenidas, rotatórias e uma ponte. De todos os logradouros londrinenses, obtemos o número total na malha urbana londrinense de 261 praças e 164 avenidas, mas, entre eles, há apenas 32 e 10, respectivamente, batizados com nomes de mulheres. Esses dados mostram que as mulheres foram homenageadas em 6,09% das vias mais importantes da cidade, as avenidas; e em 12,2% dos espaços destinados ao lazer e à fruição da população, as praças.

Gráfico 5: Número de avenidas e praças com nomes de mulheres (1951 – 2008).



Frente ao número de mulheres homenageadas – em mais de 16% do total de logradouros londrinenses –, devemos ficar atentos, pois é necessário ponderar que essas homenagens ficaram restritas às vias mais simples, enquanto as mulheres foram menos representadas nas vias de maior destaque e importância. A leitura apurada do espaço urbano nos leva à percepção de uma – sutil – discriminação de gênero. As palavras de Penha Nader sobre os logradouros vitorienses são bastante elucidativas para uma constatação semelhante da autora:

¹²⁰ ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. **As praças brasileiras**. São Paulo: IMESP, 2003 p. 17

A precária coleção de nomes de mulheres nos logradouros não afeta somente uma compreensão deturpada sobre o caminho percorrido pelos capixabas em sua saga para erguer a capital com todas as qualidades dela conhecidas, mas também constrói uma imagem inapropriada, para com as futuras gerações, da importância do papel que as mulheres exerceram nesse processo¹²¹.

Foi preciso realizar tal trajeto, ao longo das décadas, para que tivéssemos a dimensão de como se organizou a toponímia londrinense em seus aspectos gerais, mas também levando em conta a especificidade de cada período. Buscamos realizar uma análise geral da toponímia londrinense, procurando sempre voltar o olhar para o espaço que era reservado às mulheres. No capítulo que se segue, procuraremos apresentar uma análise baseada nas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense, tentando compreender as relações de gênero impostas e os papéis reservados às mulheres.

¹²¹ NADER, 2007, p. 97

Capítulo 3:

Representações do feminino nas biografias das mulheres homenageadas

A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados.

Michelle Perrot

1. História e biografia: algumas questões

As homenagens são rendidas para glorificar a memória daqueles e daquelas que contribuíram largamente para as sociedades, tanto em âmbito local como em nível nacional ou internacional. Para isso, são erguidos os monumentos e as ruas e praças são (re)nomeadas, entendidos como suportes da memória. Esses suportes têm a função de conduzir a evocação da lembrança, consolidando a(s) memória(s) enquanto viva(s).

A memória pode ser definida como a capacidade de conservar certas informações. Esse conceito genérico dialoga com as diversas instâncias e possui inúmeras utilizações. Podemos pensar, enquanto uma propriedade biológica do corpo humano, em reter determinadas informações. Há a acepção das ciências humanas – com a possibilidade, contudo, de se converter em outros tantos conceitos mais próximos de cada área –, que considera a memória enquanto uma característica das sociedades, em geral, ocupada na construção e conservação de dadas representações acerca da sociedade e de seus concidadãos.

O trabalho do historiador concentra-se, especialmente, no estudo da memória coletiva e menos das memórias individuais, um tanto contempladas pelos biógrafos. Desse modo, partimos do pressuposto da memória coletiva enquanto um constructo social, elaborado e reelaborado pelos poderes sociais conforme as mudanças e rearranjos na sociedade. Le Goff¹²² adverte que tudo o que sobrevive é resultado de escolhas. Em algum dado momento, decidiu-se que tal artefato, construção, documento ou informação era merecedor de uma salvaguarda, perpetuando-os, dessa forma, para as gerações futuras.

Assim ocorre também com os documentos escritos, que, uma vez produzidos, legam imagens de quem os produziu, o que lhes acarreta a permanência ou não, dependendo do acordo com a representação veiculada. A memória liga-se mais com o presente do que com o passado, e é com o presente que ela dialoga firmemente. Ao rememorarmos a história de nossos antepassados, por exemplo, o fazemos imbuídos do presente. Dessa maneira, é comum que a memória – em seus diversos suportes – seja manipulada, isto é, lembramos apenas alguns acontecimentos e narramos apenas determinados aspectos da lembrança.

¹²²E GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **Enciclopédia Einaudi**. Imprensa Nacional – casa da moeda, 1984, pg.95

A escrita biográfica divide opiniões de historiadores e críticos de literatura, pois é comumente tomada como gênero impuro, que mistura verdade e ficção. Ou melhor, um pressuposto de verdade, na compreensão de François Dosse. Autor de obra sobre as relações de história e biografia, Dosse¹²³ argumenta que sempre está presente na escrita biográfica um pressuposto de verdade, tendo em vista que, ao se propor uma biografia, e não um romance, estamos deduzindo que fatos verídicos sobre tal pessoa serão apresentados, proclamando-se, desse modo, a verdade sobre o biografado.

François Dosse argumenta que o gênero biográfico transita invariavelmente entre a vontade de uma verdade consistente e a narrativa ficcional, sendo para ele, portanto, uma “ficção verdadeira”¹²⁴. A ambivalência do gênero reside na necessidade de comprovar os fatos apresentados no texto, revelando um aspecto científico e erudito da escrita. Contudo, traz consigo a narrativa literária, muitas vezes usada como recurso para entreter o público leitor.

Bastante apegadas aos detalhes mais ínfimos da vida dos biografados, as biografias valem-se, geralmente, de extensa pesquisa documental, a fim de desvelar pequenas particularidades e, assim, poder relatá-las. É claro que os documentos não são capazes de reconstituir toda a vivência do biografado. É nesse ponto que a ficção opera, segundo Philippe Levillain, pois “a ficção provém do suplemento de explicação que o autor se julga no direito de dar quando a reunião dos documentos não basta para retratar o personagem. Pois toda biografia resulta da tentação criadora”¹²⁵. Entende-se biografia, portanto, como construída e manipulada, em face do silêncio dos documentos. Existe a possibilidade de permanecer o silêncio ou o biógrafo valer-se da imaginação para preencher as lacunas. Não é em razão de tal aspecto construído que se preterirá o uso das biografias pelos historiadores, pois os documentos que manejamos como fontes de pesquisas também são, em certa medida, construídos e manipulados, como disse Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais

¹²³ DOSSE, François. El arte de la biografía: entre historia e ficción. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007, p. 16.

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. IN: REMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 2ª edição.

continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio¹²⁶.

Há uma conexão da biografia com a memória, mas não só no ato de recordar para escrever, mas sim na vontade de legar uma imagem, uma representação de si para as gerações futuras. Le Goff complementa, afirmando que “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”¹²⁷. E “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”¹²⁸. Os monumentos, frutos de escolhas, legam uma imagem da sociedade à posteridade, ligando passado, presente e futuro, assim como as biografias, que, entre silêncios e ficções, constroem e transmitem imagens dos biografados. É como no poema de Álvaro de Campos – pseudônimo de Fernando Pessoa –, afirmando que “nunca conheci quem tivesse levado porrada. Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo”¹²⁹, pois, em geral, é essa a imagem que se deseja transmitir.

Tanto os documentos quanto os monumentos são suportes para que as memórias coletivas ou individuais possam perdurar. É no embate entre o lembrar e o esquecer que uma série de elementos é formada, todos imbuídos dessa relação ambígua e constituinte das identidades. Pierre Nora nos fala sobre isso:

[...] os lugares de memória (museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações) nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.¹³⁰

Ou seja, há uma gama de *lugares de memória* que são responsáveis por fazer a memória permanecer ativa. Observa-se, no entanto, que tudo o que sobrevive é resultado

¹²⁶ LE GOFF, 1984, pg.95

¹²⁷ idem; ibidem.

¹²⁸ Idem; ibidem.

¹²⁹ O próprio Fernando Pessoa criava biografias para os seus pseudônimos. SILVA, Wilton. Biografias: construção e reconstrução da memória. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 151-166, jul./dez. 2009.

¹³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n.10, p.07-28, dez.1993. p.13

de um processo de escolha e seleção, são versões dos fatos. Para Le Goff, “(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” ¹³¹.

Mas não são somente os monumentos e documentos que se ligam ao poder de perpetuação da memória, igualmente o fazem as biografias, que, por sua vez, também possuem um caráter construído. Vale lembrar que essas elaborações mnemônicas são pensadas para atingir certos objetivos, propalar dadas representações de si ou de outrem. Philippe Lejeune enumera alguns dos motivos que levam à elaboração de biografias. Um deles é a ânsia de justiceiro que acomete o biógrafo. Ele tentará por todos os meios corrigir as *legendas negras* – histórias negativas – sobre determinados personagens históricos. Outra preocupação que, por vezes, ocupa os biógrafos é defender seu personagem da finitude da existência, sobretudo no que tange ao esquecimento, dando-lhes, portanto, a eternidade das letras.

Mais uma vez biografia e memória se aproximam. É na luta contra o esquecimento que são erguidos monumentos e nomes são utilizados para o batismo de ruas. Lembrando que, a partir de 1981, na cidade de Londrina, tornou-se obrigatório anexar biografia ou currículo do homenageado ou da homenageada aos projetos de lei relativos à nomeação de logradouros. Desse modo, os textos biográficos, analisados na sequência, podem ser tomados como esforços da sociedade presente em legar certa imagem ao futuro de um passado idealizado. Mas, sobretudo, podem ser analisados como um esforço daqueles que escreveram tais textos, com o objetivo de fixar uma dada imagem do(a) homenageado(a).

Esses textos biográficos abrangem dois tipos, segundo nossa análise. Um deles é o texto livre, que conta – brevemente ou não – a vida dos homenageados. Esse tipo de texto pode ter sido escrito tanto pelo vereador que propôs o projeto de lei quanto por um membro da família que enviou o texto para a proposta de nome de rua. Frequentemente, há a dúvida quanto à autoria, pois nem sempre vem referenciada nesse tipo de biografia. O outro tipo de texto biográfico é o que vem formatado em um “formulário de proposta para nomenclatura de rua”. Esse formulário foi desenvolvido pelo arquivo da Câmara Municipal e contém campos destinados a serem preenchidos com os dados básicos dos homenageados e traz um campo maior para “dados biográficos”. Com esse formulário, exige-se a entrega de

¹³¹ LE GOFF, 1984, p. 95.

cópias do atestado de óbito e da carteira de identidade ou do registro de nascimento da pessoa que será homenageada. Ao contrário do outro tipo de texto biográfico, neste está sempre identificado quem é o autor, com o nome por extenso e a assinatura.

Destarte, não nos sendo possível analisar a autoria dos textos, já que nem todos são assinados e, quando o são, não saberíamos informar precisamente qual o grau de parentesco com o homenageado ou a homenageada, vamos nos concentrar na autoria dos projetos de lei. Desse modo, fomos investigar quem eram os vereadores autores dos projetos de leis que homenageavam mulheres no espaço urbano. Encontramos 61 vereadores que, desde 1981 até 2008, foram autores ou coautores de projetos de leis que objetivavam homenagear uma mulher da cidade com o batismo de um logradouro público. Desses 61, é preciso destacar que a grande maioria batizou menos de 10 vias, alguns, poucos menos de 20. No entanto, dois edis londrinenses destacam-se pelo expressivo número de logradouros nomeados: Jaci César de Aguiar e Tercílio Luiz Turini, com, respectivamente, 67 e 33 projetos de leis destinados ao batizado de logradouros com nomes de mulheres.

Jaci César de Aguiar é radialista e corretor de imóveis em Londrina e esteve presente na Câmara de Londrina em cinco legislaturas – 7ª (1973 – 1977), 8ª (1977 – 1983), 10ª (1989 – 1992), 11ª (1993 – 1996) e 12ª (1997 – 2000) –, tendo sido eleito apenas para a 11ª legislatura pelo Partido Social Trabalhista (PST), nas outras assumiu como suplente. Ao analisarmos o conjunto de leis que esse vereador elaborou, deparamos com grande volume de leis referentes a honrarias na cidade, como a outorga de títulos e medalhas (Título de Cidadão Honorário de Londrina e Medalha Ouro Verde) e as homenagens por meio do batismo de ruas. O vereador, ao longo dos anos em que esteve na Câmara, teve 260 leis aprovadas. Desse conjunto, 53%, ou 139 leis, estão relacionadas ao batismo de logradouros públicos. Soma-se a esses números o conjunto de 22 leis que outorgam títulos ou medalhas. As leis que conferem honrarias (não as de nomenclatura urbana) têm, como característica principal, o fato de serem coletivas, envolvendo todos ou grande parte dos vereadores daquela legislatura. Jaci Aguiar é o único autor em apenas uma dessas leis, a que confere a Medalha Ouro Verde à Irmandade da Santa Casa de Londrina. Jaci César de Aguiar é o vereador que mais se empenhou na questão da nomenclatura urbana.

Outro vereador que largamente se ocupou do batismo das ruas foi o médico Tercílio Luiz Turini, eleito duas vezes para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal – 11ª (1993 – 1996) e 12ª legislaturas (1997 – 2000). Nesse período, foi autor ou coautor de 566 leis, das

quais 25,9%, ou 147 leis, são acerca da nomenclatura urbana, números superiores aos de Jaci Aguiar. É bastante impressionante que Turini tenha participado da feitura de 144 leis que outorgam honrarias públicas. Somadas, essas duas categorias perfazem mais de 51% das leis de autoria desse vereador.

Turini nos informou em entrevista¹³² que o processo de nomeação de ruas começa, em geral, a partir do pedido da comunidade, ou seja, é preciso que haja familiares e/ou amigos desejosos de prestar uma homenagem póstuma a um ente querido. Segundo ele, “na maioria das vezes, é a população que procura o vereador, solicitando a homenagem àquele ente querido que já faleceu e cujo nome gostariam que fosse eternizado na cidade”¹³³.

Sobre a sua participação nessas nomeações, Turini declarou que:

“Fico orgulhoso de ter contribuído também nessa área, pois considero que, além de homenagear as famílias e as pessoas próximas àquele que emprestou seu nome a um logradouro da cidade, também contribuí para manter viva a memória da história do município”¹³⁴.

Quando perguntado sobre a participação feminina no espaço urbano, o ex-vereador afirmou que “a proporção de homenagens às mulheres é muito pequena” e procurou uma explicação para tal fato:

“A homenagem é feita às pessoas que já faleceram e isso reflete como, nas décadas passadas, a mulher tinha uma visibilidade de sua participação na sociedade muito menor que os homens, que ocupavam funções com maior expressão social. Imagino que daqui para frente isso possa se modificar com um gradativo aumento das figuras femininas. A própria Câmara de Vereadores passou longos períodos sem ter nenhuma mulher como representante. Hoje, temos três mulheres num total de 19 cadeiras”¹³⁵.

Tercílio Turini procurou evidenciar, em sua fala, que a ação de nomear ruas tem um caráter eternizador e que é justamente por essa razão que as famílias procuram os

¹³² O ex-vereador Tercílio Luiz Turini é médico e foi eleito duas vezes vereador de Londrina (11ª e 12ª legislaturas). Na décima primeira legislatura, foi eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 1.292 votos; na décima segunda, foi eleito com 2.763 votos. Atualmente, é deputado estadual pelo Partido Popular Socialista (PPS) e aceitou responder nossas questões, enviadas por correspondência eletrônica no dia 27 de janeiro de 2013.

¹³³ Depoimento de Tercílio Turini ao autor em 27 de janeiro de 2013.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Depoimento de Tercílio Turini ao autor em 27 de janeiro de 2013.

vereadores. Além disso, esclareceu que o papel e as representações criadas para as mulheres em décadas passadas ainda se refletem no presente do espaço urbano e da representação política.

Uma diferença clara entre ambos os vereadores é que Jaci Aguiar é o único autor de 122 das 139 leis relacionadas a nomes de ruas, enquanto Turini tem a autoria exclusiva de 82 das 147 leis que aprovou sobre esse tema.

Retomando os textos biográficos, entendemos que tais narrativas, anexadas aos projetos de lei, são frutos do esforço de filhos e filhas, netos e netas, maridos ou esposas, visandoglorificar a memória de seus entes queridos; ou de vereadores tentando mostrar a significância e a importância e, portanto, o mérito dos homenageados e homenageadas em seus projetos.

Há, contudo, uma implicação a ser apontada. É preciso que haja não só vontade dos populares em homenagear seus entes queridos e/ou pessoas de destaque apreço na sociedade, mas também é mandatório haver uma articulação entre a família e o vereador, e que este se empenhe na ação, para que aquele nome seja utilizado em uma via ou uma praça, pois, por mais meritória que seja a trajetória de vida de qualquer indivíduo, ele ou ela não conquistam essa homenagem se não houver ação dos familiares e amigos e a participação de um(a) vereador(a), como foi destacado por Turini. O exemplo que se segue, no qual o filho pede ao vereador que homenageie sua mãe, é bem revelador desse processo:

*“Prezado Amigo e Vereador Jaci Aguiar,
Venho através desta solicitar ao amigo se possível uma homenagem a minha mãe falecida em Londrina em 1983 homenagem esta com o nome de uma rua ou outra coisa qualquer, tendo em vista que muitos logradouros, ruas, praças e até postos de saúde, tem nome de pessoas que aqui vieram a mais de cinquenta anos aprenderam a gostar desta cidade, quando Londrina não era nada, estava apenas começando, e minha mãe foi uma destas pessoas”.*¹³⁶

Com isso, queremos destacar alguns projetos de lei que partiram do desejo popular, ou melhor, da vontade de parcelas organizadas da população. Entendemos que todos os projetos, ou quase todos, partem do anseio de alguém que quer ver aquela pessoa homenageada. Todavia, observamos aqui pedidos de nomeações de rua, por intermédio de abaixo-assinados ou por meio de organizações e associações de moradores.

¹³⁶ Projeto de Lei nº 68/93 que originou a Lei Municipal nº 5.381/1993. Denomina Rua Alzira Postali Gewehr.

Tabela 7 - Leis movidas a partir de solicitação popular.

Número da lei:	Movida por:	Rua(s) nomeada(s)
3.578/1983	Moradores da via pública principal do Jardim Rosicler (abaixo-assinado)	Rua Clara Nunes.
6.878/1996	Associação do moradores do Jardim União da Vitória	São 63 ruas nomeadas, dentre elas: Rua dos Engenheiros, Rua dos Taxistas, Rua dos Tintureiros, Rua dos Jornalistas, Rua dos Guincheiros, Rua Zumbi dos Palmares, Rua da CUT, Rua da Cidadania, Rua dos Construtores, Rua dos Torneiros, Rua dos Artistas, Rua do MST, Rua dos Horticultores, Rua dos Carteiros, Rua dos Copeiros, Rua dos Assistentes Sociais.
7.537/1998	Grupo de Moradores do Parque Res. Liberdade	Rua Sebastião Pereira; Rua Francisca Vieira da Costa.
7.626/1998	Associação Ecológica Ambiental “A missão”.	Rua José Mateus de Souza, Rua Manoel Alves da Silva, Rua Sebastião Marques Vieira, Rua Joel Batista de Carvalho, Rua Adenir Maria Rodrigues de Carvalho, Rua Arary Madeira, Rua Nair Dias da Silva, Rua Leopoldino José Teixeira.

Pode-se perceber que, nos pedidos movidos pelo Grupo de Moradores do Parque Residencial Liberdade e pela Associação Ecológica Ambiental “A missão”, são homenageadas pessoas que têm profundas ligações com os bairros ou regiões em questão. As ruas do Conjunto de Bairros União da Vitória, como já esclarecido, têm por característica principal homenagear as diversas profissões e movimentos sociais, em tributo ao trabalho, aos trabalhadores e à sua união. A lei que mais difere das demais é a movida pelos moradores do Jardim Rosicler. Por meio de abaixo-assinado, pedem o batismo de sua rua com o nome da cantora Clara Nunes.

“Nós, abaixo assinados, moradores da via pública principal do Jardim Rosicler, sede do Município de Londrina, concordamos em denominá-la RUA CLARA NUNES – a queridíssima cantora recentemente falecida”¹³⁷.

Clara Francisca Gonçalves Pinheiro, conhecida como Clara Nunes, foi cantora brasileira de grande prestígio de crítica e público, cuja morte inesperada, aos 40 anos, causou grande comoção popular. No entanto, mesmo diante do apreço da população, foi preciso uma ação por parte de moradores e o apoio do Legislativo para que o nome da

¹³⁷ Projeto de lei nº 12/83 que originou a Lei Municipal nº 3.578/83. Denomina Rua Clara Nunes.

“guerreira” – como era conhecida a cantora – se tornasse nome de uma rua londrinense. É a soma da ação de algumas pessoas com o interesse e a motivação de outras que tornam reais as homenagens no espaço urbano. Os nomes de pessoas não se convertem automaticamente em nomes de logradouros públicos.

Desse modo, separamos algumas leis nas quais pudemos perceber que essa motivação e ação estão também associadas ao setor mais diretamente atingido pelas nomeações de ruas, o da propriedade de terras. A primeira é a de Rosa Badin Vieira:

“Rosa Badin Vieira [...] faleceu em 06 de maio de 1990, na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo, onde viveu toda sua vida. [...] É merecedora da homenagem que o seu irmão Jorge Badin, radicado em Londrina desde 1956, proprietário do remanescente da área de terras da Gleba Palhano, para onde trouxe o Shopping Catuaí, antigo El Dorado, e o Carrefour, bem como os Loteamentos Terras de Santana I e II. É Justamente nas Terras de Santana I e II [...] que o seu irmão quer prestar esta singela homenagem, dando a pequena rua de 4,20 metros o nome de Rosa Badin Vieira”¹³⁸

Queremos aqui destacar que foi aprovado para uma rua londrinense o nome de uma senhora que nunca na cidade residiu, e a articulação necessária para isso se deu por meio da influência de seu irmão, inclusive os dados sobre ele são mais extensos no texto. A segunda biografia que queremos destacar é a de Geehrter Sahler Rosa, na qual também se referencia relação com a compra e venda de terras, utilizada como legitimador da nomeação:

“O local onde está sendo aberta esta via pública pertence ao filho da homenageada Geehrter Sathler Rosa, aposentado, foi fiscal do Banco do Brasil por mais de 30 anos e mora em Londrina há mais de 49 anos”¹³⁹.

Nesse segundo texto, nota-se que o fato de o filho da homenageada ser proprietário da área onde está a via pública a ser denominada foi decisivo para a sua aprovação, tendo em vista ser ele o maior interessado na ação. Desse modo, o que se observa em ambas as homenagens acima é que, em razão da influência social –posse terras e realização de empreendimentos – de quem fez a proposta é que se aprovaram ambos os nomes. O que queremos apontar é que essas relações não excluem o mérito das homenageadas, mas é preciso evidenciar que a nomeação de ruas é um ato político, sobre o qual está investido um

¹³⁸ Projeto de Lei 17/96 que originou a Lei Municipal nº 6.509/1996. Denomina Rua Rosa Vieira Badin.

¹³⁹ Projeto de Lei 206/2005 que originou a Lei Municipal nº 10.174/2007. Denomina Rua Aurora Sathler Rosa.

poder simbólico tenaz e com o qual pode estar associada uma série de desejos e vontades pessoais. É em face de tais características que queremos investigar quem são as mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense e quais discursos sobre elas são construídos. É por tal caminho que iremos analisar os textos biográficos anexados aos projetos de lei.

2. Perfis das mulheres biografadas

Os textos biográficos, como já demonstramos, são um conjunto de informações selecionadas a fim de elaborar uma dada imagem do(a) biografado(a). As narrativas que analisamos, textos curtos em geral, foram escritos, preponderantemente, por familiares dos homens e mulheres a serem homenageados(as). Esses textos são, mesmo que modestamente, elogiosos. Os discursos sobre as mulheres, seus papéis e posições sociais também estão ali manifestados. Desse modo, entendemos que os discursos são representações do imaginário no qual os autores estão inseridos.

*Mulher é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser – e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas. Dentre elas há as dominantes, tomadas como modelo e referência, identificáveis com maior clareza em cada período. **Algumas persistem no tempo, enquanto outras envelhecem a ponto de provocar riso, estranhamento ou não serem sequer reconhecidas pelas novas gerações.***¹⁴⁰

Levando em conta que, no conjunto de biografias a serem analisadas, algumas representações sobre as figuras femininas se solidificaram com o tempo, percebemos que certos temas são mais recorrentes. Alguns desses temas, como pioneirismo e imigração, são repetidos em discursos acerca da formação de Londrina e da região norte do Paraná, o que torna as biografias temporal e geograficamente situadas. Outros temas, como religiosidade, casamento, maternidade e atuação profissional, estão comumente presentes em narrativas sobre as vidas de mulheres, em geral, pois são entendidos como constituintes do “ser mulher”. Dessa maneira, procuramos organizar nossa escrita de modo a apresentar tais

¹⁴⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 470, grifo nosso.

temas, sobretudo mostrando que as temáticas percorrem o tempo, pois se encontram em biografias desde os anos 1980 até os anos 2000.

2.1. As imigrantes

Uma das características mais destacadas da cidade de Londrina, tanto em publicações quanto em símbolos¹⁴¹, é a de que a cidade recebeu pessoas de todas as partes do mundo e os acolheu muito bem, como podemos constatar no Hino a Londrina:

Londrina!
Cidade de braços abertos
A todos os filhos do nosso Brasil!
E a todos aqueles de Pátria distantes,
Que aqui confiantes
Sob um pálio anil,
Seu lar construíram e aos filhos se uniram,
E aos filhos se uniram do nosso Brasil!¹⁴²

Construída ao longo do tempo – tanto por empresas envolvidas no processo de colonização, como a CTNP, quanto pelo próprio poder público, no propósito de divulgar a cidade – essa representação de cidade acolhedora impregnou o imaginário social local. Dessa forma, uma das temáticas que chamaram nossa atenção foi a presença imigrante nas nomeações de ruas e nas biografias.

Londrina, de fato, recebeu ao longo de sua história grande aporte de imigrantes e de migrantes, porque se desenvolveu a partir de um projeto de colonização e venda de lotes rurais e urbanos. Havia, é claro, um grande empenho da CTNP em atrair populações interessadas em adquirir seus lotes, tanto rurais quanto urbanos. A elaboração de representações da região, enquanto “terra da promessa” e “lugar onde se pisa em dinheiro”, surtiu prestimoso efeito, pois, tendo sido largamente divulgadas, atraíram um grande volume de migrantes, de variado número de estados brasileiros, e imigrantes de toda a sorte de países, como podemos perceber na tabela 8.

¹⁴¹ A bandeira do município de Londrina é um retângulo vermelho com quatro estrelas prateadas, estas dispostas em cruz representam o Cruzeiro do Sul, assim como os quatro continentes de onde vieram os pioneiros.

¹⁴² Reproduzimos trecho do Hino a Londrina (Letra: Francisco Pereira de Almeida Jr. Música: Andréa Nuzzi), no qual podemos perceber a exaltação do caráter acolhedor do seio londrinense.

Por essa tabela, podemos perceber trinta diferentes nacionalidades de imigrantes presentes em Londrina no final da década de 1930. É curioso observar as diversas nacionalidades que se interessaram em construir uma cidade em meio à mata, sendo esse interesse fruto da atrativa propaganda da Companhia de Terras. É mandatório refletirmos sobre o ínfimo número de ingleses presentes na cidade, frente a outras nacionalidades. É preciso pensar que há grande esforço de alguns agentes sociais e do poder público em construir a imagem de Londrina enquanto resultado da mente inglesa¹⁴³. Os ingleses são tidos como mitos fundadores da cidade, tanto é assim que o nome da cidade é decorrente da atribuída presença e influência dessa nacionalidade.

Tabela 8 – Nacionalidades presentes em Londrina em 1938

Nacionalidade	População
Brasileiros	1.823
Italianos	611
Japonezes	533
Allemaes	510
Hespanhóes	303
Portuguezes	218
Polonezes	193
Ukranianos	172
Húngaros	138
Tchecos-Eslovacos	51
Russos	44
Suíços	34
Austríacos	29
Lithuanos	21
Yoguslavos	15
Rumenos	12
Inglezes	7
Syrios	5
Argentinos	5
Dinamarquezes	3
Norte Americanos	2
Australianos	2
Suecos	2
Francezes	2
Búlgaros	2
Belgas	2

¹⁴³ Desde o ano de 2009, a Prefeitura Municipal de Londrina tem instalado cabines telefônicas vermelhas, que reproduzem aquelas comuns na Inglaterra, e estuda, para implantação futura, duas torres na entrada da cidade que se assemelham à torre do Parlamento Britânico.

Liechteinsteonianos	2
Noruegues	2
Indiano	1
Estoniano	1

* YAMAKI, 2006. Conservou-se a escrita original de 1938

Desse modo, nos empenhamos em encontrar essa abundância e diversidade de nacionalidades também nas biografias de mulheres homenageadas com a utilização de seus nomes para o batismo de logradouros.

É preciso esclarecer que foram consideradas imigrantes todas aquelas mulheres que em suas biografias, anexadas ao processo de nomeação das ruas, foram declaradas como nascidas em outros países e que se transferiram para o Brasil e, especificamente, para Londrina. No entanto, existem alguns nomes de logradouros que, suspeitamos, indicam tratar-se de imigrantes ou descendentes, uma vez que os sobrenomes são estrangeiros, mas são apenas suspeitas, pois nada consta nas biografias sobre o fato de serem ou não imigrantes. Essa confusão se dá, principalmente, nos nomes de origem japonesa. E, com o silêncio das biografias a esse respeito, não há como identificar a origem dos nomes apenas analisando essas fontes. Assim, os nomes que batizam esses logradouros não foram considerados de imigrantes.

Nossas fontes de pesquisa são as leis de nomeação de ruas e as biografias ou currículos adicionados aos processos, que se encontram depositados no Arquivo da Câmara Municipal de Londrina. Dessa forma, ao longo do período (1981 – 2008), foi possível encontrar 46 logradouros batizados com nomes de mulheres imigrantes. No universo de 699 logradouros com nomes de mulheres, essa quantidade representa 6,5%, e, em relação ao total de ruas do período – incluindo logradouros em geral, com nomes de homens, animais, países, entre outros –, esse percentual cai para 1,5%.

Dentre essas 46 mulheres, detectamos 14 nacionalidades diferentes e tentamos uma aproximação com as origens constantes na tabela respectiva, de 1938 (tabela 8, já citada), concluindo que 13 delas lá estão referenciadas. Apenas o Líbano não consta na tabela de 1938, e isso se deu porque, em 1938, o Líbano ainda não era um país independente e sim uma colônia francesa.

Tabela 9 – Mulheres imigrantes homenageadas (1981 – 2008).

Nacionalidade	1980	1990	2000	Total
Espanha	2	10	3	15
Itália	4	4	1	9
Alemanha	0	5	0	5
Japão	1	2	0	3
Iugoslávia	0	1	1	2
Líbano	0	2	0	2
Portugal	0	2	0	2
Rússia	1	0	1	2
Estados Unidos	0	0	1	1
Hungria	0	1	0	1
Lituânia	0	1	0	1
Polônia	0	1	0	1
Romênia	0	1	0	1
Síria	0	0	1	1
Total	8	30	8	46

* Dados extraídos da análise das biografias anexadas aos processos-lei e depositados no Arquivo da Câmara Municipal de Londrina.

Surpreendemo-nos ao constatar que a nacionalidade japonesa ocupa o quarto lugar com apenas três ruas, o que representa 6% do total. A surpresa deu-se em razão de Londrina e o Norte do Paraná serem notoriamente conhecidos como uma região de forte presença nipônica, e, sobretudo, em razão das diversas colônias instaladas por esses imigrantes na região, a partir da década de 1930¹⁴⁴.

Os imigrantes japoneses, que se mudaram do interior de São Paulo para tentar a vida no norte do Paraná, dedicaram-se, primeiramente, à agricultura. Em Londrina, formou-se a colônia Ikku (em japonês significa primeira), que se destacava por sua grande e diversificada produtividade. Mas os japoneses logo migraram para o espaço urbano e destacaram-se no comércio, majoritariamente na Avenida Sergipe, onde estavam presentes nas mais diversas categorias, ocupando 33% do comércio dessa importante via londrinense¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Vale destacar que os primeiros lotes rurais vendidos na cidade de Londrina, em 1930, foram para clientes japoneses, que começaram a formar o que ficaria conhecido como colônia IKKU. Ver mais em: LOSNAK, M. IVANO, R. **Lavrador de Imagens: uma biografia de Haruo Ohara**. Londrina: S.H. Ohara, 2003. KIMURA, Rosângela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930 – 1950** (de cores proibidas ao perigo amarelo). Dissertação (mestrado). Maringá: UEM, 2006.

¹⁴⁵ Sobre mobilidade social japonesa no Brasil ver em CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995. Sobre a atuação japonesa no comércio de Londrina ver SILVA, Bruno S.M. MORAES, Daniela R. *A Pequena Tóquio na*

Essas colônias foram grandes em volume de produção e pessoas, assim como também foram importantes, tanto é que, em 2008, ano em que se comemorou o centenário da imigração japonesa para o Brasil, o príncipe herdeiro do trono japonês, em viagem oficial ao Brasil, visitou o norte do Paraná e, em Londrina, inaugurou uma grande praça no centro da cidade denominada Tomi Nakagawa, a única passageira ainda viva do navio que veio ao Brasil em 1908, e moradora de Londrina.

O grupo de mulheres imigrantes que se apresentou numericamente superior nas nomeações de ruas é o composto pelas espanholas, seguidas pelas italianas. Essas, por sua vez, ocupavam a primeira colocação entre os não brasileiros na tabela de 1938. Já as mulheres espanholas integravam a quarta nacionalidade em maior número na cidade. A nacionalidade japonesa, como já apontamos, ocupa o quarto lugar em número de ruas, no entanto, em 1938, destacavam-se como o segundo maior número de não brasileiros residentes em Londrina.

Tendo em vista que a população imigrante era bastante numerosa na cidade, questionamos como essa presença grande e importante não se refletiu em homenagens no espaço urbano, pelo menos no que tange às mulheres? Indagamos também se teriam ou não todos esses imigrantes permanecido em Londrina? Talvez essa seja uma das respostas. Porém, é necessário destacar que a CTNP incentivou o estabelecimento de milhares de pessoas em Londrina. Contudo, não lhes assegurou tranquilidade, como observou Sonia Adum em sua constatação de que o progresso não era para todos¹⁴⁶. A situação de muitos imigrantes passou por reveses com a eclosão da Segunda Guerra, já que, em razão desta, em 1942, a CTNP foi nacionalizada e a situação para os imigrantes no Brasil, incluindo Londrina, tornou-se delicada.

A historiadora Priscila Fernandes¹⁴⁷, ao abordar as sociabilidades dos imigrantes japoneses em Londrina, comenta que havia contra os imigrantes um tipo de “preconceito à brasileira”, pois se dava de forma disfarçada. Criou-se no Brasil – em razão das leis nacionalistas do Estado Novo – um ar constante de desconfiança, especialmente contra os

Pequena Londres: imigração e comércio na Rua Sergipe em Londrina (1930 – 1960) IN: MAGALHÃES, Leandro H. **Rua Sergipe: patrimônio cultural londrinense**. Londrina: Edunifil, 2012.

¹⁴⁶ ADUM, 1991.

¹⁴⁷ FERNANDES, Priscila Martins. Questões de identidade e de estratégias de sobrevivência e de ascensão social de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História Social) Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. _____ **Imigrante japonês e sociabilidade na fronteira: Londrina: 1930 – 1953**. MONOGRAFIA (Especialização). Londrina: UEL, 2005.

japoneses, vistos como inassimiláveis e dissimulados. Já se procurou mostrar que, em Londrina, essa aura de periculosidade japonesa e de desconfiança, esteve presente mesmo com o fim da guerra, decretado em 1945, possibilitando, desse modo, que os conflitos extrapolassem a medida de atos do cotidiano, das pequenas atitudes, e se tornassem assunto policial.

As marcas do período de guerra declarada ficaram, mesmo depois de a guerra ter terminado. Relatos mostram abusos contra propriedades, prisões arbitrárias e demonstrações de preconceitos, em razão da etnia, anos depois de a guerra acabar¹⁴⁸. Há um silêncio sobre essa parte da história londrinense. Praças foram construídas em homenagem aos imigrantes ao longo dos anos subsequentes, principalmente para homenagear japoneses, mas o lado conflituoso do assunto jamais floresceu, cabendo à historiografia investigar e buscar respostas. Isso nos remete a Jacques Le Goff, ao comentar que o que permanece é fruto de escolha, escolhe-se o que se irá narrar, qual história se contará.

Desse modo, entendemos que as mulheres imigrantes teriam sofrido um duplo estigma na hora de serem homenageadas: foram preteridas por serem mulheres e também por serem imigrantes. Os estigmas, como mostrado anteriormente, permaneceram vivos no imaginário social, aquelas concepções de perigo e aversão aos estrangeiros continuaram quando a guerra terminou. Contudo, esse fato não é algo deliberado e decidido, ou, nas palavras de Bronislaw Baczko, “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”¹⁴⁹. Complementa o autor dizendo que é “(...) através dos seus imaginários, [que] uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns (...)”¹⁵⁰.

No entanto, não podemos deixar de lembrar que, em 2008, Londrina ganhou uma nova e moderna praça no centro da cidade, como já mencionamos anteriormente,

¹⁴⁸ Há alguns trabalhos que procuram mostrar o clima tenso e os conflitos na cidade de Londrina no período pós-guerra. ADUM, 1991. SILVA, Bruno S. M. **A construção do aeroporto de Londrina e a geopolítica de controle dos anos de guerra: o “perigo amarelo” (1934-1956)**. TCC, Londrina: UEL, 2008. Sobre os conflitos no interior de São Paulo e do Paraná: MORAIS, Fernando. **Corações Sujos: A História da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

¹⁴⁹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol 5 (Antropos). Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982. P.309.

¹⁵⁰ Idem, ibidem.

inaugurada pelo Príncipe herdeiro do trono japonês. Tomi Nakagawa foi o nome escolhido para a bela praça. Uma homenagem a essa senhora japonesa, que morou os últimos cinquenta anos de sua quase centenária vida em Londrina. Era a última passageira ainda viva do navio Kassato Maru, embarcação que trouxe o primeiro grupo de trabalhadores japoneses para as fazendas paulistas de café em 1908. De importância destacada na colônia japonesa brasileira, dona Tomi recebeu a visita do Imperador Akihito em 1997. Dona Tomi – uma das mulheres japonesas homenageadas no espaço urbano londrinense – não foi uma mulher de posses, pelo contrário, trabalhou e lutou muito para sobreviver no Brasil. Foi homenageada por sua longevidade e perseverança.

Ao analisar as biografias, podemos perceber que alguns traços das mulheres imigrantes e das “brasileiras”, em geral, são comuns. Os elementos presentes nas biografias, de maneira geral, mostram que o fato de serem menos referenciadas no espaço urbano talvez tenha se dado mais pelo fato de serem mulheres. Pela análise das biografias, podemos ver que, na maioria das vezes, as mulheres são homenageadas justamente por terem ficado em casa e se dedicado à família, reforçando os papéis de mãe e esposa. Essa constatação reafirma a perspectiva de Michelle Perrot¹⁵¹, ao comentar que a esfera pública foi destinada ao homem e a esfera privada, às mulheres.

Vejamos um exemplo retirado da biografia de uma imigrante japonesa, a sra. Tsuru Oguido, homenageada com a nomeação de uma rua em 1987.

Seu filho Homero Morinobu Oguido, hoje deputado em nosso Estado, eleito por Londrina com elevada margem de votos, foi Vereador por esta Casa e seu presidente.

Exemplo de mãe, acatando a religião Católica, soube transmitir aos seus filhos o mesmo sentimento religioso e o mais importante, o respeito a ela e aos seus semelhantes.

Adotou o Brasil como sua verdadeira pátria e aqui veio a falecer, deixando um rol de amizades muito grande¹⁵².

É preciso destacar alguns elementos da biografia da sra. Tsuru Oguido que chamam a atenção por constarem também em outros textos biográficos. Um deles é a referência a um homem de destaque e importância social reconhecida, no caso, o filho deputado e ex-vereador. Em outros textos, podem aparecer o pai, o marido ou o filho. A presença

¹⁵¹ PERROT, 2005.

¹⁵² Projeto de Lei 58/87 que gerou a Lei Municipal nº 3.990. Denomina Rua Tsuru Oguido

masculina legítima a nomeação da mulher para o espaço urbano. Nesse caso, o filho dá significância à mãe. Outro elemento presente é a religiosidade, tendo em vista que o pensamento normativo propala que a mulher deve ser religiosa e educar seus filhos na religião, tendo Maria como espelho – casta e devotada. Na biografia de Tsuru Oguido, é importante perceber o destaque dado à conversão religiosa e ao fato de a homenageada, além acatar a religião católica, tê-la transmitido aos filhos, cumprindo seu papel de boa mãe cristã.

Nas biografias das imigrantes, em geral, os autores acharam mais importante exaltar que elas amavam a pátria brasileira. Em algumas biografias, aparece, repetidamente, a dificuldade de assimilação à cultura brasileira, em especial o aprendizado da língua portuguesa. Vejamos o exemplo da biografia da imigrante russa Zenaida Popoff, homenageada com a nomeação de uma praça no ano de 2008.

*“[...] trabalhou muito, passou até fome e entre tantas dificuldades, uma delas foi a língua pois não entendiam nem podiam falar a nossa língua portuguesa”*¹⁵³

Apesar de ela ser homenageada sozinha nessa lei, a biografia foi escrita, em alguns trechos, na terceira pessoa do plural, expressando que tais fatos remeteriam à realidade do casal ou da família, característica comum a algumas biografias.

Nos textos biográficos não há largamente referências à imigração, o que notamos é que há um reforço do pertencer a Londrina. Não importa de onde eles e elas vieram, mas sim o que fizeram na região. Assim, por vezes, é citado o esforço para se adaptar não só ao idioma, mas também ao penoso viver em uma região com poucas condições, o que constitui um tema bastante recorrente nas demais biografias.

2.2. “As agruras de um tempo difícil”

As narrativas sobre quão difíceis eram as condições de vida na Londrina menina, no começo de sua formação, são bastante comuns. Essa temática pode ser encontrada em relatos orais, em publicações comemorativas ou memorialistas, e também nas biografias das

¹⁵³ Projeto de lei nº268/2008 que originou a Lei Municipal nº 10.633/2008. Denomina Praça Zenaida Popoff.

homenageadas com um nome de rua. Como apontou Arias Neto, “para muitos a rotina estafante do trabalho é o que caracteriza o pioneirismo”¹⁵⁴, ou seja, é como se o fato de citar as dificuldades vividas validasse contundentemente toda a narrativa e a própria homenagem que o projeto propõe. A seguir, são citados alguns exemplos de narrativas biográficas que se referem aos tempos difíceis, destacando que esses textos aparecem ao longo das décadas, o que reforça a contundência desse discurso na sociedade londrinense.

“Sendo dona de casa, aqui enfrentou muitas dificuldades até se habituar com uma nova cidade e famosa”¹⁵⁵

A maioria dos relatos busca destacar as dificuldades de uma cidade que ainda estava por ser feita, na qual as estruturas básicas não estavam disponíveis de imediato.

“Eram muitas as lutas e as dificuldades, pois a cidade estava apenas se iniciando.”¹⁵⁶

São inúmeras as dificuldades explicitadas nos textos, mas, em geral, referem-se às agruras do ambiente, como as ruas sem pavimentação e a terra vermelha, que, estando seca, gerava a poeira que cobria e sujava tudo e todos; e, estando molhada, virava lama, que, além de sujar, dificultava a locomoção.

“Ernesta Chimenton Tesser chegou em Londrina quando as primeiras vilas começavam. Foi pioneira que amassou muito barro nas ruas esburacadas que clamavam pela primeira pavimentação que chegou com os paralelepípedos”¹⁵⁷

As narrativas trazem, muitas vezes, uma perspectiva de comparação com os locais de origens dos(as) biografados(as), sendo que a maior parte deles(as) migrou do estado de São Paulo, como no texto biográfico abaixo:

“Naquela época, essas ruas eram todas sem calçamento e dona Izabel contava a dificuldade que foi mudar do Estado de São Paulo, onde a terra é

¹⁵⁴ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino da UEL, nº1, p-p 69 -82, 1995. P.77.

¹⁵⁵ Projeto de lei nº 385/95 que originou a Lei Municipal nº 6.397. Denomina Rua Amélia Donegá Spoladore.

¹⁵⁶ Projeto de lei nº 25/2007 que originou a Lei Municipal nº 10.171. Denomina Rua Amélia Compri Vallim.

¹⁵⁷ Projeto de lei nº 402/99 que originou a Lei Municipal nº 7.960. Denomina Rua Ernesta Chimenton Tesser.

branca, para uma terra tão vermelha e poeirenta. Ela foi sempre uma mulher muito trabalhadeira, tendo ajudado seu marido a enfrentar com coragem os desafios daquele tempo”¹⁵⁸

Mas também é possível perceber, por meio desses textos biográficos, que o ouro do “Eldorado cafeeiro” não era para todos. As agruras experienciadas naquele período e muitodepois narradas em pequenas biografias revelam as dificuldades na luta pela sobrevivência em um ambiente desigual.

“Na condição de pioneira do norte do Paraná, com pouco (sic) recursos financeiros para empreender comércio ou indústria, deu-se as atividades de desbravar a selva, para mais tarde dedicar-se ao cultivo de lavouras cafeeiras”¹⁵⁹

Há uma biografia de uma imigrante espanhola, Isabel Guilhen Garcia, que chama a atenção por entendermos que ela está repleta de elementos também detectados em outras biografias. O texto relata que a homenageada não foi pessoa de destaque social e, sim, esposa, mãe e avó, ressaltando o papel social convencionado como o certo para a mulher.

“Enfrentando desde cedo dificuldades de todo tipo, dedicou sua vida à família, sempre com disposição para o trabalho, o que serviu de exemplo para os filhos e netos, e embora não tenha sido personalidade de destaque na sociedade londrinense, foi esposa, mãe e avó extremosa, muito amou e foi amada, e por sua bondade e desprendimento, os seus nunca a esquecerão, mormente se puderem ver seu nome dedicado à uma rua da cidade, como homenagem póstuma.”¹⁶⁰

É uma biografia de mulher provavelmente de vida e hábitos simples e que não pertenceu às camadas economicamente abastadas e de poder. Nesse texto, percebemos mais uma vez que a homenageada é exaltada por suas qualidades do lar, como esposa, mãe e avó. Há outra fala em sua biografia, de um dos herdeiros da homenageada, que vale destaque:

¹⁵⁸ Projeto de lei nº 184/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.154. Denomina Rua Izabel Ferreira Lopes.

¹⁵⁹ Projeto de lei nº 181/96 que originou a Lei Municipal nº 6.615. Denomina Rua Helena Caraminan.

¹⁶⁰ Projeto de lei nº 177/93 que originou a Lei Municipal nº 5.482/1993. Denomina Rua Izabel Guilhen Garcia.

“[...] vinda pra cá em 1932, tendo participado da primeira Missa celebrada em Londrina, no mesmo local onde se ergue hoje a Catedral Metropolitana.”¹⁶¹

Há uma exaltação da participação na Londrina da primeira hora, mas também o destaque para a participação na primeira missa e a questão da religiosidade. Indubitavelmente, a religião está muito presente nas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense.

2.3. Espelho de Maria: religiosidade feminina

As referências à religião e à religiosidade dessas mulheres aparecem de várias formas, por vezes mais discretas e, outras, mais ostensivas, ocupando grande parte de suas biografias.

*Católica fervorosa, não só contribuiu imensamente com entidades de cunho filantrópico, como nas atividades de assistência e promoção, junto à Igreja que frequentava.*¹⁶²

Neste caso, mostra, inclusive, certa diversidade religiosa:

*Evangélica de fé inabalável e exemplo de vida a todos, foi membra (sic) ativa da Igreja Presbiteriana Independente em nossa cidade, desempenhando no seu dia-a-dia, trabalho de auxílio aos mais carentes e evangelístico.*¹⁶³

O uso dos adjetivos “fervorosa” e “inabalável” serve para ressaltar a fé e a religiosidade das homenageadas. Essa religiosidade teria inspirado tais mulheres a serem beneméritas e, além da família, a se dedicar também aos menos favorecidos, aos mais carentes da comunidade ou da cidade, por meio de trabalhos assistenciais ou de pequenas atitudes, contribuindo, assim, para a sociedade.

¹⁶¹ Idem, ibidem.

¹⁶² Projeto de lei nº 14/1991 que originou a Lei Municipal nº 4.640/1991. Denomina Rua Lindalva Silva Bassetto.

¹⁶³ Projeto de lei nº 411/1993 que originou a Lei Municipal nº 5.645/1993. Denomina Rua Inês Sanches Mendes.

*[...] contribuiu enormemente com sua existência pautada pela religiosidade, dignidade e honestidade.*¹⁶⁴

Citamos alguns exemplos de menção à religiosidade das homenageadas nas suas respectivas biografias. Existem as referências mais discretas, como apenas mencionar o envolvimento com os grupos assistenciais da paróquia, ou a participação ativa na construção de templos. É preciso destacar que menções e referências desse tipo estiveram presentes nos discursos biográficos nas diferentes décadas, mas a religião é, de fato, um elemento que valida a homenagem, pois está associada à bondade e à conformidade aos padrões correntes, bastante moldados pelos dogmas cristãos.

Em verdade, a religião sempre foi um elemento relevante no processo de enquadramento do conceito normativo de mulher e do feminino. Ou seja, a Igreja – sobretudo a católica –, por meio de suas doutrinas, sempre postulou o que considerava adequado para o comportamento e a atuação das mulheres. É importante destacar que um grande meio de propagação do pensamento religioso, seus dogmas e conceitos, foram as escolas administradas por ordens religiosas. De acordo com Maria José Nunes, é no século XX que esse tipo de instituição de ensino passa a ter maior destaque e importância, inclusive numérica¹⁶⁵.

Vale recordar que em Londrina não foi diferente, com a inauguração, em 1938, do Colégio Mãe de Deus, que, administrado pelas religiosas do Instituto Secular das Irmãs de Maria Schöenstatt, tornou-se um grande propagador dos conceitos católicos sobre o papel da mulher, tendo em vista que o colégio era frequentado exclusivamente por meninas. No entendimento cristão, a mulher era designada para ser mãe. Nesse sentido, Rosimeire Castro destaca uma publicação, também do ano de 1938, que, segundo explica, é um pequeno manual escrito pelo Padre Geraldo Pires de Souza e intitulado “As três chamadas do lar: 1- Esposa; 2- Mãe e educadora; 3 – Dona de Casa”. De acordo com Rosimeire Castro, esse livro circulou pelos colégios católicos, doutrinando as moças sobre o modelo de mulher ideal; ele ainda “(...) acentua as representações ocidentais seculares da esposa virtuosa, da

¹⁶⁴ Projeto de lei nº 161/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.805/2002. Denomina Rua Lúcia Lazarini.

¹⁶⁵ NUNES, Maria José. R. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010

mãe solícita e da dona de casa habilidosa, e primordialmente, de educadora”¹⁶⁶. Nessa perspectiva o ser mulher era tangenciado, indubitavelmente, pela maternidade.

A maternidade é para a esposa, ainda moça, uma grande benção. É o dever feito sentimento, é a vida organizada, centralizada, presa as finalidades humanas, mais nobres. As seduções exteriores perdem seu encanto quando se apresentam à jovem mãe. O que se diz do amor de Deus – que põe tudo em ordem dentro de nós – é também verdade proporcional a respeito do amor materno. Toda mãe é como Maria; concebe um salvador, seu próprio salvador¹⁶⁷.

Em âmbito local, o discurso produzido era de igual teor, destacando como missão da mulher a geração de filhos, educação dos mesmos e a satisfação do marido. Edson Leme dá destaque para o discurso do Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, que, em 1957, dizia que:

E as mulheres, jovens ou mães de família, [...] saberão imitar as matronas e virgens por Cristo em todos os tempos. Elas deverão ser humildes, conservando-se no lugar que lhes corresponde no lar, na igreja e na sociedade: “A mulher aprenda em silêncio com toda a sujeição”. [...] Elas devem ser cooperadoras principais do poder criador de Deus, aumentando na terra o número de filhos e dos seus herdeiros no céu. [...] As jovens, mais livres de outras preocupações, mas cercadas de mais tentações e perigos, aprendam de Cristo a pureza, a humildade e a modéstia [...] Tornar-se-ão mais queridas à medida que forem mais puras e mais dedicadas¹⁶⁸.

Nesse sentido, uma das funções primordiais da mãe cristã era educar seus filhos de acordo com a fé, formando-os como bons cristãos. Em relação a isso, podemos observar em uma das biografias:

*Quando veio para Londrina, trabalhou ela foi dona de casa dedicada à educação dos filhos, Cristãos praticantes.*¹⁶⁹

Mais do que ser cristã, a função da mulher é transmitir os valores cristãos aos seus filhos, educá-los com valores cristãos. Foi exaltado, na biografia, que a homenageada

¹⁶⁶ CASTRO, idem, p.76.

¹⁶⁷ Idem, ibidem.

¹⁶⁸ LEME, idem, p.127-128.

¹⁶⁹ Projeto de lei nº 31/2000 que originou a Lei Municipal nº 8.123/2000. Denomina Rua Yolanda Ceccarelli

desempenhou muito bem sua função, tendo em vista que seus filhos são praticantes dessa fé, estando assim em perfeita consonância com os discursos das décadas de 1930 e 1950.

Interessante ainda destacar que, na grande maioria das biografias, há sempre a menção da religiosidade católica ou protestante. No entanto, encontramos, em apenas uma biografia, informação que diverge desse conjunto. No projeto de lei nº 39/2003, que gerou a Lei Municipal nº 9.049 e denomina a Rua Maria Scudeler Galdino, destaca-se que a homenageada era espírita, conforme demonstra o seguinte trecho: *“Espírita por convicção, criou os 7 filhos sem o auxílio do marido, lavando roupa”*¹⁷⁰. E, da mesma maneira, a maternidade é ressaltada. Mas é demonstrada uma força de espírito, pois aguerrida ela criara seus filhos lavando roupas.

De modo geral, podemos concluir que o ideal cristão do feminino é a mulher submissa, devotada à família e reclusa ao lar. É o que alguns autores chamam de marianismo, ou seja, uma contrapartida ao machismo e que consiste em um conceito de mulher autossacrificada e devotada à família, um reflexo do exemplo de Maria, mãe de Jesus¹⁷¹. A cristandade arraigou seus valores nos conceitos normativos sobre a mulher, seus papéis e funções sociais e as variações desse modelo são censuráveis e passíveis de punição. Sem dúvida, é no papel de mãe e esposa que mais se darão as representações sobre as mulheres nas biografias.

2.4. “Vocação natural”: maternidade

Elas são sempre exaltadas enquanto guardiãs do lar. A devoção de Maria ao filho é lembrada como modelo em diversas biografias. Muitas são enaltecidas por terem se dedicado exclusivamente à maternidade e às lides domésticas, papéis que teriam desempenhado com maestria ao longo da vida, apoiando o marido, educando os filhos e mantendo o lar como o espaço sagrado da família. Vimos as citações do pensamento normativo, sobretudo da década de 1950, acerca do conceito do feminino e dos papéis sociais que as mulheres deveriam ocupar, no entanto, é preciso que se diga que esses

¹⁷⁰ Projeto de lei nº 39/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.049. Denomina Rua Maria Scudeler Galdino.

¹⁷¹ Neuhouser, K. apud SOUZA. E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13(3), pp.485-496.

referenciais atravessaram épocas e, nas últimas décadas do século XX, ainda se manifestavam fortemente.

Tabela 10 - Referências à maternidade nas biografias das mulheres homenageadas.

Nº da Lei	Tipo	Nome	Dados biográficos referentes à maternidade das homenageadas.
6.605/96	Rua	Elia Maria Tarasconi Peixe	“Mulher ativa, sempre esteve presente nas obras de caridade de sua comunidade, além de ser mãe exemplar e dedicada”.
7.342/98	Rua	Adelina Ferracini Paglia	“Adelina Ferracini Paglia chegou em Londrina em Junho de 1937, junto com o marido e filhos foi uma lutadora mãe, pioneira” ¹⁷²
7.662/99	Rua	Benedita Almeida de Oliveira	“A Sra Benedita Almeida de Oliveira residente em Londrina desde 1966, foi uma dona de casa trabalhadora que se destacou na vida por sua dedicação e seu amor à sua família, criando os seus 6 filhos dentro dos princípios cristãos de moral e ética, valorizando o amor ao próximo, o trabalho honesto e a verdade”
7.869/99	Rua	Nisa Maria Lopes do Carmo	“Foi uma mãe exemplar e dedicada”
7.943/99	Rua	Luzia Henrique do Nascimento	“Trabalhou na roça, criou, educou e casou as cinco filhas”
8.296/00	Rua	Enfermeira Maria Lúcia Monti Magalhães	“Maria Lucília viveu intensamente o papel de mãe, esposa, enfermeira e amiga em sua trajetória de vida”
8.773/02	Rua	Natalia Paine	“Natalia Paine nasceu em 1924 em Pederneiras – SP, casou-se com Arridarão Cesário com quem teve 10 filhos. Dedicou-se em tempo integral à criação dos filhos e netos até falecer em 25 de junho de 1976, deixando grande saudade” ¹⁷³
8.827/02	Rua	Nilza Edite Rossi Lakoski	“Nilza nunca trabalhou fora de casa, e como filha e neta de italianos era uma esposa muito dedicada ao lar e à educação dos filhos”
9.040/03	Rua	Maria Osti	“Veio para Londrina com o marido e os filhos em 1943. Dedicou sua vida ao lar, à criação dos filhos e à comunidade da Vila Ipiranga, onde sempre morou”
9.103/03	Rua	Maria Alves	“Foi sempre uma mãe dedicada e exemplar, criando e educando todos os seus filhos.”

¹⁷² Biografia na íntegra.

¹⁷³ Biografia na íntegra.

Desejamos destacar uma frase da biografia de Nisa Maria Lopes do Carmo, realçando o fato de ela ter sido mãe exemplar e dedicada. Essa sentença é recorrente em inúmeras biografias e denota a dedicação da mulher à atividade que se convencionou descrever como naturalmente feminina – a maternidade – e também a função modelar desse papel, ou seja, há o caráter pedagógico. “Exemplar” para quem? Mães exemplares servem de modelos a outras mães e às suas filhas.

Outro trecho, citado no quadro acima, que queremos destacar é o da biografia de Nilza Edite Rossi Lakoski. Na passagem, é realçada a ascendência italiana da homenageada e a maternidade aparece como uma característica geracional, ou seja, que passa de geração em geração, tendo em vista que ela é “[...]filha e neta de italianos”. O fato de se dedicar à família e à criação dos filhos parece óbvio e a única possibilidade.

A homenagem a uma mulher que trabalhou na área da saúde também chama a atenção. Trata-se de Maria Lúcia Monti Magalhães, que foi enfermeira de destacada atuação, sobretudo no Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina, sendo, inclusive, professora nessa universidade. A biografia apresenta seus dados profissionais, mas não esquece de afirmar que ela também cumpriu seu papel de mãe e esposa, conforme citação no quadro acima. Com tal afirmação, reforça-se a ideia de que não importa se a atuação profissional foi proeminente, mas, sim, que ela não se esqueceu dos papéis fundamentais femininos.

Pensando o conjunto de biografias a serem analisadas, queremos salientar dois pontos. O primeiro é a existência de biografias demasiadamente curtas e insatisfatórias quanto aos dados biográficos, como vimos em duas biografias contidas no quadro anterior e que foram transcritas integralmente¹⁷⁴. Esse descompasso é acompanhado por implicações e diferenciações nas relações de gênero, pois, nas mesmas leis, também foram homenageados alguns homens. Vamos reproduzir juntas – tendo em vista que provém do mesmo projeto de lei – a já citada biografia de Natalia Paine e a de seu marido, Arridarão Cesário, a fim de comparação. Vejamos o exemplo da diferença:

Arridarão Cesário veio para o Paraná em 1950, indo morar no distrito da Warta, em 1958 mudou-se com a família para Londrina, ingressando no quadro de funcionários da Prefeitura onde trabalhou até se aposentar. Em 1966 foi morar com a família no Conjunto Três Marcos, atual Conjunto das

¹⁷⁴ As biografias de Natalia Paine e Adelina Ferracini Paglia.

*Flores, sendo um dos pioneiros deste Conjunto, onde morou até falecer, deixando uma grande lacuna para seus familiares e amigos.*¹⁷⁵

*Natalia Paine nasceu em 1924 em Pederneiras – SP, casou-se com Arridarão Cesário com quem teve 10 filhos. Dedicou-se em tempo integral à criação dos filhos e netos até falecer em 25 de junho de 1976, deixando grande saudade.*¹⁷⁶

Mesmo que diminuta, a biografia de Arridarão Cesário é consideravelmente maior e mais rica em detalhes do que a contida no mesmo projeto de lei e que se refere à sua esposa, Natalia Paine. Tomando única e exclusivamente o texto biográfico como fonte, a pergunta que nos fazemos é: esse senhor foi casado e teve filhos? Fala-se em família e familiares, mas não vemos menção a filhos e esposa no corpo do texto. A confirmação de que foi casado e com filhos só é possível pela leitura da ficha cadastral que acompanha a biografia, na qual constam dados pessoais, e também pela leitura da biografia – já citada – de sua esposa. No texto da biografia da esposa, há o nome do marido e a quantidade de filhos, mesmo que essas informações também estejam em ficha anexa, contendo os dados pessoais da homenageada. Ou seja, a biografia da mulher é parca de informações e ainda por cima redundante, dando grande destaque ao cônjuge e aos descendentes, enquanto a do marido realça sua atuação profissional. É uma repetição do pensamento normativo, que destaca o homem no espaço público e a mulher, no espaço privado, o lar.

Embora circule pelas ruas, por conta de obrigações sociais e domésticas, atividades culturais e beneméritas, o lar é seu espaço privilegiado e a domesticidade, sua razão de viver. Satisfeita ou submissa à sua condição, não procura mudá-la, mesmo porque sabe que os espaços públicos e o mundo da política são apanágio apenas dos homens. Mantém a virgindade até o casamento e depois de casada é fiel ao marido. Filha obediente, esposa submissa, mãe dedicada, é temente a Deus, virtuosa e recatada. E não faz nada que comprometa essa reputação¹⁷⁷.

Como observou a psicóloga Maria Lúcia Rocha-Coutinho, “a subordinação da mãe às necessidades da casa dos filhos e do esposo aparece como tendência instintiva da mulher, como um ‘deve ser’, moralidade esta conhecida como altruísmo materno”¹⁷⁸. A vida da

¹⁷⁵ Projeto de lei nº 99/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.773/2002.

¹⁷⁶ Projeto de lei nº 99/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.773/2002. Biografia na íntegra. Denomina Rua Natalia Paine.

¹⁷⁷ PINSKY, 2012a, p.472.

¹⁷⁸ ROCHA-COUTINHO, 1994, p.39.

mulher, pelos padrões normativos esperados, é conformada ao privado, ao lar, em dedicação não só aos filhos, mas também ao marido, essência da família.

2.5. “Uma vida compartilhada”: casamento e identidade feminina

A ênfase no papel do marido e dos filhos na vida da mulher/mãe é consonante com outro que queremos apontar como relevante: o papel da mulher enquanto esposa. Para tal, lembramos o trecho de biografia anteriormente citada, a de Luzia Henrique do Nascimento: “trabalhou na roça, criou, educou e casou as cinco filhas”¹⁷⁹. Nesse trecho, percebemos que há o reforço de um discurso que percorre a grande maioria das biografias femininas, a supervalorização do casamento e da necessidade da presença de um esposo. No texto aqui citado, vemos que há um destaque para o fato de as cinco filhas – mulheres – terem se casado. Luzia cumpriu sua missão materna, educou, criou e casou as filhas, tirou de si a responsabilidade e passou para o marido, pois não haveria mal maior do que permanecer solteira. É a repulsa comum à figura da “solteirona” que “ficou para titia”.

As solteironas são dignas de pena; mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina. “Ficar para titia” é algo terrível. Por toda primeira metade do século XX, as celibatárias estão condenadas à abstinência sexual, nada de aventuras sexuais para elas. Devem ainda ser discretas e até um tanto sisudas para evitar as más línguas e contentar a todos que insistem em controlar seus passos. Consideradas uma ameaça aos casamentos constituídos, são temidas pelas “bem casadas” ciosas de seus maridos. A “encalhada” também precisa mostrar-se útil e generosa: cuidar dos pais idosos ou dos sobrinhos e/ou arrumar um emprego “honesto”.¹⁸⁰

A importância do casamento e da presença do marido se faz largamente presente na maioria das biografias. O que nos salta aos olhos na análise é a ênfase dada ao companheirismo e à abdicação total das mulheres frente às adversidades e necessidades de seus cônjuges. Esse discurso é bastante recorrente, tendo em vista que Londrina, no começo de sua formação, era um ambiente inóspito, ainda sem os recursos básicos de uma cidade, reforçando o discurso de abdicação e coragem do casal.

¹⁷⁹ Projeto de lei nº 376/1999 que originou a Lei Municipal nº 7.943/1999. Denomina Rua Luzia Henrique do Nascimento.

¹⁸⁰ PINSKY, 2012a, p.490-491.

*Dona Maura veio juntar-se a outras jovens senhoras que assim como ela, acostumadas ao conforto de sua terra natal se dispuseram à junto de seus maridos enfrentar o barro e a falta de recursos de Londrina dos primeiros tempos.*¹⁸¹
*Sempre acompanhou com muito Sacrificio [sic] o Marido Sr. Carlos Gil.*¹⁸²

Retratavam-se, assim, esposas devotadas às famílias e aos maridos, cujo papel em suas vidas era central. “A naturalização dos papéis atribuídos às mulheres tornou invisível a regulação de seus desejos, de sua vida [...]”, e, por isso, são representadas enquanto esposas abdicadas, que suportaram e incentivaram os maridos a dar continuidade aos seus intentos profissionais, mesmo que, para isso, fosse necessária uma mudança para um local até então inóspito, onde a vida ainda estava por ser feita.

*Apezar [sic] das dificuldades encontradas na adaptação às condições carentes da Londrina de 1946, foi grande incentivadora dos negócios do marido, estimulando-o a investir e a permanecer em caráter definitivo em Londrina.*¹⁸³

Analisando essas representações, identifica-se que a função feminina é, além de mães devotadas e dedicadas, a de esposas fiéis, companheiras e incentivadoras. Essas mulheres são representadas como fiéis e incontestes companheiras e, mais do que isso, a força propulsora do homem para os negócios e as atividades profissionais em geral.

Isto é, durante todos estes séculos, a mulher brasileira, de dentro do espaço sentimentalizado do lar, tem dado todo o amparo físico e emocional e até mesmo fornecido soluções práticas nos momentos difíceis e de crise por que passa seu marido; ela é quem o tem restituído à paz e ao equilíbrio, quem tem dado ordem ao seu dia-a-dia e quem tem, por diversas vezes, aumentado sua confiança e auto-estima; também é ela quem tem servido de intermediária, muitas vezes, entre o pai e o(s) filho(s), quem tem atendido às necessidades físicas e emocionais de seus filhos e organizado o seu cotidiano, quem, através da vigilância quase total sobre elas, impedido inclusive que ajam “mal”, os tem encaminhado para o sucesso e a realização profissional.¹⁸⁴

Essa participação ativa da mulher no incentivo ao homem no campo profissional encontra-se presente em alguns textos biográficos:

¹⁸¹ Projeto de lei nº 536/1995 que originou a Lei Municipal nº 6.465/1995. Denomina Rua Maria Maura Rielli Victorelli.

¹⁸² Projeto de lei nº 62/1998 que originou a Lei Municipal nº 7.370/1998. Denomina Rua Francisca Merlos.

¹⁸³ Projeto de lei nº 29/1996 que originou a Lei Municipal nº 6.502/1996. Denomina Rua Luiza Donoso Gonzalez.

¹⁸⁴ ROCHA-COUTINHO, op.cit. p. 155.

*Foi esposa fiel e dedicada ao marido acompanhando-o em todas as fazes [sic] da sua vida, enfrentando os bons e maus momentos sem nunca reclamar. Apoiava integralmente as atividades de seu marido incentivando-o (...)*¹⁸⁵.

Acompanhava o marido sem reclamar, apoiando-o integralmente. Vemos o retrato da esposa perfeita, submissa, porque aceita passivamente as mudanças; é fiel, dedicada e apoiadora incontestada do cônjuge. É preciso também pensar a situação feminina no Brasil da primeira metade do século XX. Que outras oportunidades elas teriam a não ser acompanhar os maridos? Ficar solteira não era uma opção.

Elas não escolheram ser mães e esposas. Era algo pressuposto e com o que lhes cabia viver. Como vimos, remonta a séculos o processo de construção da mentalidade acerca dos papéis normativos de gênero. É preciso destacar que essas mulheres, adaptadas ao espaço do lar, sempre tiveram importância capital para as famílias e para a sociedade em geral, como apontou Rocha-Coutinho. Pensemos no caso de Londrina, era extremamente necessário que essas mulheres cuidassem e amparassem seus maridos e filhos, pois se vivia em um ambiente ainda bastante inóspito. Foram a ousadia e a coragem – características sempre tributadas aos homens – das mulheres que garantiram a sobrevivência e a qualidade de vida em terras desconhecidas. Mesmo que excluídas do espaço público e dos poderes majoritários da sociedade, as mulheres fizeram-se no lar, silenciosamente, fundamentais à vida humana, e dignas de homenagens públicas.

*Esposa dedicada, mesmo silenciosamente contribuiu para que seu esposo atingisse os objetivos para sua grandeza [sic] e para a grandeza [sic] de sua comunidade.*¹⁸⁶

Percebemos que a vida da mulher muito se atrelava à do marido e da família, suprimindo muitas vezes suas questões individuais, seus desejos e vontades. Tanto é que encontramos algumas leis que, no mesmo projeto, tratam de homenagear o casal. Em alguns casos, não existe biografia individual, mas sim uma biografia conjunta do casal, como se fossem apenas um.

¹⁸⁵ Projeto de lei nº 199/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.157/2003. Denomina Rua Izolina Bacci Nonino.

¹⁸⁶ Projeto de lei nº 125/2005 que originou a Lei Municipal nº 9.785/2005. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto.

*Geraldo Lino de Souza e Maria Pimenta de Souza vieram do Estado de Minas Gerais para o Estado do Paraná no ano de 1939, para trabalharem nas lavouras de café, em 1947 fixara, residência no Patrimônio Regina, Município de Londrina, onde tiveram seus três filhos e ajudaram a formar muitas lavouras de café.*¹⁸⁷

As biografias, além de sucintas, são conjuntas, retirando a individualidade do(a) homenageado(a) e transformando-o(a) em um conjunto com o cônjuge. Não raras são as biografias que apenas mencionam o nome da esposa e quantos filhos ela gerou.

*Ivone Maria Orecelli [sic] de Oliveira nasceu em 18 de junho de 1948, na cidade de Londrina. Filha dos Pioneiros Danilo Orcelli e Giustinina Massaro Orcelli. Casou-se com Wilson de Oliveira e teve 4 filhos: Kedyma, Karine, Wilson Júnior e Waldemar. Tem 5 netos. Os filhos e netos todos em [sic] Londrinenses. Morreu no dia 8 de março de 1999 em Londrina.*¹⁸⁸

Na biografia – transcrita integralmente – vemos que é tecida uma rede de relações familiares, pois se não fossem os detalhes sobre ascendência e descendência pouco sobraria da biografia da homenageada. Percebemos, contudo, que a presença de outras pessoas nas leis ou nas biografias serve para justificar a importância daquela mulher. Nesses casos, geralmente cita-se a ascendência – sobretudo quando relacionada ao pioneirismo – e/ou descendência, como elemento legitimador da nomeação. No caso das mulheres, são muito comuns frases como “esposa de” ou “filha de” ou também “mãe de”, tornando-a, então, merecedora do destaque que a nomeação de rua proporciona. Na biografia de Maria Tito Motta Mendes, podemos observar o destaque dado ao seu marido, perfazendo, desse modo, o papel de legitimador de sua homenagem.

*Como esposa do primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina – Ernesto Gonçalves Mendes – teve atuação destacada não só nas atividades sociais, mas também no apoio moral ao marido, que sofreu toda sorte de humilhações e perseguições de algumas autoridades da época.*¹⁸⁹

Na citada biografia, há uma participação efetiva do personagem representado pelo marido da biografada, há uma descrição de quem ele era, sua função e até as agruras pelas quais passou, enquanto sua esposa fiel o acompanhava e lhe dava suporte. É preciso que se

¹⁸⁷ Projeto de lei nº 291/1998 que originou a Lei Municipal nº 7.521/1998. Denomina Rua Maria Pimenta de Souza.

¹⁸⁸ Projeto de lei nº 44/1999 que originou a Lei Municipal nº 7.964/1999. Denomina Rua Ivone Maria Orecelli de Oliveira. Biografia na íntegra.

¹⁸⁹ Projeto de lei nº 355/1998 que originou a Lei Municipal nº 5.973/1994. Denomina Rua Maria Tito da Motta Mendes.

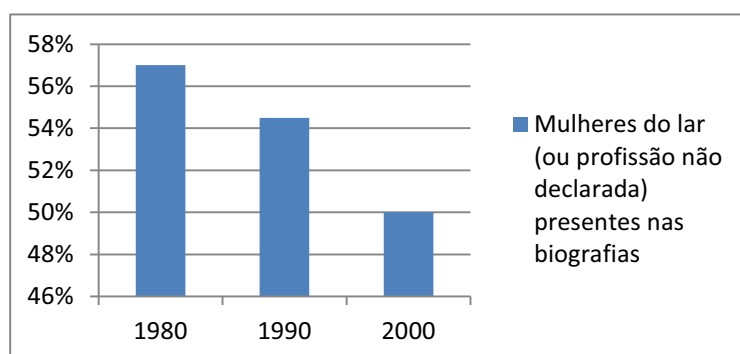
diga que há grande incidência de biografias semelhantes ao último exemplo, nas quais o cônjuge é a figura central.

No entanto, se há grande reforço nas biografias das homenageadas em relação aos seus papéis domésticos e familiares de mãe e esposa, perguntamo-nos acerca das ocupações dessas mulheres, cujos nomes estão inscritos no espaço urbano londrinense, querendo saber se eram, em sua maioria, donas de casa, ou se havia diversidade de atuações e profissões e se estas eram representadas nos textos biográficos.

2.6. Trabalho e ocupação das mulheres

Como, no decorrer do século XX, observou-se uma progressiva inserção feminina nos diversos campos de trabalho, decidimos analisar a ocupação dessas mulheres homenageadas. Já vimos – gráfico 4¹⁹⁰ – que, ao longo das cinco décadas de nomeação de ruas em Londrina, houve baixa incidência de homenagens às mulheres, usando seus eventuais títulos. Desse modo, nas biografias, procuramos identificar as profissões/ocupações dessas mulheres que não tiveram títulos impressos nas placas. Existe uma grande diversificação: químicas, engenheiras, jornalistas, médicas, enfermeiras, professoras, entre outras. Há maior incidência de professoras, de todas as disciplinas e conteúdos, mas há também espaço – e bastante – para as profissões consideradas mais simples como lavadeiras, costureiras, passadeiras, parteiras e cozinheiras. No entanto, a maioria das mulheres homenageadas era do lar ou não tinha profissão declarada.

Gráfico 6 – Mulheres do lar ou cujas profissões não foram informadas.



*O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

¹⁹⁰ Capítulo 2, p.66.

Historicamente, essas mulheres ocupam um espaço importante, muitas foram daquelas pessoas que acreditaram no sonho de uma vida melhor no norte do Paraná e decidiram migrar, acompanhadas pelas famílias ou não.

Moças pobres, filhas de trabalhadores rurais e urbanos, desqualificados socialmente, mulheres sós, viúvas ou abandonadas pelos maridos com suas filhas e filhos, obrigadas à faina diária da sobrevivência, moças solteiras, empregadas em setores da economia da cidade ou prostituindo-se, integram a extensa categoria de “mulheres comuns”, que se estabeleceram na cidade com suas famílias ou até mesmo solitárias. Enfrentaram os preconceitos provenientes dos preceitos machistas, dos padrões de organização da família, assim como os vários discursos rígidos dos papéis sociais e sexuais.¹⁹¹

Essas mulheres, categorizadas como “comuns”, tinham a necessidade vital de se inserir nas esferas do trabalho. Rosimeire Castro nos diz que muitas dessas mulheres, por não possuírem conhecimentos socialmente reconhecidos, acabaram absorvidas em casas de família para trabalhar como domésticas. “Outras vivenciaram a triste realidade de ser uma ‘mulher mal falada’, mãe solteira e amante, individualizando suas condutas, tendo-as julgadas e até mesmo condenadas pelas vozes masculinas e até mesmo por seus pares”. De fato, essas histórias de “insucesso” não estão narradas nas biografias.

Desse modo, observamos que as mulheres populares ou comuns sempre trabalharam por uma latente necessidade. A inserção feminina completa no mercado, ou seja, das mulheres de outras camadas sociais, deu-se a partir da segunda metade do século XX, mesmo que a contragosto de muitos. Agora, as mulheres partiam das diferentes camadas sociais para as – também diferentes – frentes de trabalho.

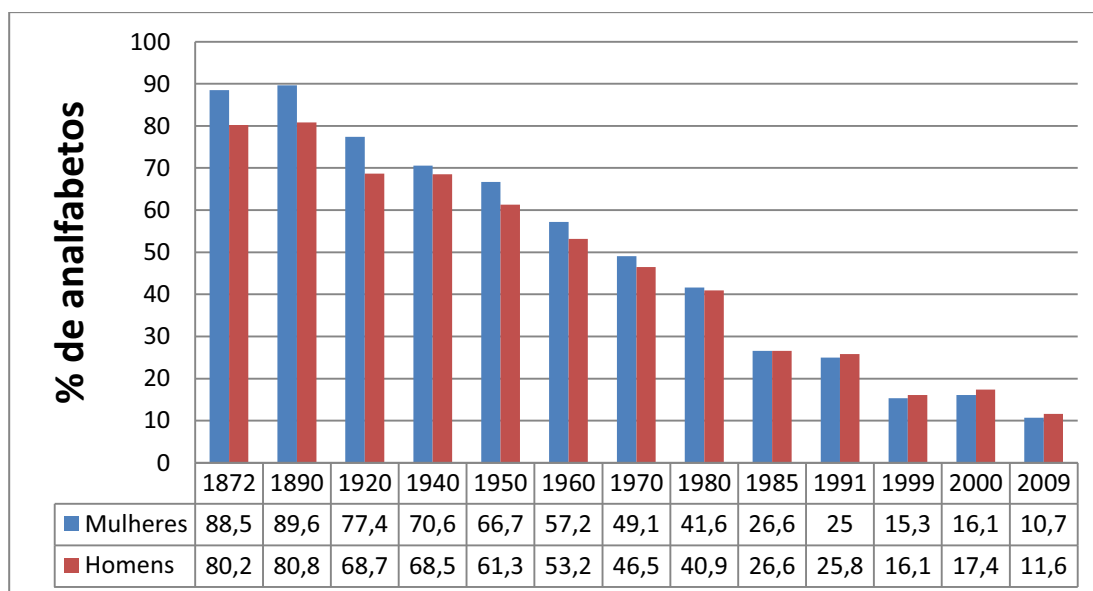
Se para as classes pobres o trabalho revestia-se de caráter de necessidade, até mesmo de sobrevivência, no caso das classes médias e alta urbanas o achatamento da renda perante as crescentes demandas de consumo; o progressivo interesse pela mão de obra feminina no setor de serviços e a incorporação do valor burguês do trabalho representam alguns dos fatores que teriam contribuído para empurrar as mulheres na direção do trabalho assalariado.¹⁹²

¹⁹¹ CASTRO, 1994, p. 191-2,

¹⁹² FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.57.

Desse modo, por uma dada conjuntura de fatores, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho. Maria Martha Freire, que investigou os discursos maternalistas no Brasil, explica que algumas profissões eram recomendadas como mais apropriadas ao ‘espírito feminino’, dentre elas, “(...) destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que eram extensões de seus papéis “naturais” de mãe, esposa e dona de casa”¹⁹³. E a autora ressalta que, por não exigirem habilidades requeridas e por se tratarem de destrezas ditas naturais da mulher, eram menosremuneradas. No entanto, esse quadro começou a se transformar com a gradativa ampliação da escolaridade feminina, a começar pela alfabetização:

Gráfico 7 - Alfabetização no Brasil (1872 - 2009)¹⁹⁴



Dados extraído de gráfico semelhante apresentado em: ROSEMEBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

Entretanto, havia uma prerrogativa bastante forte até a segunda metade do século XX, de que “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”¹⁹⁵, pois partia-se do entendimento de que:

¹⁹³ FREIRE, op.cit., p.56

¹⁹⁴ Dados extraído de gráfico semelhante apresentado em: ROSEMEBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁹⁵ LOURO, 2010, p.446.

[...] para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*; sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobiliar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro¹⁹⁶.

O que está imbuído nesse discurso é que:

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, **na função de formadora dos futuros cidadãos**.¹⁹⁷

Esse discurso se consolida na organização do ensino feminino, inclusive nas disciplinas que eram ofertadas, pois são aulas bastante diferenciadas das dos homens, tendo em vista que as funções sociais entendidas para ambos são diferentes. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 assim legislou:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á nas 3ª e nas 4ª séries do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico **a disciplina da Economia Doméstica**.
4. A Orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.¹⁹⁸

Rosemberg destaca que, em relação aos discursos vigentes, essas disciplinas especificamente “femininas” estariam não só aprimorando a formação das alunas, mas seriam também “[...] um precioso estágio preparatório para o casamento e a maternidade”¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Idem, ibidem. Grifos da autora.

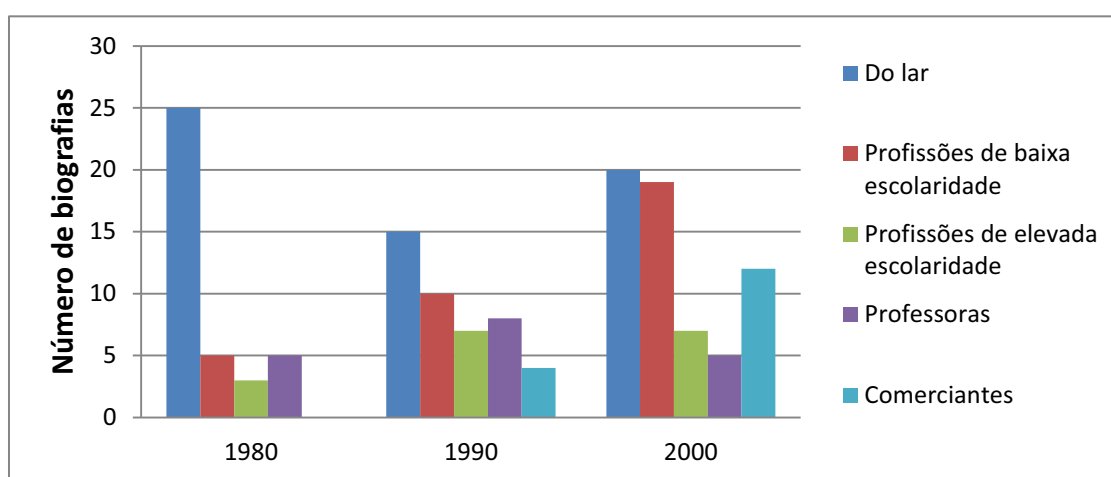
¹⁹⁷ Idem, p.447. grifo nosso.

¹⁹⁸ Apud ROSEMBERG, 2012, p.337. grifo nosso.

¹⁹⁹ ROSEMBERG, 2012, p.458.

Assim, percebe-se que, ao longo do século XX, de um modo ou de outro, viveu-se um processo de maior acesso das mulheres à educação e aos espaços do trabalho, o que foi aos poucos configurando o arquétipo da “mulher independente”. Acusadas de destruir o lar e prejudicar os filhos,²⁰⁰ as mulheres ocuparam cargos nas mais diferentes áreas da sociedade. Essa diversificação dos papéis femininos pode ser vista também pelas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense.

Gráfico 8 – Tipologia das atuações das mulheres expressas em seus textos biográficos entre 1981 e 2008.



*O período de 2000 a 2008 não configura uma década. Dados extraídos da Listagem de Logradouros do Município de Londrina, 2010, Secretaria de Planejamento do Município de Londrina.

O gráfico 8 informa sobre as profissões/ocupações que estão contidas nos textos biográficos das mulheres homenageadas no período de 1981 a 2008. É interessante pensar que as conquistas do movimento feminista, em âmbito geral, refletem-se nas nomeações, sobretudo nos textos biográficos, tendo em vista que, com maior acesso à escolaridade, as mulheres ganham também maior destaque no espaço urbano. As profissões de elevada escolaridade são aquelas que necessitam de maior grau de instrução formal – curso superior. É o caso das profissionais ligadas à saúde, à justiça e às comunicações, que também obtêm, tradicionalmente, maior respeito público. Já as profissões de baixa escolaridade são aquelas muitas vezes denominadas simples, pois não requerem formação acadêmica e estão ligadas à prestação de serviços domésticos, como cozinheiras, costureiras, padeiras.

²⁰⁰ Rocha-Coutinho faz extenso levantamento dos debates acerca dos prejuízos que o afastamento da mãe acarretaria para os filhos, conforme periódicos e especialistas do começo do século XX. ROCHA-COUTINHO, 1994.

Sobre a definitiva inserção feminina no mercado de trabalho e sua consequente expansão, ao longo do século XX, a psicóloga Maria Lúcia Rocha-Coutinho considera que houve uma alteração no eixo norteador das vidas das mulheres, assim como um alargamento em seu campo de atuação. Para Rocha-Coutinho:

O foco da vida da mulher, antes voltado para o outro, para a satisfação das necessidades daqueles à sua volta, desloca-se, então, para seu crescimento e desenvolvimento integral como ser humano. Esta nova ênfase no crescimento pessoal acarretou uma série de mudanças sociais que levaram à necessidade de um planejamento de vida mais individualizado. [...] Atualmente, um número cada vez maior de mulheres de classe média com filhos trabalha fora de casa e podemos dizer que, no momento, as mulheres atuam não apenas nos campos tradicionalmente associados a elas (o magistério primário, por exemplo), mas em todos os campos, inclusive aqueles (a engenharia e a administração, entre outros) que sempre foram vistos como basicamente masculinos²⁰¹.

A autora, no entanto, destaca que há uma discriminação dissimulada na inserção das mulheres, assim como há diferenças no que diz respeito à ascensão profissional:

E, hoje em dia, embora muitas pessoas ainda acreditem que as mulheres não são adequadas, com base no seu sexo, para certos tipos de trabalho e ainda exista uma discriminação sutil e velada no que diz respeito a contratações, promoções e salários, um número cada vez maior de profissionais reluta em discriminar, pelo menos abertamente, as mulheres com base nestas crenças²⁰².

Encontramos, assim, dentre as homenageadas no espaço urbano, jornalistas, advogadas, médicas, professoras universitárias, entre outras tantas profissões. Mas é preciso dar destaque a uma personalidade que tem significância nacional e que morou e faleceu em Londrina, sendo, então, homenageada com a utilização de seu nome em logradouro público. Trata-se da piloto Lindalva Bandeira Milhomem Campos, que, de acordo com sua biografia, anexada ao projeto de lei, em 1939 começou a aprender sobre pilotagem de aviões em Corumbá, Mato Grosso; e que, por fugir aos padrões da época, precisou enfrentar algumas resistências.

²⁰¹ ROCHA-COUTINHO, 1994, p;117-8.

²⁰² Idem, ibidem.

“Lindalva na época era duramente criticada tanto pelas mulheres como pelos homens, vez que, para pilotar um avião era necessário utilizar uniforme designado pela base aérea e também teria que usar calças compridas, o que era escandaloso para a época”²⁰³

Uma passagem importante de sua biografia é sobre o período da Segunda Guerra Mundial:

“Durante a segunda guerra mundial, tornou-se necessária a convocação de todos os pilotos brasileiros e estes teriam que ficar em sinal de alerta, inclusive a LINDALVA, que juntamente com a equipe, vigiava a costa brasileira, voando em formação durante quatro anos”²⁰⁴

Lindalva foi uma daquelas mulheres ousadas para o seu tempo, rompeu padrões, enfrentou preconceitos e teve homenagem outorgada pela cidade em que escolheu morar até o fim da vida.

Separamos também aquelas biografias que deram destaque para a atuação filantrópica e benemérita das homenageadas. Numericamente, não são muitas, mas é interessante perceber que as ações filantrópicas surgem como forma de valorizar a atuação feminina, ou melhor, para engrandecer a não atuação profissional das homenageadas, mas seu engajamento social. Rosimeire Castro destacou que as atividades femininas filantrópicas tiveram funções importantes na sociedade londrinense, pois, além de suprir necessidades que os poderes institucionalizados (Companhia de Terras e Prefeitura) não proviam, proporcionou às mulheres um engajamento social e, mormente, uma reflexão sobre a construção de um ‘nós’ feminino²⁰⁵.

Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres e incentivado pelas revistas femininas como sugestão de reação ao ócio e à frivolidade – comportamentos que adquiriram conotação condenável numa sociedade que almejava ser moderna. A laicização da filantropia, ao esvaziá-la da gratificação espiritual, diferenciou-a da caridade e deslocou seu foco para o bem-comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com a sociabilidade. (...) Além de fazer parte da cultura da elite, a filantropia investia-se de caráter

²⁰³ Projeto de lei nº 334/95 que originou a lei municipal nº 6.298. Denomina Rua Lindalva Bandeira Milhomen Campos.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Cf. CASTRO, 2003.

cívico, afinado com uma ideologia que lhe atribuía dimensão estratégica na construção da nacionalidade.²⁰⁶

Nessa prática social, havia benefício mútuo, tanto para aqueles que tinham suas vidas modificadas pelas ações dos grupos filantrópicos, quanto das mulheres que em tais grupos se engajavam.

A filantropia foi para as mulheres uma experiência de muita relevância, que em muitos casos acabou não só por transformar a sua visão de mundo e as ideias que tinham de si mesmas, daquilo que eram capazes de realizar como até mesmo por inseri-las na vida pública.²⁰⁷

Percebemos que há conexão entre algumas homenageadas declaradas como filantropas com a organização feminina “Sociedade Damas da Caridade”. Essa sociedade possuía grande importância social, sobretudo entre as mulheres da elite, cujos maridos eram membros de destaque da sociedade londrinense. Desse modo, as esposas organizavam-se em prol de dadas instituições, a fim de ajudá-las, principalmente no que diz respeito a creches, asilos e hospitais, como percebemos em algumas biografias.

“Em 1949, a família transferiu-se para Porecatu – PR, chamada pelo Eldorado do Norte do Paraná. Ali estabelecidos, Adelina, companheira inseparável de seu esposo, ajuda-o na execução dos negócios e, como “Dama de Caridade”, presta seus serviços à Igreja e à Comunidade, com muita dedicação à caridade. Em 1966, acompanhando o marido e filhos, chega a Londrina, prestando aqui, com a mesma devoção seus trabalhos filantrópicos no Instituto do Câncer Lucila Balalai. Durante vários anos realizou um trabalho espiritual junto aos doentes levando-lhes, também alimento material para suprir-lhe as necessidades, pois todos os que ela atendia eram pessoas de pouco ou nenhum recurso, com o mesmo amor estendeu seus préstimos aos indivíduos do Albergue Noturno: reformava roupas, costurava cobertores, servia sopa, comprava e distribuía pão para os miseráveis que ali estavam”²⁰⁸.

Lucila Balalai é sempre referenciada na história da filantropia londrinense, principalmente no que diz respeito à luta por melhores condições de saúde para a população. Seu nome batizou a rua na qual está situado o Hospital do Câncer, instituição que ajudara a fazer nascer. Mas o fato de estar ligada à filantropia inseria as mulheres em

²⁰⁶ FREIRE, op.cit., p.67.

²⁰⁷ CASTRO, 2003, passim p-p 240-277.

²⁰⁸ Projeto de lei nº 381/1995 que originou a Lei Municipal nº 6.361/1995. Denomina Rua Adelina Miola Lopes.

grupos sociais cada vez mais amplos, e fazia delas personalidades sempre presentes nas festas e bailes promovidos em prol das diversas instituições.

“Foi sócia fundadora das ‘Damas da Caridade’ e vice-presidente do “Grupo Master” do Londrina Country Club, participando ativamente da vida social da cidade, promovendo eventos beneficentes e arrecadando fundos para caridades. Fez parte do grupo de senhoras que, semanalmente, prestavam assistência às velhinhas do Lar Santo Antônio”²⁰⁹.

Outro aspecto relevante da presença recorrente da filantropia nas biografias é que ela legitima a homenagem, pois, aos olhos de muitos, sua prática denota uma pessoa boa, íntegra, correta, preocupada sobretudo com o próximo. Desse modo, a homenagem é válida.

“Dedicada ao trabalho assistencial, Maria de Souza Mello foi uma das grandes damas de Londrina, pois sua casa era uma espécie de pousada nobre a todas as autoridades que aqui aportavam. Também proverbial era a afabilidade com que atendia a todos os desvalidos que a procuravam. Criou, assim, em torno de seu nome, uma aura de respeitabilidade, confiabilidade, lhanza e bondade que por muito tempo perdurará”²¹⁰.

Como vimos, a filantropia esteve incorporada na vida dessas mulheres e/ou nos discursos sobre elas. As práticas sociais beneméritas constavam, com outras características, sempre adjetivando de modo positivo a vida dessas mulheres.

“Dona Isaura foi um primoroso conjunto de beleza física e moral, dama da sociedade londrinense, dedicou-se ao trabalho das causas sociais. Foi uma esposa dedicada e grande incentivadora do marido pioneiro”²¹¹.

Ser “dama de caridade” também proporcionava prestígio social. É, por isso, que consta enfaticamente das biografias, mas, mais do que isso, as ações filantrópicas proporcionaram às mulheres um rompimento do espaço privado, permitindo que se inserissem de forma efetiva no público, dirigindo associações, manejando dinheiro, promovendo ações.

²⁰⁹ Projeto de lei nº 491/96 que originou a Lei Municipal nº 6.801/1996. Denomina Rua Edith Sabóia Franco.

²¹⁰ Projeto de lei nº 102/94 que originou a Lei Municipal nº 5.772/1994. Denomina Rua Maria Oliveira Souza Mello

²¹¹ Projeto de lei nº 856/95 que originou a Lei Municipal nº 6.087/1995. Denomina Rua Isaura Marques Pereira.

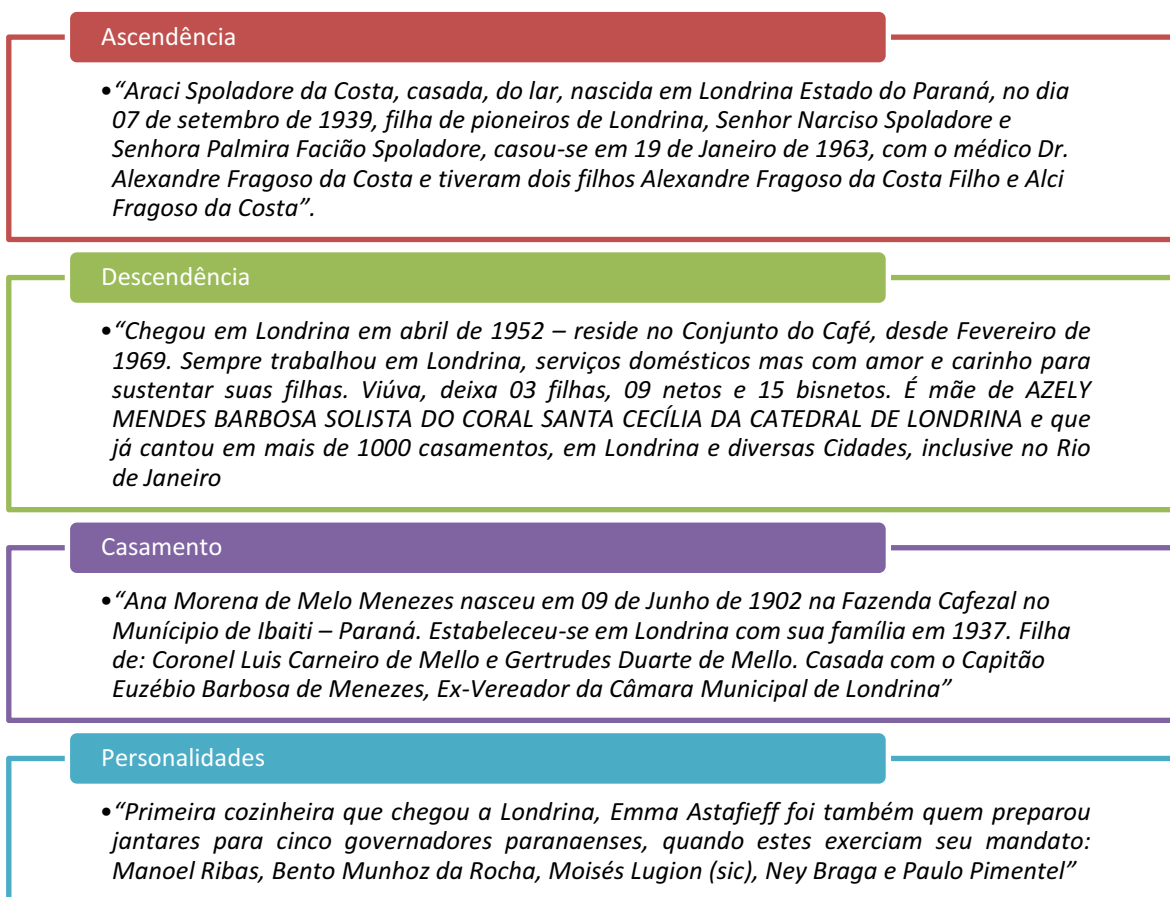
2.7. As relações pessoais como validação da homenagem

Como já brevemente apontado, encontramos nas biografias de forma recorrente, referências a outras pessoas como instrumento de validação da homenagem. Percebemos que, em inúmeros textos biográficos, as relações pessoais, tanto por parentesco quanto profissionais, são apresentadas para justificar, validar e aumentar o mérito das homenageadas. No entanto, forma-se um imbróglio, pois, por vezes, os dados biográficos são diminutos e suplantados pelo destaque atribuído às pessoas “importantes”.

Observando as recorrentes referências nos textos biográficos, percebemos que, ao utilizar esse meio de legitimação para as homenageadas, buscava-se, com maior frequência, mencionar pessoas inseridas com características específicas, ou com as quais elas possuísem certos tipos de relações. Desse modo, organizamos algumas categorias nas quais as referências pessoais podem ser inseridas para melhor elucidar a análise:

- 1) **Ascendência:** são referências os pais, sobretudo se eles forem considerados pioneiros ou de proeminência social, no passado ou atualmente.
- 2) **Descendência:** quando são citados os filhos como legitimadores da ação que promove tal homenagem, considerando que eles são atuais membros ativos e de destaque na sociedade;
- 3) **Casamento:** em alguns textos, utiliza-se certo prestígio de que o marido desfrute ou tenha desfrutado para destacar a mulher homenageada. As biografias das mulheres estão eivadas de menções aos seus maridos;
- 4) **Personalidades:** é comum também encontrar referências àquelas pessoas cujo prestígio é incontestado, mormente aquelas ligadas à Companhia de Terras e ao início da formação da cidade de Londrina, ou a personalidades políticas.

Gráfico 9: Categorias de referências feitas a outras pessoas nas biografias das homenageadas



Pelos trechos biográficos acima citados podemos destacar dois pontos importantes. O primeiro é que as pessoas mencionadas nas passagens, em geral, são de destaque na sociedade e que o vínculo das homenageadas com elas se dá por meio de parentesco ou por terem trabalhado com tais pessoas. Outro ponto é que, em geral, as homenageadas são pessoas bastante simples, com pouca educação formal e que ocuparam posições de nível pouco elevado, sem grande proeminência social. Assim, pela vontade das famílias e ação de alguns vereadores, tais homenagens foram possíveis. Desse modo, para validar a homenagem, para mostrar aos demais vereadores que apreciarão o projeto que aquela senhora é merecedora de tal honraria, vinculam-na a ‘personalidades’ de destaque e/ou influência na cidade, de influência política ou não.

3. A sutileza da discriminação

Após o trajeto percorrido nesse capítulo, podemos concluir que não há discriminação de classe nas homenagens às mulheres, tendo em vista que encontramos mulheres das diversas camadas sociais representadas, assim como de diferentes profissões e campos de atuação. Tomando o espaço urbano como local de homenagens aos grandes homens, mulheres e feitos, imaginávamos não encontrar representadas no espaço urbano as mulheres de origem mais simples, cujas profissões são atreladas ao doméstico e à prestação de serviço. Mas, ao contrário, foram sim homenageadas com ruas, praças e avenidas londrinenses e em largo número. Percebemos pela análise dos gráficos 6 e 8 que, ao longo de 27 anos, essa categoria nunca esteve abaixo dos 50% do total de mulheres homenageadas com nomes de logradouros públicos.

Não podemos, contudo, afirmar que não houve discriminação racial, pois esses dados não nos são fornecidos pelas biografias, pelo menos não de todas as homenageadas. A discriminação que encontramos é a de gênero. Os homens, como senhores do espaço público, da história e da memória, dominam o cenário, deixando pouco espaço para que as mulheres participem da esfera pública.

Foi tomando o *gênero* enquanto categoria analítica – ao permitir perceber as relações de poder entre homens e mulheres, bem como identificar as identidades masculinas e femininas como construções sociais e culturais, que impõem aos sexos formas de conduta e prática –, que organizamos nossa análise.

O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado²¹².

Baseado na concepção dessa categoria analítica, destacamos que os discursos presentes nos textos biográficos são eivados de relações de gênero assimétricas. Textos estes que foram escritos entre os anos de 1981 e 2008, e, mesmo assim, estão repletos de afirmações que nos permitem entender como se pensa o papel da mulher. Em geral, os

²¹² SOHIET, Rachel. História das Mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.279.

acontecimentos narrados são passados entre as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, quando essas mulheres nasceram, casaram-se, tiveram filhos, foram educadas e migraram para Londrina. No entanto, o discurso nos textos é atual e podemos também perceber essas relações desiguais em alguns detalhes, como nas imagens a seguir, reproduções digitalizadas de textos biográficos, anexados aos projetos de nomeação de ruas. Seguem também as transcrições dos textos biográficos contidos em tais imagens.

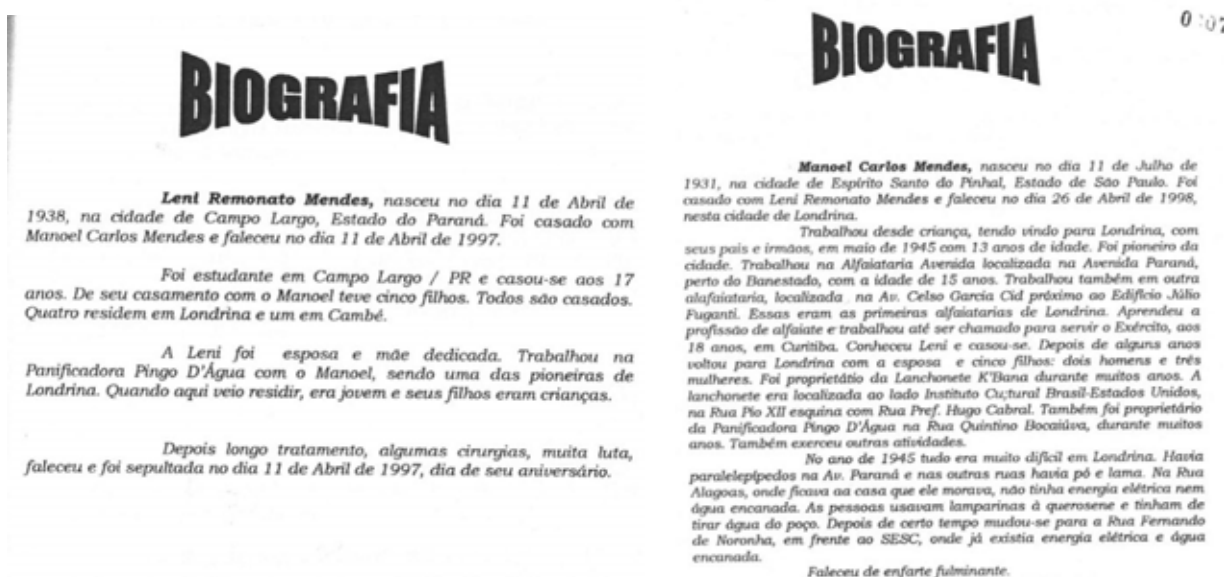


Figura 4: Reprodução digitalizada da biografia de Leni Remonato Mendes, que consta no Projeto de lei nº238/99 que originou a Lei Municipal nº 7.829/1999; **Figura 5:** Reprodução digitalizada da biografia do Sr. Manoel Carlos Mendes, que consta no Projeto de lei nº238/99 que originou a Lei Municipal nº 7.829/1999.

Leni Remonato Mendes, nasceu no dia 11 de Abril de 1938, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná. Foi casado [sic] com Manoel Carlos Mendes e faleceu no dia 11 de Abril de 1997. Foi estudante em Campo Largo/PR e casou-se aos 17 anos. De seu casamento com Manoel teve cinco filhos. Todos são casados. Quatro residem em Londrina e um em Cambé. A Leni foi esposa e mãe dedicada. Trabalhou na Panificadora Pingo D'Água com o Manoel, sendo uma das pioneiras de Londrina. Quando aqui veio residir, era jovem e seus filhos eram crianças. Depois de longo tratamento, algumas cirurgias, muita luta, faleceu e foi sepultada no dia 11 de Abril de 1997, dia de seu aniversário.

Manoel Carlos Mendes, nasceu no dia 11 de Julho de 1931, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo. Foi casado com Leni Remonato Mendes e faleceu no dia 26 de Abril de 1998, nesta cidade de Londrina. Trabalhou desde criança, tendo vindo para Londrina, com seus pais e irmãos, em maio de 1945 com 13 anos de idade. Foi pioneiro da cidade. Trabalhou na Alfaiataria Avenida localizada na Avenida Paraná, perto do Banestado, com a idade de 15 anos. Trabalhou também em outra alfaiataria, localizada na Av. Celso Garcia Cid próximo ao Edifício Júlio Fuganti. Essas eram as primeiras alfaiatarias de Londrina. Aprendeu a profissão de alfaiate e trabalhou até ser chamado para servir o exército, aos 18 anos, em Curitiba. Conheceu Leni e casou-se. Depois de alguns anos voltou para Londrina com a esposa e cinco filhos: dois homens e três mulheres. Foi proprietário da Lanchonete K'Bana durante muitos anos. A lanchonete era localizada ao lado do Instituto Cultural Brasil – Estados Unidos, na Rua Pio XII esquina com Rua Pref. Hugo Cabral. Também foi proprietário da Panificadora Pingo D'Água na Rua Quintino Bocaiúva, durante muitos anos. Também exerceu outras atividades. No ano de 1945 tudo era muito difícil em Londrina. Havia paralelepípedos na Av. Paraná e nas outras ruas havia pó e lama. Na Rua Alagoas, onde ficava a casa que ele morava, não tinham energia elétrica nem água encanada. As pessoas usavam lamparinas a querosene e tinham de tirar água do poço. Depois de certo tempo mudou-se para a Rua Fernando de Noronha, em frente ao SESC, onde já existia energia elétrica e água encanada. Faleceu de enfarte fulminante.

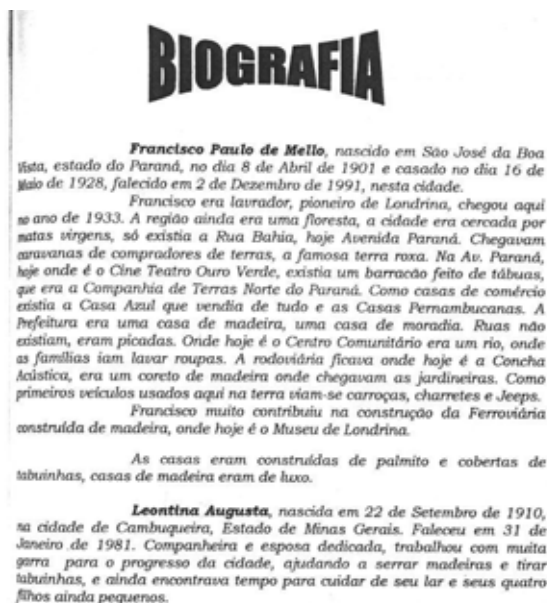


Figura 6: Reprodução digitalizada das biografias de Francisco Paulo de Mello e Leontina Augusta, que constam no Projeto de lei nº237/99 que originou a Lei Municipal nº 7.826/1999.

Francisco Paulo de Melo, nascido em São José da Boa Vista, estado do Paraná, no dia 8 de abril de 1901 e casado no dia 16 de maio de 1928, falecido em 2 de dezembro de 1991, nesta cidade. Francisco era lavrador, pioneiro de Londrina, chegou aqui no ano de 1933. A região ainda era uma floresta, a cidade era cercada por matas virgens, só existia a Rua Bahia, hoje Avenida Paraná. Chegavam caravanas de compradores de terras, a famosa terra roxa. Na Av. Paraná, hoje onde é o Cine Teatro Ouro Verde, existia um barracão feito de tábuas, que era a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como casas de comércio existia a Casa Azul que vendia de tudo e as Casas Pernambucanas. A Prefeitura era uma casa de madeira, uma casa de moradia. Ruas não existiam, eram picadas. Onde hoje é o Centro Comunitário era um rio, onde as famílias iam lavar roupas. A rodoviária ficava onde hoje é a Concha Acústica, era um coreto de madeira onde chegavam as jardineiras. Como primeiros veículos usados aqui na terra viam-se carroças, charretes e Jeeps. Francisco muito contribuiu na construção da Ferroviária construída de madeira, onde hoje é o Museu de Londrina. As casas eram construídas de palmito e cobertas de tabuinhas, casas de madeira eram de luxo.

Leontina Augusta, nascida em 22 de Setembro de 1910, na cidade de Cambuqueira, Estado de Minas Gerais. Faleceu em 31 de Janeiro de 1981. Companheira e esposa dedicada, trabalhou com muita garra para o progresso da cidade, ajudando a serrar madeiras e tirar tabuinhas, e ainda encontrava tempo para cuidar de seu lar e seus quatro filhos ainda pequenos.

Pelas imagens e pela transcrição das biografias supracitadas, podemos destacar a assimetria de poder e importância das concepções de masculino e feminino, pois, na figura 5, temos a biografia de Manoel Mendes e, na figura 4, a de sua esposa, Leni R. Mendes. A biografia de Manoel é mais completa em informações e bastante centrada na sua atuação profissional, com perfeita descrição dos lugares em que trabalhou, assim como da vida cotidiana em Londrina. É nítido que a biografia de Leni Mendes é menor e menos rica em detalhes que a de seu esposo, fornece algumas poucas informações sobre sua atuação no começo difícil da cidade, reforça seu papel de pioneira e acentua que, antes de tudo isso, foi “(...) esposa e mãe dedicada”, valorizando claramente esses papéis em detrimento da atuação profissional.

A discrepância é também percebida na figura 6, na qual estão as biografias do casal Francisco Mello e Leontina Augusta. O texto biográfico de Leontina é bem menor que o de seu cônjuge. Francisco é apresentado como um pioneiro, um homem que colaborou para a realização de grandes feitos, como a construção da Ferroviária. Já o texto sobre Leontina destaca que ela também contribuiu para o progresso da cidade, apesar de não conter a palavra “pioneira”, e pontua que havia sido bastante companheira e boa esposa e que sempre “(...) encontrava tempo para cuidar de seu lar e seus quatro filhos ainda pequenos”. O texto foi escrito pela filha do casal. Algumas passagens de outras biografias são bastante elucidativas de como os autores, talvez não de forma consciente, construíram discursos enfatizando determinados papéis e posições considerados apropriadamente femininos.

As relações de gênero são datadas historicamente. Com isso, entendemos que as mulheres, cujas vidas estão representadas em forma de texto biográfico, não foram “transgressoras” dos comportamentos e papéis considerados padrão para a época em que viveram. Assim, de modo geral, as mulheres dedicavam-se às atividades do lar e ao cuidado dos filhos, sendo que, em situações financeiras mais desfavorecidas, muitas trabalhavam para garantir o sustento de sua família.

“[...] trabalhou como lavadeira, por muito tempo trabalhou nos Bares Colombo e Líder, foi zeladora do prédio Dr. Arcenio Garcia Lopes, tudo que fazia tinha muito amor para ajudar o marido no orçamento do lar e na educação dos filhos.”²¹³

No texto que homenageia Maria Lúcia Moreno, diz-se que ela teve de cuidar do pai e dos irmãos. Em nenhum momento de sua biografia, no entanto, é citada sua mãe. Entende-se, assim, que os homens precisavam de uma mulher para os afazeres da casa e, por conta disso, ela teria abdicado de construir uma família, carreira, etc., para cuidar de seus irmãos e de seu pai. Estes, sim, de acordo com o texto informado, estariam trabalhando para o progresso e o crescimento da cidade. Há de se considerar também outra possibilidade. Por nunca ter se casado, ela acabou cuidando dos parentes, pois lembramos que “a ‘encalhada’ também precisa mostrar-se útil e generosa: cuidar dos pais idosos ou dos sobrinhos e/ou arrumar um emprego ‘honesto’”²¹⁴.

²¹³ Projeto de Lei nº523/96 que originou a Lei Municipal nº 6.892/96. Denomina Rua Ângela Munhoz Moreno Dona.

²¹⁴ PINSKY, 2012a, p. 491.

“Maria Lúcia Moreno, por ter que cuidar do pai e irmãos, nunca se casou, se dedicando à família, enquanto esta trabalhava no desmembramento e crescimento de Londrina”²¹⁵

Assim, a reprodução desses discursos na contemporaneidade pelos seus descendentes é a ação ratificadora das relações desiguais de gênero. Nos textos biográficos de Ângela Munhoz Moreno Dona e Tereza Rampazzo Nalin, anteriormente citada, percebemos que os autores entendiam que o homem tinha por função manter financeiramente sua família. Afinal, ao citarem as ocupações de ambas as homenageadas, eles as engrandeceram, porém, disseram tratar-se de “ajuda” ao marido no sustento da casa, ou seja atribuem dessa forma menor importância ao trabalho feminino. Carla Pinsky também analisou a utilização do verbo “ajudar”, mas referindo-se a outro contexto. Segundo a autora, a utilização de tal verbo para falar do cuidado do “pai moderno” com a criança “[...] é significativo do quão distante se está no Brasil de uma divisão sexual de trabalho igualitária no cuidado da prole”²¹⁶. O mesmo podemos concluir sobre o entendimento acerca do trabalho da mulher, ainda muito distante da grandeza atribuída ao trabalho do homem, pois é considerado apenas uma “ajuda” no orçamento mensal. O que queremos destacar é que essas mulheres viveram ao longo do século XX e, assim, suas vidas foram conformadas aos padrões sociais então vigentes.

“Chegou a Londrina em 1974 tornando-se costureira autônoma, ajudando assim seu companheiro a vencer as dificuldades financeiras”²¹⁷

Os dois demais trechos que queremos citar são das biografias de Maria Thereza Vieira e Olga Biancardi Maurutto, na quais os autores repetem a ideia de um papel determinado para as mulheres. À primeira homenageada chamam de “filha obediente”, que sempre seguiu o pai e, depois, o marido. Imaginamos que Maria Thereza Vieira tenha migrado ao longo do território brasileiro com seu pai e seu marido, mas valer-se da expressão “obediente” é ratificar o comportamento imputado às mulheres no começo do século XX, no qual a elas não cabia opinião, tampouco escolha sobre suas vidas.

²¹⁵ Projeto de Lei nº 447/99 que originou a Lei Municipal nº 7.993/1999. Denomina Rua Maria Lúcia Moreno.

²¹⁶ PINSKY, Carla. A era dos modelos rígidos. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012b. p.532.

²¹⁷ Projeto de Lei nº 310/02 que originou a Lei Municipal nº 8.935/2002. Denomina Rua Tereza Rampazzo Nalin

“Sendo filha obediente, sempre acompanhou seu pai e depois seu marido (João Evangelista Gonçalves), na sina de pioneiros, tendo participado do desbravamento de várias regiões do sertão brasileiro [...]”²¹⁸

Na biografia de Olga Biancardi Maurutto é destacada sua atuação enquanto dona de casa e mãe. Atribuíram-lhe tal função, no entanto, como sendo o seu papel, o papel da mulher de ser mãe, não por escolha ou opção, mas por ser seu “lugar no mundo”.

“Mãe amorosa cumpriu seu papel de educadora de modo integral fazendo de seus filhos pessoas orgulhosas da mãe que tiveram”²¹⁹

Portanto, foi pensando o discurso enquanto uma representação do imaginário social de seus autores que empreendemos essas análises. A utilização de certas palavras em detrimento de outras não é jogo semântico ingênuo. Há, por meio dele, a produção de sentido(s), mesmo que seus autores, estando profundamente submersos na mentalidade corrente, não o percebam. O gênero está também nas sutilezas. A construção assimétrica das relações de gênero se dá, sobretudo, no presente, na escrita desses textos biográficos.

Algo que nos instigou bastante foram as constantes referências ao pioneirismo nas biografias, e, nesse sentido, também ocorre a assimetria das relações de gênero, isso porque os homens são frequentemente referenciados como pioneiros, enquanto nas biografias das mulheres essa informação desaparece. O pioneirismo é um assunto largamente discutido na cidade de Londrina, tanto pela população, pelo poder público, quanto pela academia. Palco de grandes debates acerca da revisão do conceito de pioneiro foi a Praça Primeiro de Maio, no centro da cidade, que, desde 2007, conta com o Memorial do Pioneiro, um conjunto monumental construído sob fortes contendas para homenagear aqueles e aquelas que em Londrina chegaram a fim de construir suas vidas e uma cidade.

Como já apontamos, embora sutil, há uma discriminação de gênero no espaço urbano, no tocante à nomeação de ruas. Queremos agora investigar se essa discriminação também existe no contexto específico da homenagem aos pioneiros(as) no Memorial do Pioneiro.

²¹⁸ Projeto de Lei nº49/84 que originou a Lei Municipal nº 3.681/84. Denomina Praça Maria Thereza Vieira.

²¹⁹ Projeto de Lei nº 126/05 que originou a Lei Municipal nº 9.785/05. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto.

Capítulo 4

As mulheres pioneiras no Memorial do (a) Pioneiro (a): conceitos e inscrições no espaço urbano

E como poderíamos festejar? Somente através daquelas que um dia bem distante aportaram nestas terras até então virgens, selvagens, inóspitas. Algumas já mães de famílias, outras jovens adolescentes e muitas ainda crianças. Todos os reveses, todas as intempéries, todos os obstáculos, foram suportados. Nunca esmoreceram, nunca se revoltaram, sempre com os olhos voltar para o porvir numa inquebrantável esperança no futuro da terra, que já consideravam como sua. Seus nomes, queridas pioneiras, jamais serão esquecidos; seus filhos, seus netos, seus amigos e seus governantes, aí estão graças aos seu desprendimento. Quantos fatos importantes, quantos homens ilustres, quantas mulheres abnegadas.
Dinora da Cunha França, em discurso em homenagem às pioneiras de Londrina

1. Pioneiros (as) e pioneirismos

Os pioneiros e pioneiras, além de serem reverenciados(as) e imortalizados(as) por meio de livros, biografias, espaços em museu, títulos honoríficos, nomes de ruas, avenidas e praças, também receberam homenagens pela criação de monumentos para aqueles(as) que decidiram tentar uma vida melhor no setentrião paranaense. Desse modo, dando continuidade às reflexões feitas nos capítulos anteriores, a investigação se volta, nessa parte do texto, para o “Memorial do Pioneiro”, principal conjunto monumental em homenagem a esses homens e mulheres dos primórdios da cidade, que foi inaugurado em 1º de maio de 2007, com uma grande celebração da memória dotada de um caráter cênico de recriação do passado. Deter-nos-emos sobre esse conjunto monumental para pensarmos a contundente inserção dos festejados pioneiros e pioneiras no espaço urbano londrinense. Assim, analisaremos a inscrição de 3.800 nomes de pioneiros e pioneiras e as imagens artísticas que representam cenas da vida cotidiana dos personagens da colonização da cidade, todos presentes no Memorial do Pioneiro.

As representações acerca dos “pioneiros” e “pioneiras” sempre estiveram presentes nos diversos discursos relacionados à formação de Londrina. Historicamente, essas representações datam do começo da composição da cidade de Londrina. Porém, nos últimos anos, houve uma mudança no que diz respeito ao significado atribuído ao pioneirismo, permitindo a inclusão de novos agentes sociais. Como já vimos, é a partir da década de 1980 que as personalidades de evidência na história local conquistam maior espaço nas nomeações de ruas, em detrimento dos personagens nacionais, e é também nessa década que esses debates sobre o pioneirismo começam a ganhar mais destaque.

Os pioneiros sempre foram reverenciados na história local em razão de suas ações, entendidas como formadoras da civilização londrinense em meio ao sertão e à mata bravia. Foram diversas as representações criadas acerca da cidade de Londrina e do processo de colonização empreendido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir de 1929. São imagens como Terra de Promissão e Eldorado Cafeeiro que logo se expandiram pelo Brasil e pelo mundo. No bojo da formação do imaginário sobre a região, elaboravam-se também as representações sobre aqueles que viriam a ocupar essa área e ingressar com o trabalho.

Nos períodos em questão – os anos do Eldorado – a representação do pioneiro portava um conjunto de significados distintos: ao mesmo tempo em que era identificado ao pioneiro norte-americano, era revestido da aura épico-mítica do bandeirante paulista, o que tornou possível a incorporação, em seu conteúdo, tanto da idéia de desbravador, como a do fazendeiro de café, representado também como um bandeirante moderno. Essas associações foram facilitadas e mesmo estimuladas pelo amplo significado do termo pioneiro, que é originário do francês – pionnier – e quer dizer: militar, separador, explorador de sertões²²⁰.

A bravura e a coragem são associadas ao progresso da cidade e das pessoas que nele estavam empenhadas. As imagens e construções a respeito desses personagens que se engajaram, nem todos conscientemente, na construção da cidade, são bastante comuns em publicações como revistas e álbuns comemorativos de datas especiais, como os jubileus de Prata (1959) e o de Ouro (1984). O conceito de pioneiro e pioneirismo, intrínseco a essas representações presentes nas obras comemorativas, é daquele homem migrante que enfrentou a mata bravia e as agruras de uma cidade por se fazer e, mesmo assim, conseguiu vencer e edificar família e patrimônio. O pioneiro é um vencedor. Fazem parte, portanto, desse conceito de pioneirismo, aqueles pioneiros líderes, os pioneiros bem sucedidos²²¹.

Chamam a atenção as comemorações dos cinquenta anos da cidade, em 1984, quando começa a haver uma mudança significativa no entendimento sobre o pioneirismo. O Cinquentenário foi um evento de grandes proporções, que ocupou a cidade o ano anterior inteiro, com o propósito de celebrar o crescimento e o desenvolvimento da comunidade em meio à pequena clareira na mata.²²²

²²⁰ ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino da UEL, nº1, p-p 69 -82, 1995.

²²¹ Forma-se, destarte, um silêncio pouco elucidante sobre toda a força de trabalho migrante, bastante empobrecida, que esteve presente em Londrina desde o princípio do empreendimento da Companhia de Terras. No entanto, esses trabalhadores são obliterados pelas celebrações e publicações, mas não estão afastados da memória coletiva.

²²² Em 1983, um ano antes do cinquentenário da cidade, passou a ser comemorado o Dia do Pioneiro, anualmente no dia 21 de agosto, remontando à data em que chegou à região a primeira caravana de funcionários da Companhia de Terras para começar os trabalhos de agrimensura. Desde sua instituição, a data é celebrada homenageando esses pioneiros que contribuíram para o desenvolvimento da cidade, contando inclusive com a presença de alguns pioneiros vivos, no pátio da antiga ferroviária, hoje Museu Histórico de Londrina. Essa é uma celebração bastante centrada no papel da Companhia de Terras.

No decorrer de 1984, quando foram comemorados os cinquenta anos do município de Londrina, uma extensa série de festividades foi preparada pelo poder público e também por diversos grupos organizados. Nesse ano, houve a aprovação, na Câmara de Vereadores, de um projeto de lei do Executivo Municipal que visava instituir o título honorífico “Pioneiro de Londrina”. A lei previa, em seu segundo artigo, que seriam “[...] distinguidos com o título de ‘Pioneiro de Londrina’, sem discriminação de qualquer espécie, todos aqueles que se fixaram na área que hoje compreende o território do Município de Londrina, no período do desbravamento até o final do ano de 1934”.²²³ A validação do título advinha da entrega de um diploma de pioneiro, assinado pelo prefeito, pelo presidente da Câmara e pelo presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Cinquentenário de Londrina (respectivamente, Wilson Moreira, Carlos Kita e Nivaldo Gotti)²²⁴.

A criação desse título e a forma como foi distribuído configuram o primeiro passo para a ampliação definitiva do conceito de pioneiro. Anteriormente, havia algumas personalidades referenciadas como pioneiras, mas se tratava de um número pequeno e pouco definido e sempre com base no sucesso e nas realizações desse dado grupo. Para o cinquentenário, houve uma delimitação mais clara, assim como mais abrangente, do conceito, uma vez que, independentemente das posses e do gênero, era considerado pioneiro toda e qualquer pessoa que tivesse se estabelecido na área, hoje compreendida como Londrina, a partir de 1929 até 1934²²⁵.

Esse conceito de pioneirismo será expandido e ressignificado pelo Memorial do Pioneiro, por sua estrutura em si, como mostraremos, mas, principalmente, pela datação adotada (21/8/1929 até 31/12/1939), pois, de acordo com a memória coletiva, e, até então, oficial, pioneiros eram aqueles que haviam chegado nos primórdios da formação de Londrina e que haviam obtido sucesso. Esses eram os pioneiros e mais pioneiros ainda eram aqueles que vieram com a Companhia de Terras Norte do Paraná, ou para ela trabalharam.

²²³ LEI MUNICIPAL Nº 3.738, DE 09/11/1984.

²²⁴ Juntamente com o Título, foi criado, por meio da Lei nº 3.738/1994, uma comissão responsável pelos festejos do Cinquentenário e da atribuição dos certificados. Tal comissão comunicou-se com a população, por meio dos periódicos da cidade, a fim de que lhe fossem entregues documentos e dados dos possíveis pioneiros. Assim, no dia 10 de dezembro de 1984 no Ginásio de Esportes Moringão, 577 pessoas foram homenageadas com o título “Pioneiro de Londrina”, dos quais 236 ou 40,9% eram mulheres.

²²⁵ É preciso destacar que não há referência a uma história da cidade antes da Companhia de Terras, que continua a ser entendida como o agente motriz da cidade e do seu desenvolvimento, tendo em vista que a data inicial é 1929, com a chegada dos funcionários da CTNP à região.

Foi preciso um longo caminho, no entanto, para que se definissem como e onde seria o aguardado Memorial do Pioneiro.

A construção do Memorial do Pioneiro remonta a 2004, quando a Prefeitura Municipal de Londrina, em parceria com o Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, abriu edital para um concurso nacional visando escolher um projeto arquitetônico para abrigar o chamado “Memorial do Pioneiro”. A ideia inicial era dedicar um espaço à memória dos homens e mulheres que construíram a cidade e ainda proteger e preservar a composição ferroviária (três vagões), que se encontrava localizada no pátio do Museu Histórico Padre Carlos Weiss. Uma das condições previstas no edital, para um projeto consagrar-se vencedor, era a integração entre o prédio da antiga ferroviária (e hoje Museu) e o novo elemento arquitetônico, sem descaracterizar o primeiro.

O projeto selecionado foi anunciado em 14 de dezembro de 2004. De autoria de Renato Mateus Gorne Viani, a proposta previa uma área construída de aproximadamente 360 metros quadrados, sendo edificado em estrutura metálica na forma de meia parábola coberta de vidro. Haveria espaço, sob essa estrutura, para as duas principais funções que a obra deveria cumprir, ou seja, proteger os vagões e receber a inscrição dos nomes dos pioneiros e das pioneiras da cidade. O espaço poderia também ser usado como mais uma galeria do Museu para exposições temporárias. No entanto, um acirrado debate se deu em razão do grande contraste entre o antigo e o moderno.

Mesmo com os recursos financeiros aprovados, foi preciso pôr tudo em suspenso devido ao acirramento do debate sobre a construção, causando atraso à obra. Nesse contexto, surge uma proposta de moradores e comerciantes do centro da cidade, encaminhada diretamente ao prefeito, pedindo que o Memorial fosse erguido junto à Concha Acústica, na Praça 1º de Maio.

O então prefeito, Nedson Luiz Michelletti²²⁶, decidiu e, no dia 30 de junho de 2005, anunciou a construção do Memorial na Travessa Maestro Egídio Camargo Amaral, logradouro que ladeia a Concha Acústica. A construção do Memorial acompanharia uma revitalização desse espaço, na época quase cinquentenário, indo ao encontro dos anseios da

²²⁶ Nedson Luiz Michelletti, bancário, foi eleito prefeito de Londrina pelo Partido dos Trabalhadores em 2000 e reeleito em 2004.

população, pois, como ressalta Knauss, “não sem razão, a instalação de uma peça de imaginária comumente acompanha uma intervenção urbanística”²²⁷. É preciso integrá-la à cidade, criando uma paisagem. E assim foi feito. O projeto definitivo, executado para o Memorial, foi criado pelo órgão de urbanismo da Prefeitura, o IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano), destacando-se que se trata de projeto aprovado sem concurso e sem extensa consulta à população.

De acordo com o novo projeto, foram erguidas 17 estruturas com quatro faces e 2 metros de altura, compondo o monumento que abriga os nomes dos homenageados. Além disso, a Travessa Maestro Egídio Camargo Amaral foi fechada ao trânsito, revitalizada e preservada, pois era a última rua de paralelepípedo do centro da cidade.²²⁸

A historiadora Sonia Adum, refletindo sobre a construção do Memorial diz que:

No debate intenso que animava a imprensa, nos prós e contras levantados em torno do Memorial, em nenhum momento foi colocada em questão a pertinência da homenagem e a importância fundamental dos “pioneiros” para a construção da cidade. Buscavam-se no passado os acontecimentos legitimadores da honra que se rendia aos heróis do desbravamento²²⁹.

Vários aspectos da obra foram questionados, como o projeto, o local, o fechamento da rua, etc., mas nunca foi questionado o fato de ela ser executada e o mérito que tinha para a cidade e para sua memória. Ninguém procurou questionar até onde valeria o esforço para homenagear os homens e mulheres que fundaram Londrina. E foi justamente no passado que se buscaram os elementos para a inauguração do Memorial que, depois de meses de atrasos, aconteceu no simbólico dia 1º de maio de 2007 – data do Jubileu de Ouro da Concha Acústica.

Nesse sentido, Adum (2009) comenta que se pode falar em uma “estética de acúmulo de símbolos”: a data remete ao nome da praça, a festa é “igualmente uma

²²⁷ KNAUSS, Paulo et.al.. Esfinges urbanas: quadros da imaginária urbana. IN: KNAUSS, Paulo. **Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 139.

²²⁸ Importante dizer que a pavimentação do centro da cidade foi realizada na década de 1940 pela família Tramontini – únicos especialistas em cantaria na região, parte integrante do patrimônio histórico da cidade.

²²⁹ ADUM, 2009. P.14.

comemoração do Dia do Trabalho (do suor dos pioneiros; do desbravamento; das dificuldades etc.).”²³⁰, e os próprios pioneiros foram convidados e homenageados entrando apoteoticamente. A autora afirma que houve uma celebração e não uma solenidadepolítica²³¹. O ponto alto dessa celebração aconteceu quando chegaram os mais antigos pioneiros ainda vivos na “catita” – primeiro ônibus da Viação Garcia, empresa fundada nos primórdios da cidade, e que foi responsável por transportar futuros habitantes até Londrina.

Para Adum (2009), a simplicidade do conjunto monumental e a opção por uma celebração desse caráter foram procedimentos que almejavam rememorar a história da Londrina ainda pequena, assim como colocar em evidência a importância dos pioneiros e a valorização da história da cidade. Concordamos que essas imagens, espalhadas pela malha urbana de uma cidade, estão profundamente ligadas à atribuição de sentido ao espaço.

Esse conjunto de imagens, inscrito no espaço urbano, é chamado de imaginária (*imagery*, em inglês, e *imagerie*, em francês) e, segundo Paulo Knauss, principal estudioso brasileiro acerca do tema, tal categoria, tomada enquanto coletivo de imagens urbanas, “(...) permite extrapolar a dimensão técnica e material da escultura e ao mesmo tempo abarcar o significado das noções de marco e monumento que se relacionam, respectivamente, à ordem espacial e temporal”²³². Isso se dá porque a imaginária, por ser um coletivo de imagens, “[...] pode ser composta de diferentes objetos que definem diversas formas tipológicas: estátua, busto, escultura, marco, equipamento urbano etc.”²³³.

Buscando compreender os sentidos atribuídos por meio da imaginária de uma cidade, é preciso ter em mente que a “imaginária urbana se constitui em um discurso histórico que serve como recurso didático para promoção do civismo, sobretudo quando sua

²³⁰ Idem, *ibidem*.

²³¹ Cabe apresentar alguns elementos de tal celebração: um show com a tradicional cantora “caipira” Inezita Barroso; atores e atrizes de um grupo de teatro local, com roupas da década de 1950, recriavam o ambiente da inauguração da Concha; fotógrafos lambe-lambe; pipoqueiros; um grupo de acordeom – o grupo leva o nome da acordeonista Evelina Grandis, que se apresentou na inauguração da Concha Acústica em 1957. A Banda de Músicos de Londrina executou uma seleção de músicas da época.

²³² KNAUSS, Paulo. Introdução. IN: _____. **Cidade Vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. P. 7

²³³ KNAUSS, Paulo et.al.. **Esfinges urbanas**: quadros da imaginária urbana. IN: KNAUSS, Paulo. **Cidade Vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 139.

produção envolve a mobilização da sociedade (...)”²³⁴. Os sentidos produzidos estão de acordo com as mentalidades da época, mas também em conjuração com os interesses dos grupos envolvidos. Por um lado, essas imagens “tornam-se representações espaciais e históricas, relacionadas com o processo de construção social da identidade da sociedade”²³⁵. A historiadora Sandra Pellegrini percebeu que:

A visibilidade das imagens expostas nos espaços abertos imprime aos observadores, sejam eles habitantes ou transeuntes ocasionais, uma dada leitura da cidade que lhes sugere a apreensão de marcos históricos e das memórias urbanas.²³⁶

Knauss chama a atenção para a utilização de tais imagens urbanas como instrumentos da busca por legitimidade da ordem e do poder estabelecidos. Desse modo, cita Ballandier que, sobre o poder, afirma:

Nesse sentido sua perpetuação não se realiza, nem pelo domínio da força, nem pelas suas bases racionais [...] [O poder] só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. [...] Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação²³⁷.

Assim, é imperativo atentar para o fato de que a imaginária urbana estreita os laços do passado com o presente, presentifica o pretérito, sacraliza-o e, com tais imagens, toma como referencial as bases afetivas da comunidade. Essas imagens, caras à população – ou a parcelas dela –, são elos de tempo e espaço.

²³⁴ KNAUSS, Paulo. Introdução. IN: _____. **Sorriso da Cidade:** imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003. p. 11.

²³⁵ Idem, *ibidem*.

²³⁶ PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. *Revista Esboços*. V.15 nº 19. 2008, p-p217-239.

²³⁷ BALLANDIER apud KNAUSS, 2003, p. 11.

A constituição do acervo de imagens urbanas se caracteriza, de um modo geral, por operações de significação, que organizam simbolicamente o tempo e o espaço da cidade ao instaurar referências universais no cotidiano da vida urbana. Frequentemente, esse movimento relaciona-se com motivações da conjuntura social, atualizando e redefinindo constantemente o significado das imagens urbanas. Nesse sentido, essas imagens se definem como produção social, servindo à construção de discursos acerca do passado, instaurando emblemas de poder que representam a sociedade e identificam suas estruturas sociais²³⁸.

Por conseguinte, queremos pensar os discursos sobre o pioneirismo, presentes no Memorial do Pioneiro, e como esse espaço urbano está carregado de intencionalidade, a ele atribuída pelos órgãos que o promoveram. Esse conjunto monumental integra a imaginária urbana londrinense, eivado de sentidos, e traz em si as disputas por poder simbólico, a ratificação de certas relações sociais e a retificação de outras. Por fim, intentamos refletir sobre como o pioneirismo é abarcado nesse conjunto e, além, sobre como as mulheres são nele representadas.

O conjunto monumental do Memorial do Pioneiro conta, portanto, com 17 monumentos em forma de obeliscos, sendo que o primeiro (próximo à Avenida Rio de Janeiro e ao prédio dos Correios) e o último (próximo à Avenida Senador Souza Naves e à Concha Acústica) servem como “capas” para todo o conjunto, pois são vermelhos, com as quatro estrelas presentes na bandeira de Londrina, e contam apenas com a inscrição MEMORIAL DO PIONEIRO. Os demais 15 contam com quatro faces, que contêm textos, imagens e nomes dos pioneiros. Em todos eles, as imagens utilizadas são do xilogravurista paulista radicado em Londrina, Paulo Menten, e foram aplicadas em espaço tridimensional, formado por placas de resina de mármore – material que se assemelha visualmente ao bronze –, por Roberto Vendramento.

²³⁸ KNAUSS, 2003, p.13.



Em sentido horário: Figura 7: Mastro de abertura do Memorial do Pioneiro, com Concha Acústica ao fundo. **Figura 8:** Mastros que compõem o Memorial na Travessa Maestro Egídio Camargo do Amaral. **Figura 9:** Mastros do Memorial, vistos da Avenida Senador Souza Naves. **Figura 10:** Monumento de Abertura do Memorial, a partir da Avenida Senador Souza Naves.

Descendente de imigrantes alemães, Paulo Menten nasceu em São Paulo, em 17 de junho de 1927, e desde cedo mostrou tendência para as artes. Menten é hoje conhecido como um dos maiores gravuristas do Brasil, um mestre nessa arte e em suas diversas técnicas, com destaque para a xilogravura. Figura querida no cenário artístico londrinense, Menten formou alunos gravuristas, teve documentário acerca de sua obra e vida, lançou livros, desenvolveu projetos para crianças, ajudou a fundar o Museu de Arte de Londrina e foi agraciado com o título de cidadão londrinense²³⁹.

²³⁹ Mesmo sabendo desde cedo o que queria ser, a arte demorou para ocupar a vida de Menten, tendo em vista que ele foi por 19 anos funcionário do Banco Comind, exercendo a função de encarregado da análise de financiamento para lavouras de café. Quando decidiu que deveria dedicar todo seu tempo ao que mais amava, tomou aulas com o grande mestre Lívio Abramo, percorreu bienais e salões do Brasil, até que, por volta de 1978, estabeleceu-se no Norte do Paraná, mais precisamente, em Cornélio Procopio. Após dois anos, mudou-se definitivamente para Londrina.

A presença feminina é bastante recorrente na obra de Menten²⁴⁰, tanto em seus trabalhos plásticos quanto em suas aventuras pelo mundo das palavras²⁴¹. Sobre a importância das mulheres em suas obras, o artista escreveu: “Eu desenho mulheres em minhas gravuras, para serem lidas como poemas”²⁴². Outra paixão de Menten, ao longo de sua carreira, foi Londrina. A cidade que o acolheu na década de 1980 e da qual ele não queria ter de se separar. Ao longo de mais de duas décadas na pequena Londres, Menten criou grande profusão de gravuras sobre o cotidiano e as cenas urbanas, formando uma série que chamou de “Londrina Antiga”. Parte dessas criações, em exibição ao ar livre no Memorial do Pioneiro, nós vamos analisar em seguida²⁴³.

Os sete mil amores do artista plástico por Londrina na série explodem no cotidiano da cidade de rostos anônimos e de casas de madeira e se repartem em mulheres, que levam no corpo a assinatura de Menten, que afirma que desenho delas é para ser lido como poesia. (...) As gravuras que dão origem aos totens: rostos anônimos que ajudaram a erguer a cidade²⁴⁴.

2. O memorial

A fim de melhor analisar o conjunto monumental “Memorial do Pioneiro”, vamos descrevê-lo, como se nos embrenhássemos entre os 17 monumentos e os 3.800 nomes que lá estão inscritos²⁴⁵.

Num primeiro movimento, é preciso ressaltar que, nas fontes oficiais, advindas da Prefeitura Municipal, assim como nas notícias de jornais, o Memorial do Pioneiro sempre foi apresentado como um conjunto monumental, contendo 17 **totens**. Ao pensarmos a

²⁴⁰ Na obra de Paulo Menten as mulheres, mesmo que bastante sensuais em geral, também trazem consigo ares de maternidade e sobriedade.

²⁴¹ Em 2005, o mestre das gravuras envereda pela poesia e lança seu primeiro livro, “Diário de bordo inseguro”. Na obra, há poemas de Menten sobre o mar, sobre as façanhas dos marinheiros, seus sonhos, anseios e medos.

²⁴² Catálogo da Exposição Paulo Menten – Gravuras – 75 anos, 2002.

²⁴³ Isso é um desdobramento do entendimento de Menten sobre um dos papéis do artista. Para ele, o artista deve deixar algo para o local onde vive. Sua crítica é que os artistas atuais desprezam muito o local em que vivem. IN: “**Paulo Menten**: um encontro com o mestre da gravura”. Vídeo (45 min.) Ano: 1999, Direção: Waurides Brevilheri Jr.

²⁴⁴ O ‘pai’ dos totens do memorial. Folha de Londrina, Londrina, 22 de agosto de 2006. Folha 2.

²⁴⁵ O Memorial do Pioneiro, alvo de intensas contentas para sua construção, está atualmente em estado de abandono pelo poder público e pela população. Cartazes e manifestos foram colados em certos mastros, alguns foram pichados. A situação se agravou a partir de 2010 quando a sede da Secretária Municipal da Cultura, situada em frente ao Memorial, foi – provisoriamente – transferida. Situação que permanece até hoje.

criaçãoda imaginária urbana em qualquer cidade, e refletindo sobre esse caso específico londrinense, entendemos que a utilização pela prefeitura municipal do conceito *totem*, para denominar os elementos constituintes do Memorial do Pioneiro, é eivada de significados e produz certos sentidos.

A palavra *totem* tem origem na língua algouina, presente na tribo Ojibwa, predominante na região dos Grandes Lagos – região nordeste – da América do Norte, e é uma derivação da palavra *ototeman* que, segundo Levi-Strauss, significa “ele é de minha parentela”.

Os totens, encontrados tanto na América do Norte como na Oceania, não são apenas mastros com representações pictóricas de animais. Representamos animais guardiões, que protegem e orientam os indígenas, tanto individual quanto coletivamente. É bastante comum, no imaginário norte-americano, a crença na transmutação física do nativo em certos animais. Isso se daria como a ajuda do totem ao seu protegido. Em geral – cada tribo ou etnia possui suas especificidades nesse aspecto –, a determinação sobre o totem se dá no nascimento.

O conceito do totemismo²⁴⁶ ficou bastante conhecido pelas representações que as tribos, imbuídas dessa concepção, fazem de seus totens em grandes mastros de madeira. Estes mastros, em comparação simplista, são, por um lado, como os brasões de famílias europeias, pois são marcas individuais ou coletivas que revelam muito sobre as identidades das tribos. Ao passo que são também uma forma de conexão com o sagrado e com os antepassados guardiões. É preciso lembrar que totem significa que há uma relação de parentesco, os animais sagrados protegem as pessoas, pois estas são seus descendentes.

O estilo e o simbólico das representações presentes nesses mastros-totens das tribos norte-americanas influenciaram largamente as artes plásticas estadunidenses nos anos de 1930 e 1940, como procurou demonstrar Rushing. Segundo o autor, essas esculturas estão “(...) among the greatest sculptural achievements of all times”²⁴⁷. Essas esculturasdivulgaram

²⁴⁶ O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss escreveu obra basilar para a compreensão do totemismo, trata-se do livro publicado em 1962 “O totemismo hoje”. Nessa obra, Lévi-Strauss procura relativizar a significância desse conceito, considerando que certos antropólogos teriam maximizado suas análises. O autor acredita que nem todos os entendimentos sobre as relações parentais e as manifestações dos “espíritos guardiães” devam ser consideradas como totemismo. Lévi-Strauss, Claude. **O totemismo hoje**. Tradução Malcolm Bruce Corrie. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

²⁴⁷ “entre as maiores realizações da escultura de todos os tempos” (tradução livre). RUSHING, W. J., ‘Ritual and Myth: Native American Culture and Abstract Expressionism’, in Tuchman, Maurice (Ed.): *The Spiritual in Art – Abstract Painting 1890 -1985*, Los Angeles County Museum of Art, 1986, p.273-295.

para todo o mundo o conceito de totem e exportaram o interesse por eles. No começo do século XX, Sigmund Freud escreve “Totem e Tabu” (1913), sobre as reprimendas sociais previstas pelas representações dos totens, sobretudo em questões matrimoniais.

É desse arcabouço que a Prefeitura de Londrina se aproxima ao chamar os mastros, nos quais estão inscritos os 3.800 nomes de pioneiros, de totem. É como se essa construção sacralizasse os nomes lá inscritos. Aqueles pioneiros são os totens, os espíritos protetores dessa cidade e dessa população. O memorial do pioneiro indicaria, assim, por meio de um conjunto de mastros-totens, quem são os antepassados que protegem a população e a cidade.

A implicação dessa justaposição é a sacralização desses personagens, agora catapultados à posição de guardiões. Ainda mais denotada é a relação de parentesco que os totens exprimem e os mastros-totens representam²⁴⁸. O discurso é o de que se descende diretamente desses protetores. Os filhos, netos e bisnetos, que hoje celebram seus antepassados no Memorial do Pioneiro, ressignificariam, dessa forma, essas relações totêmicas. No entanto, não podemos corroborar tal transposição de concepção, em razão das vastas e genuínas implicações que as civilizações totêmicas atribuem a tais elementos. Assim, denominaremos, diferentemente de nossas fontes, de mastros os dezessete elementos que constituem o Memorial do Pioneiro.

A fim de melhor descrevê-lo, vamos “percorrer” o Memorial, adentrando-o a partir da Avenida Rio de Janeiro, pois é a partir desse ponto que os nomes estão dispostos em ordem alfabética. Assim, o primeiro mastro é de apresentação: vermelho, com as quatro estrelas da bandeira londrinense. Já o segundo é uma homenagem aos “desbravadores”. Esse mastro contém três placas, com conteúdo textual, e uma com conteúdo imagético. A imagem selecionada para esse monumento é a obra “Pioneiros de Londrina”, de Paulo Menten. Um dos textos presentes é assinado pelo então prefeito de Londrina, Nedson Luiz Michelleti. O prefeito inicia o texto, dizendo:

Eles vieram de várias partes do Brasil e do mundo. Eram homens, mulheres e crianças. Atravessaram a floresta e os rios. Enfrentaram a lama, a poeira, as doenças, o isolamento, as dificuldades. Fizeram tudo isso em nome do

²⁴⁸ A utilização de elementos representativos religiosos para outros fins é também objeto da análise de Alcir Lenharo, em “Sacralização da Política”, obra na qual, em um dos capítulos, o autor discute como a imagem do Cristo crucificado foi apropriada nas fábricas para moldar as relações entre patrão e empregados. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 2ª edição, 1986.

sonho. E o sonho era edificar uma cidade para todos e a felicidade para cada um.

Nas palavras de Nedson, podemos perceber permanências e rupturas em relação a antigos discursos presentes na memória londrinense. O “discurso de felicidade”²⁴⁹ está presente, assim como o da diversidade étnica, que marcou o processo de formação da cidade de Londrina e o relato das agruras do viver e do construir uma cidade. Contudo, inova ao fazer clara menção às crianças e às mulheres, ambas tradicionalmente marginalizadas do discurso de bravura e hombridade, características tidas como indeléveis dos homens que teriam construído a cidade. Há, dessa forma, uma tentativa de ampliar as representações contidas nesse espaço urbano.

Os dois outros textos nesse mastro seguem a mesma trilha. Um deles é intitulado “O PIONEIRO DESCONHECIDO”, no qual há uma retratação prévia por parte da prefeitura, dizendo que “nem sempre a história registra os nomes daqueles que a construíram” e conclui, afirmando que “(...) o pioneiro desconhecido de Londrina ficará na memória de todos nós: o nome se perdeu, o valor humano se perpetuou”, ou seja, já exime de culpa o monumento por, eventualmente, não ter contemplado todos. Importante destacar que há uma exaltação desse valor humano, desse destemor e coragem que fundaram Londrina. O último elemento textual do mastro trata dos desbravadores, aqueles que estão situados em patamar anterior, no sentido temporal, à narrativa tradicional sobre a cidade e a região e, conseqüentemente, são anteriores também à datação empreendida para o Memorial – de 21/8/1929 até 31/12/1939. Desse modo, o texto diz que, antes da chegada da primeira caravana da Companhia de Terras Norte do Paraná, “alguns homens de coragem se aventuraram na grande floresta que dominava a terra vermelha. Foram eles desbravadores da futura Londrina. A eles nosso respeito e admiração”.

A imagem do desbravador²⁵⁰ aqui se assemelha a dos bandeirantes paulistas enfrentando a mata, abrindo clareiras, construindo vilas e cidades. É passo inédito, na imaginária urbana, a representação desses personagens anteriores à Companhia de Terras, pois, tradicionalmente, a história de Londrina começa em 1929. Agora, então, o discurso tira do foco a Companhia de Terra, bem como a ação histórica formadora da cidade de Londrina.

²⁴⁹ ADUM, 1991.

²⁵⁰ Os desbravadores referenciados nesse texto são posseiros e grileiros que já ocupavam as terras da futura Londrina antes de a Cia. de Terra adquiri-las do Governo Paranaense. Mais em IVANO (2001).

Mais uma vez, a bravura de homens é ressaltada e destacada como elemento forjador da cidade, e somente eles são os destinatários dessa homenagem, sem qualquer referência às mulheres e crianças que habitavam a região.

A imagem de Menten é consonante com os textos, pois mostra três homens em uma rua não pavimentada à frente de uma casa de madeira – levando em conta Londrina na década de 1930, essa construção poderia ser um hotel, o escritório da CTNP, ou uma residência. O vestuário dos três homens é diversificado, mostrando classes sociais e/ou origens diversas e procurando enfatizar a diversidade que construiu o povo londrinense.

O mastro seguinte é em homenagem aos indígenas e também contém três textos e uma imagem de Menten. O que se pode observar são textos escritos em kaingang, tribo que predominou nas terras do Sertão do Guayrá (como era conhecida a região Norte do Paraná). Todos os textos são acompanhados por sua tradução para o português. Há a seguinte inscrição: “aos povos indígenas, primeiros habitantes destas terras, a homenagem dos londrinenses de todas as épocas”. A imagem de Mentem representa um indígena com arco e flecha apontados para o alto. Os demais mastros seguem o mesmo padrão, todos possuem quatro faces, sendo três delas ocupadas com a listagem de nomes e uma delas dedicada a uma obra de Menten em três dimensões.

O que se percebe pelos textos, pelas escolhas empreendidas e, principalmente, pela datação adotada (21/8/1929 até 31/12/1939) é que o conceito de pioneiro, utilizado no Memorial, foi ampliado. Sobretudo a datação nos diz isso, pois, de acordo com a memória coletiva, e até então oficial, pioneiros eram aqueles que haviam chegado nos primórdios da colonização de Londrina e que haviam obtido sucesso. A concepção de pioneiro estava diretamente ligada ao “vencer”, ao “fazer algo”, ao “marcar a história”. A periodização nessa concepção era muito flexível, houve pioneiros que chegaram em 1930 e outros que chegaram por volta dos anos de 1950. A datação não era o foco, mas sim os feitos realizados. O Memorial do Pioneiro segue o padrão das comemorações do Jubileu de Ouro e estabelece uma periodização, ampliando, nesse caso, a criada para o Jubileu. Os textos reconhecem a importância dos agentes que atuaram antes de a Companhia de Terras chegar à região, como posseiros e indígenas, estendendo, dessa forma, a ideia de pioneiro – desbravador.

Registra-se, assim, uma expansão, não só conceitual, mas também numérica. No imaginário, em que antes havia um pequeno número não precisado de “pioneiros-

vencedores” ou, mais especificamente, 577 “Pioneiros de Londrina” com certificado, hoje há 3.800 nomes gravados e expostos em praça, considerados “pioneiros e pioneiras”, ou seja, “aqueles que chegaram primeiro”. Igualmente, Sonia Adum considera que:

Neste sentido (...) houve o abandono, na nova perspectiva de pioneiro que timidamente se instaura, do componente “aqueles que venceram” instituindo-se, de forma mais incisiva, o componente “todos aqueles que chegaram primeiro”²⁵¹.

Nesse novo paradigma, a CTNP não aparece com destaque. Seus funcionários, muito prestigiados anteriormente, agora aparecem em ordem alfabética junto com todos os(as) gaúchos(as), mineiros(as), paulistas, japoneses(as), italianos(as), poloneses(as) que decidiram, na “pequena Londres”, tentar a sorte de uma vida melhor.

3. As mulheres pioneiras no Memorial do (a) Pioneiro (a).

As perguntas que nos colocamos são: nesse novo conceito de pioneiro e pioneirismo, que espaço as mulheres têm? A ampliação do entendimento acerca do pioneirismo em Londrina acarretou uma ampliação similar da presença feminina representada no espaço urbano? Se pensarmos em relação às nomeações de ruas, elas conquistaram mais espaço? Ou perderam?

Como primeira constatação, percebemos que há uma ampliação do espaço que as mulheres ocupam, pois no Memorial do Pioneiro elas são, numericamente, mais presentes do que nos logradouros. São 1.212 nomes de mulheres, dentre os 3.800, o que perfaz 32% do total dos nomes inscritos no Memorial do Pioneiro. Destaque-se que há 360 nomes que não foi possível identificar como homens ou mulheres devido, sobretudo, à grafia estrangeira e à falta de informações biográficas, representando, aproximadamente, 9,5% do total.

Podemos perceber uma participação maior das mulheres nesse sentido, pois elas se colocam como 32% no memorial contra 16% nos logradouros públicos da cidade. Com a diferença de que aqui não há uma questão explícita de mérito, de condição de vida ou de biografia. O critério para ter o nome incluído no Memorial é ter chegado a Londrina entre 21

²⁵¹ ADUM, 2005, p.15.

de agosto de 1929 (dia em que chegou a primeira caravana de funcionários da CTNP, comandada por George Craig Smith) até 31 de dezembro de 1939.

Assim, entendemos que há uma descentralização da memória no espaço urbano por meio do Memorial do Pioneiro, porquanto ali estão representados homens, mulheres, brancos, negros, japoneses, alemães, italianos, nordestinos, etc. Se pensarmos em termos do memorial e da nomenclatura urbana, algumas personagens são notoriamente mais destacadas, pois constam em ambos. Ao investigar essas mulheres que foram homenageadas com o batismo de ruas e que também constam nas listas do memorial, constatamos que 87 das mulheres homenageadas com ruas estão, também, presentes no Memorial do Pioneiro. Perguntamo-nos, então, quem são essas mulheres homenageadas nesse conjunto monumental feito para lembrar os ditos pioneiros e pioneiras.

É preciso, primeiramente, explicar a origem dos nomes que compõem o Memorial do Pioneiro. Ficou a cargo do Museu Histórico de Londrina (MHL) organizar as listagens nominais que comporiam os monumentos, e isso se deu por duas maneiras. Uma das formas foi o MHL ter utilizado seus arquivos de cadastro de pioneiros, proveniente, sobretudo, das comemorações do Cinquentenário de Londrina, quando a população apresentou dados sobre seus familiares. Outra fonte para os nomes utilizados no Memorial foi a criação de um instrumento para cadastramento de pioneiros, conclamados a se apresentar – ou seus descendentes – no Museu Histórico. Tal ficha ficou disponível na página eletrônica do Museu para cadastramento de novos nomes²⁵².

O MHL, para açambarcar um maior número de nomes a serem homenageados, incluiu na listagem de pioneiros aqueles que constavam nas fichas como referências pessoais, mas não possuíam uma ficha própria. Isso foi possível porque o pioneiro ou seus descendentes citam pessoas com as quais migraram para Londrina ou que fizeram parte de sua vida, sendo os graus de parentesco mais comuns os cônjuges e filhos. Por exemplo, em uma ficha de pioneiro, quando indagado se viera acompanhado, há esta resposta:

Sim. João Cortez Simão, Maria Tereza Portilho, Afonso Cortez Simão, Maravilha Simão Cortez, Pedro Simão Cortez, Rubens Simão Cortez,

²⁵² A “Ficha de Cadastro – Pioneiro” está ainda disponível para *download* na página do MHL (www.uel.br/museu) para o registro de novos nomes. No instrumento constam questões sobre a origem do “pioneiro”, a data de sua chegada a Londrina e as atividades que desenvolveu na cidade.

Eurípedes Simão Cortez, seus irmãos. E seus pais, Raymundo Cortez Navarro e Josefa Simão Gimenes²⁵³.

Esse tipo de referência é muito recorrente nas fichas arquivadas pelo Museu Histórico, sendo as informações bastante profícuas, pois, das pessoas supracitadas, apenas duas possuem ficha própria. No entanto, os nomes de todas elas constam do Memorial do Pioneiro. Esse número é significativo se tomarmos em análise o conjunto de fichas das mulheres que foram homenageadas com nomes de ruas e também com a inscrição do nome no Memorial do Pioneiro, pois, desse conjunto de 87 mulheres (com nomes de ruas e nomes no Memorial), mais de 62% não possuem ficha própria de pioneira, estando incluídas nas fichas de filhos, pais, irmãos ou maridos. Tendo em vista a insuficiência de informações, junto às fontes do Memorial do Pioneiro, e, para saber mais sobre essas mulheres que foram homenageadas duplamente no espaço urbano, recorreremos mais uma vez às biografias que se encontram anexadas aos projetos de lei de nomeação de ruas no Arquivo da Câmara de Londrina.

Portanto, em tais textos biográficos é possível perceber uma heterogeneidade no perfil das homenageadas. São imigrantes e migrantes, são mulheres de posições sociais diferentes e também com ocupações diferentes.

“Nasceu em 7 de Setembro de 1902, em Almeria, na Espanha. [...] Para subsistir tiveram de exercer inúmeras atividades, como a de manter uma carrocinha de pipocas em frente às Casas Pernambucanas, na Av. Paraná, só que no tempo em que aquela região ainda não possuía calçamento. Na Rua Belo Horizonte venderam caldo de cana, na esquina com a Rua Belo Horizonte [sic]. Quem cuidava deste serviço era a esposa, Josefa”²⁵⁴

Percebemos que algumas das características, anteriormente notadas, estão também aqui presentes, como a biografia conjunta, retirando a individualidade dos cônjuges, como no texto biográfico acima, citado parcialmente. Outra característica é que as mulheres comuns, de profissões simples, também foram homenageadas.

“[...] De acordo com os filhos, ela foi a primeira servente da escola conhecida na época como Escola Alemã, onde hoje está localizada a Escola

²⁵³ Ficha de Cadastro – Pioneiro de Luzia Simão Martins. Acervo Museu Histórico de Londrina

²⁵⁴ Projeto de Lei N/I que originou a Lei Municipal nº 5.989/1994. Denomina Rua Josefa Simões Gimenez.

*Evaristo da Veiga. Além disso, ela ainda trabalhou na Santa Casa, logo depois da fundação do hospital*²⁵⁵

A mensagem mais recorrente entre todas as biografias dessas mulheres é a participação delas na Londrina “das primeiras horas” e como suas vidas e seus trabalhos contribuíram para o engrandecimento do pequeno povoado que se transformou em metrópole.

*“Nasceu em Meirinhas Portugal, em 1º de Abril de 1893, chegou em Londrina em março de 1939, esposa do sr. Joaquim Pereira, fundador da Indústria Limoeiro sediada no Bairro Limoeiro Lote Nº15, neste Município. [...] D. Maria de Jesus foi em vida, um exemplo de fraternidade e bondade, lutou ao lado do marido **com todo o vigor, em prol do desenvolvimento e progresso de Londrina**”*²⁵⁶

Note-se que a recorrência à figura masculina, como instrumento de validação da homenagem, está presente mais uma vez.

É interessante perceber que o certificado do Título de Pioneiro de Londrina, entregue em 1984, durante as comemorações do Cinquentenário de Londrina, é bastante referenciado para atestar o pioneirismo das homenageadas. Em alguns processos, é possível encontrar, anexada, a fotocópia de tal documento, com fim comprobatório. Em um projeto de lei, deparamos com uma carta do filho do casal a ser homenageado, pedindo para que lhes fossem rendidas tais homenagens. Ele as justifica com o fato de seus pais serem, comprovadamente, pioneiros da cidade:

*“Para comprovação da condição de pioneiros, estou enviando em anexos cópias xerográficas dos diplomas conferidos ‘in memoriam’ a meus pais, por ocasião das comemorações do Cinquentenário de Emancipação Política do Município, realizadas em 10 de dezembro de 1984”*²⁵⁷

A questão da maternidade e da dedicação aos filhos e ao marido, à família em geral, também aparece nos textos biográficos dessas mulheres duplamente homenageadas.

²⁵⁵ Projeto de Lei nº 376/97 que originou a Lei Municipal nº 7.147/1997. Denomina Rua Conceição Augusta Barboza de Góes.

²⁵⁶ Projeto de Lei nº 61/91 que originou a Lei Municipal nº 4.670/1991. Denomina Rua Maria de Jesus. Grifo nosso.

²⁵⁷ Projeto de Lei nº 09/94 que originou a Lei Municipal nº 5.707/1994. Denomina Rua Célia dos Santos Sá.

“Sempre foi mãe dedicada e exemplar e ajudou o marido na empresa Casa Vila Real S/A, a construir esta cidade no início de sua colonização”²⁵⁸

Assim, entendemos que não há um perfil único de mulheres representadas tanto no Memorial como nos logradouros da cidade de Londrina, elas são diversas. O que encontramos de semelhante são os discursos sobre a família, a participação no lar, a submissão do feminino em relação ao masculino, como já havíamos percebido ao analisar os nomes utilizados apenas para o batismo das ruas. Nas biografias daquelas duplamente homenageadas, é forte o discurso sobre o pioneirismo como legitimador das homenagens. E, como se não bastasse, na narrativa apresentada nos textos biográficos há, comumente, a ideia de comprová-la por meio do Diploma de Pioneiro de Londrina.

“Foi uma pioneira de Londrina, que faz parte da história desta cidade”²⁵⁹

Agora, é necessário apontar que não só os nomes das mulheres homenageadas aparecem no Memorial do Pioneiro. Elas também lá estão representadas por meio das imagens de Paulo Menten, engastadas nos mastros.

3.1. Imagens de mulheres

No Memorial do Pioneiro, há 17 mastros, sendo que em 15 deles há uma imagem. As imagens são todas de autoria do gravurista Paulo Menten, que as compôs ao longo de 25 anos e que foram selecionadas para integrar o Memorial. Para tal, foram colocadas de forma tridimensional em uma resina que se assemelha, visualmente, ao cobre. Esse processo ficou a cargo de Roberto Vendrametto.

Desse conjunto, queremos compreender se texto e imagens corroboram o discurso acerca do conceito expandido de pioneirismo em Londrina. Esperamos verificar, igualmente, quão sexualizadas são essas imagens e representações da Londrina pioneira e de que forma contribuem para a simetria ou a assimetria das relações de gênero.

Para isso, precisamos voltar nosso olhar a um novo conjunto de fontes: as imagens inscritas nesse conjunto memorial. Imagens são fonte preciosa para a história e, muitas

²⁵⁸ Projeto de Lei nº 346/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.953/2002. Denomina Rua Judith Piccinin Faria.

²⁵⁹ Projeto de Lei nº 167/94 que originou a Lei Municipal nº 5.848/1994. Denomina Rua Emerenciana Gonçalves Cesar.

vezes, podem ser tomadas como autoexplicativas ou até mesmo como mera ilustração de um trabalho²⁶⁰. O historiador Peter Burke procura refletir sobre como a história se relaciona com as imagens e também como procura diferentes formas de se relacionar com elas. Nesse sentido, Burke recorre ao historiador da cultura, Jacob Burckhardt, ao mencionar que “‘imagens e monumentos eram como testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano’, objetos ‘através dos quais é possível ler as estruturas de pensamento e representação de uma determinada época’”²⁶¹. Desse modo, analisamos as imagens inscritas em um dado conjunto monumental, concordando com Burckhardt, no sentido de que, por meio delas, podemos acessar o pensamento e as representações da cidade de Londrina quanto ao pioneirismo e as relações de gênero.

Em sua obra, Burke é assertivo quanto à crítica do olhar inocente, ou seja, assim como os historiadores desenvolveram metodologias e uma arguta criticidade para a análise de fontes escritas, é preciso também fazer o mesmo em relação às imagens. É necessário “inquirir” as imagens, tentando perceber discursos e produções de sentidos nelas inscritos.

(...) as imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos veem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação²⁶².

O discurso da imagem – como todo discurso – é historicamente datado. Assim, é preciso refletir tanto sobre a historicidade da imagem como em relação à sua análise e percepções. É por isso que Burke defende um olhar menos inocente e mais atento a essas nuances e sutilezas da imagem. Desse modo, ele nos diz:

As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo, a visão masculina das mulheres, a da classe média sobre os camponeses, a visão dos civis da guerra, e assim por diante. Os historiadores não podem dar-se ao luxo de esquecer as tendências opostas dos produtores de imagens para idealizar e satirizar o mundo que o representam²⁶³.

²⁶⁰ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

²⁶¹ BURCKHARDT apud BURKE, cf.p.13

²⁶² Idem, Cf.,p.232.

²⁶³ BURKE, Op.Cit. p.236-7.

Se refletirmos sobre as imagens inscritas no espaço urbano, podemos pensar que “a imaginária é uma das expressões da produção simbólica das sociedades. Contudo, a instituição dos símbolos está em correspondência com a dinâmica social e é no processo histórico que seus sentidos são criados e ressignificados”²⁶⁴. As imagens, urbanas ou não, são como uma linguagem²⁶⁵, dando ao transeunte a apreensão de certos discursos. Calvino disse que “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente”²⁶⁶, e, nesse sentido, Sandra Pelegrini procurou destacar que as imagens exibidas no espaço urbano produzem, nos observadores, determinadas leituras da cidade²⁶⁷.

Desse modo, é preciso pensar as imagens como uma linguagem – ao mesmo tempo específica, heterogênea e múltipla –, e que, como os documentos na linguagem escrita, também deve ser escrutinada. As imagens analisadas a seguir são obras de arte que foram transformadas em monumentos. O que nos interessa saber é que sentido essas imagens produzem ao estarem inscritas no espaço urbano londrinense, quais sentidos têm para o discurso do pioneirismo e quais sentidos revelam para as representações de mulheres.

Importante realçar que não há, na imaginária urbana londrinense, imagens de mulheres²⁶⁸, exceto uma única santidade feminina, Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Dessa forma, é significativo atentar para o Memorial do Pioneiro e em como as mulheres foram nele representadas.

São 15 obras de Menten nos mastros que compõem o Memorial do Pioneiro, sendo que em seis delas, há a presença de figuras femininas, que, como vimos, sempre foram recorrentes na obra de Menten. No entanto, essas mulheres de Menten são diferentes daquelas presentes em outras de suas obras, são mulheres menos sensuais, mais recatadas e discretas. São mais “*de família*”, esposas que acompanharam seus maridos na aventura de abrir uma cidade no sertão. Assim, é frequente que as mulheres, no memorial, sejam representadas com crianças, lembrando a sempre propalada “vocação natural” feminina

²⁶⁴ KNAUSS, Paulo et.al.. 1999, p. 158.

²⁶⁵ JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

²⁶⁶ CALVINO, 2006, p. 23.

²⁶⁷ PELEGRINI, Sandra C. A. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. Revista Esboços. V.15 nº 19. 2008, p-p217-239.

²⁶⁸ Sobre a imaginária francesa do século 19, Michelle Perrot destaca que: “a estatuaría abundante do século 19 multiplica as alegorias femininas nos frontões das estações ferroviárias ou dos bancos, coloca musas ao lado dos grandes homens que elas coroam. [...] As cidades do século 19 estão submersas em imagens de mulheres”. PERROT, 2005, p.349.

para a maternidade e sua obrigação primeira, as lides domésticas. Há a representação da mulher-mãe em três imagens, que seguem reproduzidas.



Figura 11 Pioneiros - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno Sanches M. Silva



Figura 12: Londrina Antiga: Paisagem Urbana 1 - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva

As figuras presentes nos mastros são de dimensão média, em geral de 45cm x 54cm. O que essas obras de Menten têm em comum, além da representação do cotidiano de Londrina no início da colonização na década de 1930, é a presença das construções de madeira e a simplicidade da chamada *cidade-menina* e que iria se agigantar em futuro próximo. Note-se que, na última imagem (figura 13), está representada a relação econômica que configurou a formação de Londrina, ou seja, a relação muito próxima entre campo e cidade e a figura do homem do campo.



Figura 13: Londrina ao Sol - 1935 - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva

Destaca-se também o fato de que os homens são mais diversos, há aqueles que se mostram mais abastados, com seus ternos e guarda-pós (para protegê-los da terra vermelha); há aqueles que aparentam maior simplicidade, talvez mais apropriada para o trabalho. As mulheres, nas três imagens, estão segurando ou protegendo uma criança, a mulher que guarda o futuro.

O futuro das crianças e da cidade-menina é representado por Menten em uma figura única: a menina pioneira. Nessa obra, o artista retratou uma criança, com as mãos para trás,

em uma atitude tímida, acanhada. As crianças pioneiras representam o futuro, pois são elas que construirão a Londrina do porvir, e foram elas que cresceram junto com a cidade.



Figura 14 Menina Pioneira - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva.

Se analisarmos o conjunto das obras do Memorial do Pioneiro, vamos perceber que, nas primeiras imagens, há a representação de uma cidade ainda simples e rústica, sem normas de urbanização, uma cidade que estava por ser feita. Porém, ao analisarmos as imagens nos últimos mastros, já próximos à Avenida Souza Naves, perceberemos que é notória a transformação da paisagem, sendo essa agora mais urbanizada. Isso é perceptível pelo desnível existente entre a calçada e a rua, pela utilização dos muros para separar as residências e ainda pela presença de postes de energia elétrica, mostrando a transformação urbana sofrida pela cidade. Em uma dessas imagens, inclusive, é possível perceber a torre de uma chaminé de indústria. Essas representações mostram o “progresso” que a cidade conheceu, porém, na outra imagem, identifica-se um incipiente pé de café, ou seja, mais

uma demonstração de que a Londrina urbanizada e desenvolvida ainda estava atrelada ao campo e ao ouro verde, fonte de sua riqueza.



Figura 15: "Londrina Antiga: Paisagem Urbana 3" - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro) Foto: Bruno S.M. Silva.



Figura 16: (Sem a placa de identificação) - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva.

Há mais duas obras que contêm representações das mulheres pioneiras. Uma delas mostra uma cena muito recorrente nas narrativas sobre a história de Londrina: a chegada da catita. Catita é o nome dado aos ônibus pioneiros da Viação Garcia, responsáveis por trazer os futuros compradores de terras até Londrina. Na inauguração do Memorial, em 2007, foi usada justamente uma catita, para rememorar a chegada desses homens e mulheres em busca da construção de cidades e sonhos. Na obra também há o descompasso numérico entre homens e mulheres. No entanto, é sabido que os homens migravam primeiramente e depois buscavam as mulheres e crianças. Há sete personagens na imagem, sendo uma mulher.



Figura 17: Catita - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva

A última imagem, na qual há representação feminina, é uma de grande destaque no conjunto monumental. Ocupando uma face inteira de um dos mastros, está a obra “Mulher Pioneira”. Maior em dimensões (100cmx54cm) que as demais imagens, essa obra apresenta

uma mulher pioneira de braços cruzados sobre a frente do corpo. Está vestida de forma simples com um lenço a lhe envolver a cabeça. Parece posar para o retrato, descansadamente. O lenço na cabeça e as vestes simples nos levam a entender que a mulher trabalhadora está representada ali, seja no lar ou na terra ou até mesmo como inspiradora para outras famílias. É uma imagem imponente, o que ressalta a importância da mulher simples, da mulher doméstica, da mãe e da esposa no processo de colonização da cidade de Londrina.



Figura 18: Mulher Pioneira - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro).
Foto: Bruno S. M. Silva.

No entanto, lembramos que as relações de gênero não podem ser analisadas tomando homens e mulheres isoladamente, sem a percepção das relações de gênero em que ambos estão presentes. Ou seja, é preciso tomar também o masculino em análise para perceber como as relações de gênero estão delineadas e determinadas em qualquer fonte de análise, como o Memorial do Pioneiro e suas imagens. Desse modo, se pensarmos o conjunto de imagens, temos 11 imagens com presença masculina, sendo que em 7 delas há exclusivamente a representação masculina. Percebemos também que a representação

masculina se dá de forma mais diversa, contemplando igualmente as diversas classes sociais que migraram para o norte do Paraná. É possível perceber, nas figuras 19 e 20, que os homens retratados na primeira estão vestidos com roupas mais sociais, chapéus menores, poses altivas e sem instrumentos de trabalhos, enquanto, na segunda imagem, os homens apresentam-se de forma mais simples, usando chapéus largos.



Figura 19: Série Pioneiros - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro) Foto: Bruno S. M. Silva.



Figura 20: Pioneiros de Londrina - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro) Foto: Bruno S. M. Silva

Assim como a “Mulher Pioneira”, há o “Homem Pioneiro”, uma imagem única, na qual o homem pioneiro é retratado por Menten. Trata-se de uma imagem de grandes

proporções, bem maior que qualquer outra das obras do Memorial. O “Homem Pioneiro” mede 140cm de altura e 54 de largura, ocupando, desse modo, mais da metade de uma lateral do mastro (cada faceta do monumento tem 215cm de altura e 66cm de largura). A personagem representada revela-se também muito diferente da “Mulher Pioneira”.

Nessa obra, não há delicadeza nem serenidade, tampouco descanso, há ação. O homem de perfil indica com o braço arqueado o caminho, o movimento, direciona a ação. Está de chapéu, paletó e botas, homem importante, urbano, não do campo. Faz-se o gênero, ou seja, a construção sociocultural das diferenças entre os sexos, e percebemos isso na comparação entre as imagens, do homem e da mulher pioneiros. Ao analisar as imagens, lembramos de Burke a nos dizer que os produtores de imagens podem tentar controlar as interpretações que os espectadores dão às figuras e, para isso, podem se valer do recurso da “(...) ênfase dada a uma pessoa e não a outra por diferenças em tamanho ou cor”²⁶⁹. Nesse caso, a ênfase foi dada à ampla dimensão da imagem do homem pioneiro.



Figura 21: Homem Pioneiro - Paulo Menten (Memorial do Pioneiro). Foto: Bruno S. M. Silva.

²⁶⁹ BURKE, op.cit, p. 231.

Mas cabe destacar que há uma diferenciação do conceito de pioneiro, explícito nessa imagem, daquelas primeiras formulações elaboradas acerca do pioneirismo. Sonia Adum destacou que as obras comemorativas, sobretudo a do Jubileu de Prata (1959), tratavam os pioneiros como os senhores vencedores e enriquecidos junto com o progresso da cidade.

Esses protagonistas, que se materializam nas páginas das obras através de fotografias nas quais são apresentados rodeados por familiares em suas casas confortáveis, têm exaltados seus feitos e seus modos.²⁷⁰

Como destacado, esse pioneiro representado nas obras de Menten é um pioneiro da ação, do combate, da coragem e do destemor, pouco combina com a imagem criada de um senhor confortavelmente instalado em sua residência e cercado por familiares, ou seja, uma ideia de acomodação que se distancia da ação.

Também foi possível perceber, pela análise das imagens presentes nos mastros do Memorial do Pioneiro, que Paulo Menten, cuja obra sempre foi marcada pela representação de mulheres sensuais, rompe com essa tendência ao retratar mulheres quietas, recatadas. Imaginamos que o artista tenha entendido que nus e eroticidade não caberiam na proposta de retratar o pioneirismo, honrando os bravos homens e mulheres que, no sertão, construíram suas famílias e uma cidade. Mas, com isso, há também uma grande valorização do masculino. Mais uma vez, foram ocultadas do espaço certas mulheres pioneiras, as prostitutas. Elas chegaram junto com a Companhia, sendo, portanto, pioneiras, mas não ganharam destaque nas representações, talvez apenas sejam citadas em meio a tantos nomes.

O homem pioneiro, a quem cabem a bravura e o destemor, é que está presente mais largamente no Memorial. São eles aqueles reconhecidos como grandes construtores e responsáveis pelo sucesso da cidade. Há, sem dúvida, uma grande ampliação do uso da memória, com a construção do Memorial. Os pioneiros e as pioneiras são homenageados em ordem alfabética, sem distinção de cor, gênero ou condição social. Mas há também uma assimetria nas relações de gênero e reforço de padrões e expectativas sobre as mulheres, e para tal percepção, é preciso consultar as imagens, essa linguagem de traços e contornos que Paulo Menten inscreveu no espaço urbano de Londrina.

²⁷⁰ ADUM, 2009, p12.

4. Totem ou semióforo? : a imaginária urbana preenche de sentidos

É preciso admitir que esses mastros são imbuídos de caráter único, foram erguidos para conectar gerações de cidadãos e remontar a um tempo áureo da cidade, ainda muito vivo na memória. Possuem o caráter da imaginária urbana, como ressaltou Paulo Knauss, de carregar de sentido o espaço e promover a identificação com a população. Assim, poderiam também ser entendidos enquanto semióforos, elementos destituídos de valor real e de utilidade, mas bastante dotados de valor simbólico.

De origem grega, a palavra semióforo (*semeiophoros*) tem sua formação a partir de outras duas: *semeion*, que significa sinal ou signo, e *phoros*, que significa expor, trazer para frente. Marilena Chauí comenta que o *semeiophoros* está, igualmente, ligado ao sentido de fecundidade, pois *phoros* também significa pegar – na acepção de que uma planta pega, vinga na terra. Mas mais do que em razão da origem etimológica da palavra, “um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”²⁷¹.

Marilena Chauí explica que, anteriormente, os semióforos eram plaquetas deixadas nas estradas para indicar o caminho e, quando postas em frente a determinados prédios, indicavam-lhes a função. Mas a palavra também significou os estandartes, carregados pelos exércitos, anunciando suas origens ou dando instruções aos combatentes. Para a filósofa, “como algo precursor, fecundo ou carregado de presságios, o semióforo era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com consequências presentes e futuras para os homens”.²⁷² E a autora prossegue, reforçando o elevado caráter simbólico desses elementos: “com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica”.²⁷³

Contudo, é imperativo saber quais elementos se encaixam nessa concepção de semióforos, quais elementos seriam esses portais que ligam o visível ao invisível. Aquilo que, nos primórdios, eram tabuletas indicativas, hoje pode ser entendido inclusive como uma pessoa:

²⁷¹ CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p.12.

²⁷² Idem, *ibidem*.

²⁷³ Idem, *ibidem*.

(...) no topo das sociedades ‘encontram-se sempre um ou mais homens-semióforos, que são os representantes do invisível: dos deuses ou de um deus, dos antepassados, da sociedade vista como um todo etc.’ Esses homens-semióforos estabelecem uma distância entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semióforos e deles fazendo alarde.²⁷⁴

Expandindo o conceito, Chauí nos diz que:

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar **o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo**, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo o espaço) ou **o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade)**, e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência²⁷⁵.

O semióforo não é apenas o elemento em si, mas também, como aponta Chauí, algo relacionado com rituais e lugares aos quais está ligado.

É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinação a lugares santos, representações teatrais de feitos heroicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos [...], templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, enfim, **locais onde toda a sociedade possa comunicar-se celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade.**²⁷⁶

A utilização de *totem* nas fontes oficiais sobre o Memorial é mais do que uma prática semântica ingênua, implica em uma produção de sentido. É a sacralização do discurso do pioneirismo e dos pioneiros e pioneiras, agora catapultados para a condição de guardiões da cidade, antepassados protetores. Entendemos o Memorial do Pioneiro como semióforos, tendo em vista que foi construído com o propósito de homenagear os “pioneiros” e “pioneiras” da cidade, mas também de unir a população por meio de um valor ou de personagens que a coletividade unida comungasse. Tem a capacidade de coligar passado e presente, é uma espécie de portal temporal.

²⁷⁴ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**. Memória e estratégias de consagração do Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. p.44.

²⁷⁵ CHAUI, op.cit., p.12. grifo nosso.

²⁷⁶ Idem, ibidem, grifo nosso.

Como procuramos mostrar, na construção desse conjunto monumental, há uma significativa reformulação dos conceitos de pioneiro e de pioneirismo, açambarcando agora 3.000 nomes a mais do que na comemoração do Cinquentenário. Foram 577 em 1984 e 3.800 no Memorial do Pioneiro, em 2007. Com isso, houve também uma maior participação numérica das mulheres, pois em 1984 foram 236 homenageadas e, em 2007, esse número passou para 1.212. Consequentemente, deu-se a diversificação das homenageadas. Conquistaram espaço as mulheres pobres, as donas de casa e as empregadas domésticas. O Memorial instituiu que é pioneiro quem chegou primeiro e não quem venceu, quem deteve – e/ou ainda detém – poder, alteração que é basilar para a inclusão das mulheres nesse conceito e no espaço urbano, rompendo algumas das barreiras entre o público e o privado.

Considerações finais

A ideia central que orientou a elaboração dessa pesquisa foi de que tanto a organização do espaço urbano quanto as relações de gênero não são naturais, apesar de ambos terem sido naturalizados. O foco foi mostrar como ambos são construídos e elaborados, inclusive em mútua colaboração. Talvez, por isso, tenha parecido estranho a tantos interlocutores tentarmos, por vezes, explicar sobre o que se tratava a pesquisa.

O espaço urbano, por meio de seus diversos elementos, como ruas, prédios, praças, parques, etc., é entendido como simples e natural, como se tudo aquilo sempre tivesse estado lá e sempre houvesse se chamado assim. Afinal, as pessoas vivem isso, usufruem disso e dominam o que acreditam ser seu de direito. Assim, procuramos revelar as relações e disputas de poder, sobretudo no que tange à consolidação de memórias e grupos sociais por meio do espaço urbano. A maneira que achamos oportuna – e fascinante – de alcançar tal objetivo foi investigar as relações de gênero presentes nas nomeações de ruas.

Quisemos mostrar que as relações de gênero são social e historicamente construídas, ou seja, que os comportamentos entendidos como normais para homens e mulheres são constructos de múltiplos agentes. Nesse sentido, refutamos as explicações biológicas longamente utilizadas, como aquelas que justificam e legitimam a subordinação das mulheres e a propalada supremacia masculina. Essa discussão está presente na conhecida frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir, na qual, afastando-se das concepções biológicas e considerando as prerrogativas culturais e históricas, ela afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher. É de fundamental importância a percepção de que as relações de gênero não podem ser analisadas, tomando homens e mulheres isoladamente, sem a percepção das relações sexuais em que ambos estão presentes.

Foi preciso entender o processo de subjugação das mulheres que foram vilipendiadas como pecadoras, impuras ou então rotuladas como frágeis e indefesas; sempre foram subestimadas e preteridas na política, na economia, no acesso aos direitos e na participação pública. A produção, reprodução e manutenção desses discursos machistas se deram por meio das mais diversas instâncias disciplinadoras e normatizadoras do comportamento feminino. A pressão vem da religião, que considera a mulher boa quando ela é calada, dócil, apta para a reprodução; da escola, quando não permitiam que as mulheres ensinassem,

tendo em vista sua natureza venenosa; ou até mesmo depois, quando lhe dão status de “mãe espiritual” de todos os alunos, reproduzindo sua “função natural” da maternidade ou então quando não lhe davam o direito de estudar. Afinal, para ser mãe e dona de casa, não era necessário saber ler e escrever. A pressão vem também da família, quando não lhe dão opções para se casar (ou a escolha de não se casar), pois o pai é quem sabe o que é melhor para a filha, já que esta é, por natureza, muito ingênua; quando a própria mãe regulamenta e disciplina as saídas e as amizades da filha, com medo que ela possa “se perder”.

O comportamento das mulheres é disciplinado e regulado também quando os demais ignoram seu trabalho diário esforçado e exaustivo no lar e não a reconhecem por isso, ou, seu oposto, quando a condenam ao lar como sua única forma de trabalho e vida. Quando ignoram sua sexualidade, negando-lhe prazer e paixão; ou, então, lhe negam igualmente as informações sobre seu corpo, seu prazer e sua vida. Passando por todas essas instâncias é que se formou o pensamento normativo acerca do feminino, eivado de representações sobre a boa e a má mulher.

Em verdade, foi nosso propósito com o presente trabalho identificar as representações elaboradas e reproduzidas acerca das mulheres e, para isso, tomamos o espaço urbano como revelador dos imaginários, valendo-nos das homenagens prestadas às mulheres por meio das nomeações de ruas. Queríamos, assim, perceber se o discurso sexista estaria presente nas nomeações de ruas e, dessa forma, mostrar como o pensamento normativo atribuía normas e padrões de condutas que foram reforçados nas biografias das homenageadas. Nosso objetivo não foi, precisamente, pormenorizar quem foram essas mulheres, mas sim investigar as imagens que foram construídas a respeito delas, tendo como fonte de análise as suas biografias, necessárias para as nomeações de ruas. Desse modo, procuramos mostrar o processo de construção do silêncio, do esquecimento das mulheres e o não reconhecimento, ou em menor número, de seu trabalho e seus esforços, tanto no lar como fora dele.

Assim, queremos concluir que o passar dos anos e as lutas de movimentos feministas nacionais e internacionais surtiram efeito. As mulheres expandiram-se no mercado de trabalho, nos cargos públicos e puderam – ainda que existam muitas questões a resolver – ser donas de suas próprias vidas e corpos. Tomando as relações de gênero como histórica e espacialmente localizadas, entendemos que há uma sutil discriminação de gênero no espaço urbano londrinense, pois a urbe também é histórica e nela estão repetidos os discursos da

sociedade que a produziu. Tendo como exemplo os números: em Londrina, passou-se de um logradouro batizado com nome de mulher, na década de 1950, para 307 na década de 1990, havendo, claramente, um grande aumento da presença das mulheres no espaço urbano londrinense.

Em nosso entendimento, as relações de gênero assimétricas são reproduzidas pelas representações presentes nos textos biográficos dos projetos de lei que dão nomes aos logradouros. Ali estão presentes valores e ideias que eram entendidos como padrões para o comportamento feminino, como a vocação para a maternidade; a necessidade de se casar, e a consequente submissão ao marido, e a devoção total aos filhos; a opção – apenas em caso de extrema necessidade – pelos empregos “honestos” e femininos, como o magistério ou as profissões ligadas ao lar; e o lar, entendido como o espaço soberano da mulher e somente onde ela poderia ser rainha.

Tais valores e representações ainda estão presentes em nossa sociedade, tendo em vista que os textos biográficos, analisados ao longo da pesquisa, foram escritos nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI, ou seja, tais concepções acerca do feminino, da mulher e de seu papel em sociedade permanecem vivas e arraigadas. A discriminação de gênero encontra-se nas sutilezas dos textos, como o fato de, invariavelmente, as biografias das mulheres – quando homenageadas junto com seus maridos – serem menores que as de seus cônjuges; também pela constante referência ao trabalho feminino como “ajuda” no orçamento; na exaltação do cumprimento, pela mulher, de seu papel natural, o de mãe, entre outros aspectos, que procuramos apontar ao longo do trabalho. As representações das mulheres são inúmeras, conseguimos, brevemente, apenas indicar e analisar algumas.

A criação e a manutenção das representações – esses esquemas intelectuais aliados às práticas discursivas – visam, muitas vezes, o controle e a autoridade daqueles que produzem tais imagens de si ou de outros sobre os demais grupos sociais. É por isso que dizemos que, com o passar do tempo, houve uma significativa inserção das mulheres nas homenagens urbanas propostas pelos setores da sociedade organizada. Contudo, os discursos elaborados e presentes nos textos biográficos são mantenedores das representações da mulher dependente e essencialmente mãe. Mesmo sobre aquelas mulheres que se destacaram em suas atuações profissionais, é preciso – no

entendimentonormativo – ratificar que elas foram também boas mães e esposas. Isso tudo dito nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI.

Também é preciso recordar que se trata de uma pesquisa sobre o batismo de logradouros em uma cidade jovem, porém agigantada, do norte do Paraná, na qual são muito pungentes os discursos e representações acerca da formação da cidade e de quem a viu nascer e a ajudou a crescer: os pioneiros. Esses discursos eram tradicionalmente centrados na figura e na ação masculina, pois, no pensamento tradicional, eivado de concepções machistas, cabiam ao homem as grandes ações e empresas, os atos destemidos que o pioneirismo demanda. Logo, esses personagens foram homenageados com nomes de logradouros públicos na cidade (mostramos que a década de 1980 é o momento em que essas personalidades têm maior destaque no espaço urbano).

No bojo das disputas das memórias, houve a expansão do conceito de pioneiro, descentralizando-o da ideia de sucesso e agregando todos aqueles que chegaram ao longo dos dez primeiros anos (entre 1929 e 1939) do processo de formação da cidade de Londrina. Desse modo, homens e mulheres, agora entendidos como “os primeiros”, são diversos em etnia, sexo, idade e condições financeiras. Foi-nos possível a constatação de tais mudanças no conceito de pioneirismo pela análise da inscrição no espaço urbano de 3.800 nomes de pioneiras e pioneiros, ritualizados e sacralizados em textos e imagens no conjunto monumental denominado Memorial do Pioneiro, cujo projeto e construção visava a elevação desses pioneiros e pioneiras ao status de ancestrais protetores do povo londrinense, um panteão a céu aberto.

Contudo, o gênero – a percepção das construções sobre masculino e feminino – faz-se nas sutilezas. As constatações a que chegamos de que as mulheres foram progressivamente se colocando nos espaços públicos, assim como conquistando direitos de participação na categoria “pioneiros da cidade”, precisam ser balanceadas com as sutilezas de gênero expressas em suas biografias, como apontamos. No que tange às mulheres, destacamos a inferiorização de seus trabalhos, a menor importância dada às suas biografias que a de seus cônjuges, a necessidade de abnegação e dedicação à família, sobretudo aos homens da família, a constante referência ao papel de mãe. A maternidade foi expressa em textos biográficos e imagens do Memorial do Pioneiro. Há um silêncio no espaço urbano sobre o sexo e, conseqüentemente, sobre as prostitutas, também pioneiras da primeira hora.

Em um mundo de representações, é preciso que a elas estejamos atentos e críticos. A verdadeira liberdade não vem do rompimento com as diversas representações e padrões impostos, mas sim da tomada de consciência de sua existência e a pronta decisão de mantê-los ou não. Tendo em vista as contundentes representações da mulher-mãe, não quisemos aqui advogar em prol de uma mulher libertária, desapegada de laços familiares e matrimoniais, ao contrário, esperamos contribuir para a tomada de consciência do caminho transcorrido e das representações imputadas à coletividade feminina, ansiando que isso permita às mulheres suas próprias decisões e imagens.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**. Memória e estratégias de consagração do Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996
- ADUM, Sonia M. S. L. Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em **Londrina 1930/1960**. Dissertação (Mestrado) Assis: Unesp, 1991.
- _____. Práticas discursivas, patrimônio e memória: Monumento Memorial do Pioneiro. IN: SILVA, Claudia. MORAES, Vanda (org.). **Encontro Cidades Novas**: a construção de políticas patrimoniais. Londrina: edição humanidades, 2009.
- ALDERMAN, Derek. Street names and the scaling of memory: the politics of commemorating Martin Luther King, Jr. within the African American Community. *Area*, vol.35, nº2 (jun., 2003), pp. 163-173
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: Representações da política em Londrina: 1930 – 1975. Londrina: EDUEL, 2008.
- ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional IN: História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino da UEL, nº1, p-p 69 -82, 1995
- AZARYAHU, Maoz. The critical turn and beyond: the case of commemorative street naming. *ACME: An International E-journal for critical geographies*, 2011, 10 (1), 28-33
- BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Tradução de Gilson Maurity. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Vol 5 (Antropos). Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.
- BENATTI, Antonio Paulo. O centro e as margens: Boêmia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970) Dissertação (História). Curitiba, 1996
- BONI. P.C. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40 IN: BONI, P.C. (org.) **Certidões de Nascimento da História** : o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.
- BORGHI, Eduardo. B.; MACHADO, Tatiane V. Breve História do Jardim União da Vitória. IN: CESÁRIO, Ana Cleide C.; ALMEIDA, Ana Maria C. (org.). **Diálogos com o Patrimônio e a Memória Coletiva**: ações extensionistas. Londrina: SETI, 2010.
- BORTOLOTTI, João Baptista. **Planejar é preciso**: memórias do planejamento urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRISOLARA, Maria Cristina F. **A representação da mulher na cidade do Rio Grande em dois marcos temporais**: um olhar semiótico sobre um jeito de fazer história. TESE (Doutorado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
-

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **As cidades invisíveis**. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi, 2ª Edição. Companhia das Letras, 2006.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995

CASARIL, Carlos C. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009,

CASTRO, Rosimeire Ap. A. **O cotidiano e a cidade**: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960) Dissertação (História), Curitiba: UFPR, 1994.

_____. **Ecos da Memória**: Uma contribuição à história da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975). Tese de doutorado(História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica , 2003

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001

CODATO, Adriano N.; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.271-302 – 2004.

DIAS, R. B. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. História e Ensino – Revista do Laboratório de Ensino de História/UEL. Londrina, V.6, p.103-120, out.2000.

DOSSE, François. El arte de la biografia: entre historia e ficción. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007;

FERNANDES, Priscila Martins. Questões de identidade e de estratégias de sobrevivência e de ascensão social de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História Social) Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010.

_____. **Imigrante japonês e sociabilidade na fronteira**: Londrina: 1930 – 1953. MONOGRAFIA (Especialização em História Social). Londrina: UEL, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV,2009.

FRESCA, Tania Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. Geografia. Londrina, v.11, n.2, p. 251-274, jul./dez., 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa 70 anos, organização Ricardo B. de Araújo e Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995

IVANO, Rogério. **Crônicas de Fronteira**: imagem e imaginário de uma terra conquistada. DISSERTAÇÃO (mestrado). Assis, UNESP, 2001.

JOLY, Martine. **Introdução à análise de imagem**. Campinas: Papirus, 1996

KNAUSS, Paulo. Introdução. IN: _____. **Cidade Vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999

KNAUSS, Paulo et.al.. **Esfinges urbanas**: quadros da imaginária urbana. IN: KNAUSS, Paulo. **Cidade Vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

KNAUSS, Paulo. Introdução. IN: _____. **Sorriso da Cidade**: imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930 – 1950** (de cores proibidas ao perigo amarelo). Dissertação (mestrado). Maringá: UEM, 2006

LAMOUNIER, Alex A. **Atmosfera de ruas**: identificação de componentes e qualidades em Londrina – PR. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Geografia), Londrina: Universidade: UEL, 2006

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. IN: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional – casa da moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LEME, Edson H. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. 2ª edição. Londrina: Eduel, 2009.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 2ª edição, 1986

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. IN: REMOND, René (org.) **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O totemismo hoje**. Tradução Malcolm Bruce Corrie. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

LIMA, F. C. de. **Prestes Maia em Londrina**: moderno em que sentido? Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2000.

LOSNAK, M. IVANO, R. **Lavrador de Imagens**: uma biografia de Haruo Ohara. Londrina: S.H. Ohara, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

MENESES, Ulpiano Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História. São Paulo, V5 No. 8/9. PP.197-205. set. 1984/abr.1985.

MILO, Daniel. Le nom de rues. IN: NORA, Pierre (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1997, vol.2.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**: A História da Shindo Renmei. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

NADER, Penha M. F. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. Vitória (ES) 1970 – 2000. Dissertação (História Social das Relações Políticas), Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n.10, p.07-28, dez.1993

NUNES, Maria José. R. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVA, Alfredo. S.; BENATTE, Antonio Paulo (Org.) . Cem anos de Pentecostes: Capítulos de história do pentecostalismo no Brasil. 1. ed. São Paulo: Fonte, 2010

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. IN: FERREIRA, A. C., BEZERRA, H.G. e DE LUCCA, T. R. (org.) **O historiador e seu tempo**: encontros com a história. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008.

PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. Revista Esboços. V.15 nº 19. 2008, p-p217-239

PERROT, Michele. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. IN: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. A era dos modelos rígidos. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. A era dos modelos flexíveis. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012b.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10. 1992.

RAMON J., Gabriel. Com a pátria nas paredes. A regularização da nomenclatura urbana de Lima (1861). IN: BRESCIANI, Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2001

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. **As praças brasileiras**. São Paulo: IMESP, 2003

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988. Série Primeiros Passos.

ROSEMEBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. IN: PINSKY, Carla B. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012

RUSHING, W. J., 'Ritual and Myth: Native American Culture and Abstract Expressionism', in Tuchman, Maurice (Ed.): *The Spiritual in Art – Abstract Painting 1890 -1985*, Los Angeles County Museum of Art, 1986, p.273-295

SALVADOR, Marco Antonio Santoro; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves Soares. **A memória da Copa de 70**: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

SILVA, Helenice Rodrigues. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n.44, 2002, pp. 425 – 438.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Wilton. Biografias: construção e reconstrução da memória. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 151-166, jul./dez. 2009.

SILVA, Bruno S.M. MORAES, Daniela R. A Pequena Tóquio na Pequena Londres: imigração e comércio na Rua Sergipe em Londrina (1930 – 1960) IN: MAGALHÃES, Leandro H. **Rua Sergipe**: patrimônio cultural londrinense. Londrina: Edunifil, 2012

SOHIET, Rachel. História das Mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SOUZA, E et all. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2000, 13(3), pp.485-496.

SOUZA, C F. O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público) IN: BRESCIANI, Maria S. (org.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001

TERCIOTI, Talita V. **Futebol e nacionalismo na revista VEJA (1969-1970)**. IN: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Londrina, 2011.

VILLELA, Heloisa de O. S. Normalistas históricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, nº 22, 2009.p-p: 67-81.

YAMAKI, H. **Labirintos da Memória**: paisagens de Londrina. Edições Humanidades. Londrina: Midiograf, 2006.

Outras referências

Catálogo da Exposição Paulo Menten – Gravuras – 75 anos, 2002

O 'pai' dos totens do memorial. Folha de Londrina, Londrina, 22 de agosto de 2006. Folha 2.

Paulo Menten: um encontro com o mestre da gravura". Ano: 1999, Direção: Waurides Brevilheri Jr

Fontes Citadas:

Projeto de lei nº 41/81 que originou a Lei Municipal nº 3.287 de 1981.

Projeto de lei nº 12/83 que originou a lei municipal nº 3.578/83. Rua Clara Nunes

Projeto de Lei nº49/84 que originou a Lei Municipal nº 3.681/84. Denomina Praça Maria Thereza Vieira

Projeto de Lei 58/87 que originou a Lei Municipal nº 3.990. Denomina Rua Tsuru Oguido.

Projeto de lei nº 14/1991 que originou a Lei Municipal nº 4.640/1991. Denomina Rua Lindalva Silva Bassetto

Projeto de Lei nº 61/91 que originou a Lei Municipal nº 4.670. Denomina Rua Maria de Jesus

Projeto de lei nº 126/92 que originou a Lei Municipal nº 5.034/1992. Denomina Rua Maria Serrato Batista.

Projeto de Lei nº 68/93 que originou a Lei Municipal nº 5.381/1993. Denomina Rua Alzira Postali Gewehr.

Projeto de lei nº177/93 que originou a Lei Municipal nº 5.482/1993. Denomina Rua Izabel Guilhen Garcia

Projeto de lei nº 300/93 que originou a Lei Municipal nº 5.559/1993. Denomina Rua Francisca Mendes.

Projeto de lei nº 411/93 que originou a Lei Municipal nº 5.645/1993. Denomina Rua Inês Sanches Mendes

Projeto de Lei nº 09/94 que originou a Lei Municipal nº 5.707/1994. Denomina Rua Célia dos Santos Sá

Projeto de lei nº 102/94 que originou a Lei Municipal nº 5.772/1994. Denomina Rua Maria Oliveira Souza Mello

Projeto de Lei nº 167/94 que originou a Lei Municipal nº 5.848/1994. Denomina Rua Emerenciana Gonçalves Cesar

Projeto de Lei N/I que originou a Lei Municipal nº 5.989/1994. Denomina Rua Josefa Simões Gimenez

Projeto de lei nº 385/95 que originou a Lei Municipal nº 6.397. Denomina Rua Amélia Donegá Spoladore

Projeto de lei nº 334/95 que originou a lei municipal nº 6.298. Denomina Rua Lindalva Bandeira Milhomen Campos.

Projeto de lei nº 381/95 que originou a Lei Municipal nº 6.361/1995. Denomina Rua Adelina Miola Lopes

Projeto de lei nº 536/95 que originou a Lei Municipal nº 6.465/1995. Denomina Rua Maria Maura Rielli Victorelli

Projeto de lei nº 856/95 que originou a Lei Municipal nº 6.087/1995. Denomina Rua Isaura Marques Pereira

Projeto de Lei 17/96 que originou a Lei Municipal nº 6.509/1996. Denomina Rua Rosa Vieira Badin

Projeto de lei nº 29/96 que originou a Lei Municipal nº 6.502/1996. Denomina Rua Luiza Donoso Gonzalez

Projeto de lei nº 167/96 que originou a Lei Municipal nº 6.605/1996. Denomina Rua Eliana Maria Tarasconi Peixe

Projeto de lei nº 181/96 que originou a Lei Municipal nº 6.615. Denomina Rua Helena Caraminan

Projeto de lei nº 491/96 que originou a Lei Municipal nº 6.801/1996. Denomina Rua Edith Sabóia Franco

Projeto de Lei nº 523/96 que originou a Lei Municipal nº 6.892/96. Denomina Rua Ângela Munhoz Moreno Dona

Projeto de lei nº 247/97 que originou a Lei Municipal nº 7.101/1997. Denomina Rua Lucinei Vasconcelos de Castilho

Projeto de Lei nº 376/97 que originou a Lei Municipal nº 7.147/1997. Denomina Rua Conceição Augusta Barboza de Góes

Projeto de lei nº 39/98 que originou a Lei Municipal nº 7.342/1998. Denomina Rua Adelina Ferracini Paglia

Projeto de lei nº 39/98 que originou a Lei Municipal nº 7.342/1998. Denomina Rua Maria Conceição Moreira

Projeto de lei nº 62/98 que originou a Lei Municipal nº 7.370/1998. Denomina Rua Francisca Merlos

Projeto de lei nº 106/98 que originou a Lei Municipal nº 7.407/1998. Denomina Rua Carmen Marçola Pazini.

Projeto de lei nº 291/98 que originou a Lei Municipal nº 7.521/1998. Denomina Rua Maria Pimenta de Souza.

Projeto de lei nº 355/98 que originou a Lei Municipal nº 5.973/1994. Denomina Rua Maria Tito da Motta Mendes

Projeto de lei nº 44/99 que originou a Lei Municipal nº 7.964/1999. Denomina Rua Ivone Maria Orecelli de Oliveira

Projeto de lei nº 163/99 que originou a Lei Municipal nº 7.779. Denomina Rua Maria Rodrigues Alves

Projeto de lei nº238/99 que originou a lei municipal nº 7.829/1999. Denomina Rua Leni Remonato Mendes

Projeto de lei nº237/99 que originou a lei municipal nº 7.826/1999. Denomina Rua Leontina Augusta.

Projeto de lei nº 286/99 que originou a Lei Municipal nº 7.869/1999. Denomina Rua Nisa Maria Lopes do Carmo.

Projeto de lei nº 354/99 que originou a Lei Municipal nº 7.909/1999. Denomina Rua Emma Anna Oldemberg Astafieff.

Projeto de lei nº 376/99 que originou a Lei Municipal nº 7.943/1999. Denomina Rua Luzia Henrique do Nascimento

Projeto de lei nº 402/99 que originou a Lei Municipal nº 7.960. Denomina Rua Ernesta Chimenton Tesser

Projeto de lei nº 454/99 que originou a Lei Municipal nº 7.662/1999. Denomina Rua Benedita Almeida de Oliveira.

Projeto de Lei nº447/99 que originou a Lei Municipal nº 7.993. Denomina Rua Maria Lúcia Moreno

Projeto de lei nº 31/2000 que originou a Lei Municipal nº 8.123/2000. Denomina Rua Yolanda Ceccarelli

Projeto de lei nº 335/2000 que originou a Lei Municipal nº 8.296/2000. Denomina Rua Enfermeira Maria Lucília Monti Magalhães

Projeto de lei nº 99/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.773/2002. Denomina Rua Natalia Paine

Projeto de lei nº 161/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.805/2002. Denomina Rua Lúcia Lazarini

Projeto de lei nº 172/02 que originou a Lei Municipal nº 8.824/2002. Denomina Rua Catharina Guagliotti Gomes.

Projeto de lei nº 205/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.827/2002. Denomina Rua Nilza Edite Rossi Lakoski.

Projeto de Lei nº 310/02 que originou a Lei Municipal nº 8.935/2002. Denomina Rua Tereza Rampazzo Nalin

Projeto de Lei nº 346/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.953/2002. Denomina Rua Judith Piccinin Faria

Projeto de lei nº 21/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.040/2003. Denomina Rua Maria Osti

Projeto de lei nº 39/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.049. Denomina Rua Maria Scudeler Galdino.

Projeto de lei nº 122/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.103/2003. Denomina Rua Maria Alves Bergamo.

Projeto de lei nº 184/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.154. Denomina Rua Izabel Ferreira Lopes

Projeto de lei nº 199/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.157/2003. Denomina Rua Izolina Bacci Nonino

Projeto de lei nº 301/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.214/2003. Denomina Rua Maria Ciste Zequim

Projeto de Lei 206/2005 que originou a Lei Municipal nº 10.174/2007. Denomina Rua Aurora Sathler Rosa

Projeto de lei nº 125/2005 que originou a Lei Municipal nº 9.785/2005. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto

Projeto de Lei nº 126/05 que originou a Lei Municipal nº 9.785/05. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto

Projeto de lei nº 25/2007 que originou a Lei Municipal nº 10.171. Denomina Rua Amélia Compri Vallim

Projeto de lei nº 213/2007 que originou a Lei Municipal nº 10.319. Denomina Praça Francelina Gomes da Cruz

Projeto de lei nº 268/2008 que originou a Lei Municipal nº 10.633/2008. Denomina Praça Zenaida Popoff.

Outras Fontes:

Ficha de Cadastro – Pioneiro de Luzia Simão Martins. Acervo Museu Histórico de Londrina

LEI MUNICIPAL Nº 3.738, DE 09/11/1984.

Folha de Londrina, 11 de Novembro de 1984.

Depoimento escrito de Tercílio Luiz Turini ao autor.